



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
LINGUÍSTICA E TRANSCULTURALIDADE**



JAQUELINE ZANZI

**EMBATES DE REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO INDÍGENA NA MÍDIA E O
FALAR DE SI**

Dourados

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Z34e Zanzi, Jaqueline

Embates de Representações do Sujeito Indígena na Mídia e o Falar de Si [recurso eletrônico] / Jaqueline Zanzi. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Sílvia Mara de Melo.

Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023. Disponível no Repositório

Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Sujeito Indígena. 2. Estudos discursivos foucaultianos. 3. Processo de Subjetivação. I. Melo, Sílvia Mara De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
LINGUÍSTICA E TRANSCULTURALIDADE**



JAQUELINE ZANZI

**EMBATES DE REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO INDÍGENA NA MÍDIA E O
FALAR DE SI**

Texto de dissertação de Mestrado apresentado para o Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Letras, da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras (FALE/FACALE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial à obtenção do Título de Mestra em Letras.

Área: Linguística e Transculturalidade

Mestranda: Jaqueline Zanzi

Orientadora: Profa. Dra. Sílvia Mara de Melo

Dourados

2023

BANCA DE DEFESA

JAQUELINE ZANZI

**EMBATES DE REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO INDÍGENA NA MÍDIA E O
FALAR DE SI**

Profa. Dra. Sílvia Mara de Melo

(Presidente /Orientadora)

Profa. Dra. Águeda Aparecida
da Cruz Borges

(Membro Titular Externo)

Profa. Dra. Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi

(Membro Titular Interno)

Profa. Dra. Elizete de Souza Bernardes

(Membro Suplente Externo)

Profa. Dra. Rosana Budny

(Membro Suplente Interno)

Ao meu filho Lorenzo, cujo coração ainda dentro de mim batia quando do ingresso neste Mestrado. Luz dos meus dias e motivo do meu melhor sorriso, não pensei um dia sentir amor tão grande.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, origem primeira de todas as coisas.

Ao meu pai Carlos (*in memoriam*), por ter sempre acreditado que o estudo era a maior herança e ter feito sacrifícios tantos para garantir meu acesso a ele.

À minha mãe Joana (D. Jô), minha melhor amiga e confidente. Por ouvir meus monólogos sobre Foucault, rir comigo nos momentos de êxtase e conquistas e entender minhas lágrimas e mau humor quando chegava o cansaço das noites mal dormidas. Obrigada por tanto. Amo-te infinito.

Ao meu marido Alessandro, por compreender as horas subtraídas do convívio e as tantas vezes em que estava ausente com o pensamento nas preocupações várias deste percurso.

Aos amigos que a graduação me trouxe, Dani, Douglas e especialmente Mayara Mayre, por todo o incentivo dado e pelas terapias de risadas e desabafos.

À UEMS, pela concessão da licença para qualificação a partir do terceiro semestre do Programa, em particular à minha Chefe Nidene, por ter-me prontamente liberado e estimulado.

À Prof^a Dr^a Sílvia Mara de Melo, minha orientadora, por toda a paciência e profissionalismo. Por dividir comigo o amor não romântico pela pesquisa e acender uma luz em minha mente todas as vezes em que me sentia desorientada. Muito obrigada!

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Comunicação em Artes e Letras (FALE/FACALE), da UFGD, pelo acolhimento acadêmico e por contribuir com a ampliação dos meus conhecimentos.

Aos jovens indígenas participantes desta pesquisa, pela confiança em meu trabalho e por toda a entrega e sinceridade nas respostas. Vocês são a prova de que mal algum é capaz de corromper um coração puro.

Aos professores do Mestrado e a todos aqueles que passaram por mim ao longo da vida. Obrigada por iluminarem a escuridão e me fazerem enxergar além.

Aos professores da banca, Prof.^a Dr.^a Águeda Aparecida da Cruz Borges, Prof.^a Dr.^a Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi, Prof.^a Dr.^a Elizete de Souza Bernardes e Prof.^a Dr.^a Rosana Budny por terem aceitado o convite para participar da banca e por todas as contribuições valiosíssimas. A vocês, meu total respeito e meu muito obrigada!

Genocídio

(crianças batem palmas nos
portões)

Tem pão velho?

Não, criança
Tem o pão que o diabo amassou
Tem sangue de índios nas ruas
E quando é noite
A lua geme aflita
Por seus filhos mortos.

Tem pão velho?

Não, criança
Temos comida farta em nossas
mesas
Abençoada de toalhas de linho,
talheres
Temos mulheres servis, geladeiras
Automóveis, fogão
Mas não temos pão.

Tem pão?
Pão não!

Tem pão velho?

Não, criança
Temos asfalto, água encanada
Supermercados, edifícios
Temos pátria, pinga, prisões
Armas e ofícios
Mas não temos pão.

Tem pão velho?

Não, criança
Temos tudo mas não temos nada
que se pareça com pão

Tem pão velho?

Não, criança
Temos mísseis, satélites
Computadores, radares
Temos canhões, navios e usinas
nucleares
Mas não temos pão.

Tem pão velho?

Não, criança
Tem o pão que o diabo amassou

Tem sangue de índio nas ruas
E quando é noite
A lua geme aflita
Por seus filhos mortos.

Tem pão?
Pão não!

Tem pão velho?

Tem sua fome travestida de trapos
Nas calçadas
Que tragam seus pezinhos
De anjo faminto e frágil
Pedindo pão velho pela vida
Temos luzes em óperas avenidas
Temos índias suicidas
Mas não temos pão.

(Emmanuel Marinho, 1994)

ZANZI, Jaqueline. Embates das representações do sujeito indígena na mídia e o falar de si. 165 f. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguística e Transculturalidade) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2023.

EMBATES DE REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO INDÍGENA NA MÍDIA E O FALAR DE SI

RESUMO

A presente Dissertação tem como objetivo refletir sobre as representações a respeito do sujeito indígena no Município de Dourados - MS com base nos estudos discursivos de Michel Foucault. A partir de um recorte demonstrativo de conteúdos com essa temática, veiculados na mídia local, bem como de entrevistas realizadas com indígenas habitantes da Reserva Indígena do Município, a proposta deste trabalho foi a de analisar as regras de formação do discurso, sua acontecimentalização, bem como a descrição das práticas discursivas. A finalidade foi a de identificar, a partir destas práticas, as regras de formação do discurso e a possível presença de dispositivos de poder no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como a maneira pela qual isso se reflete tanto na mídia, quanto no discurso dos próprios sujeitos. Para a escolha dos recortes, foram eleitos jornais *on-line* locais, devido ao alcance de público e à diversidade. Neste sentido, o *corpus* foi composto pela seleção de vinte e duas publicações midiáticas compreendidas entre julho de 2018 e abril de 2022 feitas nestes veículos de notícias, mais especificamente sites da Rádio 94 FM Dourados, Dourados News, O Progresso Digital, Midiamax e Dourados Agora, levando-se em conta a relevância e contemporaneidade dos materiais, e pela transcrição das entrevistas realizadas com os sujeitos objeto deste trabalho. Dado o cunho polêmico da questão abordada e as problemáticas sociais estigmatizantes que, muitas vezes, envolvem, pretendemos, por meio das análises discursivas realizadas, identificar elementos que lançassem luz às seguintes indagações: Como se dão as representações do sujeito indígena na mídia douradense? Como esse sujeito se percebe nessas representações em um processo de subjetivação e como isso se reflete no discurso sobre si mesmo e sobre o convívio social? O aporte teórico selecionado exige, especificamente, o método arqueogenealógico.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito Indígena; Estudos discursivos foucaultianos; Processo de subjetivação.

ABSTRACT

This Dissertation aims to reflect on the representations about the indigenous subject in the Municipality of Dourados - MS based on Michel Foucault's discursive studies. Based on a demonstrative clipping of content with this theme, published in the local media, as well as interviews carried out with indigenous inhabitants of the Indigenous Reserve of the Municipality, the purpose of this research was to analyze the rules of discourse formation, its occurrence, as well as the description of discursive practices. The purpose was to identify, from these practices, the rules of discourse formation and the possible presence of power devices in the subjectivation process of the indigenous subject, as well as the way in which this is reflected both in the media and in the discourse of the subjects themselves. For the choice of clippings, local online newspapers were chosen, due to their public reach and diversity. In this sense, the corpus was composed by the selection of twenty-two media publications between July 2018 and April 2022 made in these news vehicles, more specifically Radio 94 FM Dourados, Dourados News, O Progresso Digital, Midiamax and Dourados Agora websites, taking into account the relevance and contemporaneity of the materials, and by transcribing the interviews carried out with the subjects object of this work. Given the controversial nature of the issue addressed and the stigmatizing social issues that often surround it, we intended, through the discursive analysis carried out, to identify elements that shed light on the following questions: How are the representations of the indigenous subject in the media of Dourados? How does this subject perceive himself in these representations in a process of subjectivation and how is this reflected in the discourse about himself and social life? The selected theoretical framework specifically requires the archaeogenealogical method.

KEYWORDS: Indigenous subject; Foucauldian discursive studies; Subjectivation process.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Mapa da Reserva Indígena de Dourados	57
Fotografia 2- Corpo de pessoa coberto por um lençol	72
Fotografia 3 – Corpo do rapaz assassinado rodeado por policiais e curiosos	73
Fotografia 4 - Anjos frágeis	95
Fotografia 5 - O pão que o diabo amassou.....	96
Fotografia 6 - Tem pão velho?	97
Fotografia 7 - Fome travestida de trapos.....	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Apresentação	12
CAPÍTULO 1	29
O DISCURSO E A SUA ORDEM: O QUE NOS DIZ FOUCAULT	29
1.1 O discurso e suas formações: os acontecimentos discursivos e o enunciado pela ótica foucaultiana	32
1.2 Raridade, Exterioridade e Acúmulo na análise enunciativa foucaultiana	35
1.3 O <i>A priori</i> histórico e o Arquivo: surge o método arqueológico	36
1.4 O sujeito e as relações de poder	38
1.5 A busca da verdade ao longo da história	42
1.6 Compreender a Identidade sob o viés da cultura	46
CAPÍTULO 2	52
OS INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL E AS ORIGENS DAS RESERVAS INDÍGENAS	52
2.1 A Reserva Indígena de Dourados: sua criação e seus habitantes	55
2.2 Compreendendo a etnia Kaiowá	58
2.3 Compreendendo as etnias em suas diversidades: o povo Guarani (Ñandeva) e o povo Terena ...	59
2.4 Problemáticas envolvendo a RID: superlotação, convivência e conflitos	61
2.5 As representações do sujeito indígena no cenário educacional: ressaltando estereótipos	64
2.6 Os espaços ocupados pelo sujeito que re(existe)	66
CAPÍTULO 3	69
A SUBJETIVIDADE INDÍGENA MARCADA POR ESTIGMAS	69
3.1 O sujeito indígena e a mídia: uma análise discursiva	72
3.2 A produção da verdade e as relações de poder	82
3.3 Regularidades e subjetivação no discurso do sujeito indígena	90
3.4 Diálogos e embates entre enunciados midiáticos e cenário indígena	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS	114

INTRODUÇÃO

Apresentação

O meu primeiro contato com a pesquisa na temática indígena ocorreu no período da Graduação em Letras/Inglês cursada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul entre os anos de 2015 e 2018. Foi então que desenvolvi por três anos, como voluntária, um Projeto de Iniciação Científica, o qual foi responsável por acender em mim o gosto pela Pesquisa. Durante essa experiência foi se constituindo o interesse pelo papel da mídia, mais especificamente, pelas notícias e reportagens e teve como resultado final meu trabalho de conclusão de curso.

Ao desenvolver o Projeto de Mestrado, decidi por adentrar na área da Língua e continuar a análise de discursos midiáticos envolvendo questões indígenas no município de Dourados, cidade localizada no Estado do Mato Grosso do Sul. Em um segundo momento, optei por desenvolver entrevistas com jovens indígenas que frequentam a Universidade, a fim de levar em conta na análise, também, os dizeres desse sujeito, no afã de compreender como eles se veem, além do que a mídia diz acerca deles. Como base teórica, a escolha recaiu sobre a obra de Michel Foucault, mais especificamente seu método arqueogenealógico.

Dada a população indígena que habita o Estado do Mato Grosso do Sul e mais especificamente o Município de Dourados, considero importante analisar enunciados que tratem desse sujeito, bem como o discurso deles materializados por meio de entrevistas, uma vez que, conforme afirma Borges (2013, p.23) “entender o modo como se constitui o Outro, o diferente, especialmente, quando esse Outro, diferente é constitutivo do nosso espaço de vivência, é primordial para que possamos construir qualquer que seja o projeto”.

Assim, a finalidade foi a de perceber, por meio dos estudos discursivos de Michel Foucault, como ocorre o processo de subjetivação deste sujeito, uma vez que são frequentemente noticiadas questões envolvendo problemáticas relacionadas ao sujeito indígena e ao não indígena, pontos relacionados com impasses sociais e culturais, que envolvem educação, legislação, direitos, violência, entre outros. Pretendemos, com o presente trabalho, lançar luz às seguintes indagações: Como se dão as representações do sujeito indígena na mídia douradense? Como esse sujeito se percebe nessas representações em um processo de subjetivação e como isso se reflete no discurso sobre si mesmo e sobre o convívio social?

A decisão de compor parte do *corpus* da pesquisa de excertos de notícias e reportagens veiculadas por jornais *on-line* deu-se por considerar a relevância deste meio na atualidade. O papel primeiro da imprensa é o de veicular informações a fim de informar e formar opiniões a respeito de questões que abrangem a esfera social. Com isso, podemos inferir que o Jornal tem papel fundamental na formação e preservação de estruturas de poder já estabelecidas a partir de enunciados que possuem a premissa de objetividade e imparcialidade. Esses pressupostos, porém, são passíveis de questionamentos diante de algumas reflexões teóricas.

Lage (1997) assevera que o texto de um jornal “só ganha sentido quando lido”, ou seja, quando atinge o público-alvo. Ao olharmos esta tipologia textual como enunciado, é possível pensar que esta consiste em um todo significativo. Nestes termos, segundo Rossi (1994, p. 07), o jornalismo constitui-se de “uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes”. De acordo com esta definição, apesar da premissa de imparcialidade inerente ao texto jornalístico, Rossi (1994) conclui que esta neutralidade é impossível de ocorrer totalmente, uma vez que o jornalista carrega consigo uma bagagem social, cultural e política que, de alguma maneira, contribui para formar o seu ponto de vista sobre o fato.

Isso posto, é possível ponderar a respeito da posição de poder que um meio de informação ocupa socialmente e seu papel como formador da opinião pública sobre os fatos noticiados, uma vez que

[...] comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de **estratégias discursivas**. (CHARAUDEAU, 2018, p.39, grifos do autor).

A Reserva Indígena no Município de Dourados é composta pelas Aldeias Jaguapiru, Bororó e Panambizinho. Para este trabalho, teremos em foco as duas primeiras, já que, por serem fronteiriças entre si, muitas vezes é considerada como um único território pelos habitantes da cidade. São sobre essas duas Aldeias que as notícias que constituem o *corpus* dessa pesquisa são direcionadas. A proximidade da Reserva com o perímetro urbano de Dourados possibilita uma convivência entre o sujeito indígena e o não indígena, já que estes estão muitas vezes inseridos socialmente, nas escolas e no mercado de trabalho, por exemplo. Alguns, por sua vez, decidiram deixar a Aldeia e viver na cidade.

Dada essa proximidade, ao pensarmos na atividade da mídia que noticia questões envolvendo o sujeito indígena, trazendo muitas vezes sua voz a essas matérias, é pertinente

refletir sobre o que postula Woodward (2014) a respeito da subjetivação desse sujeito, por meio da qual surgem os significados, tornando possível a esse sujeito dar sentido à sua existência. São esses sistemas de representação e os discursos que “constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. Para a autora, a mídia, por sua vez, “nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular.” (WOODWARD, 2014, p.18).

Uma vez que o conceito de identidade não permeia a teoria de Foucault e, por esse motivo, é tomado tendo como base os estudos culturais, é primordial destacar o que os estudos foucaultianos observam sobre a conceituação de sujeito. Foucault (2002) apoiou-se na teoria de Nietzsche que preconizou que o conhecimento é uma invenção humana e não algo inerente à natureza do homem para sustentar a hipótese de que o sujeito não é predeterminado pela história, mas sim de que ele é formado na e com a história.

Assim, para Foucault (2002), o sujeito de conhecimento não é atravessado pela ideologia, mas sim formado, juntamente com as relações de verdade, por meio das “condições políticas, econômicas de existência”. (FOUCAULT, 2002, p.27). É então, segundo o filósofo, a presença desse lugar de sujeito que “caracteriza toda formulação enquanto enunciado”, logo, a presença do sujeito é condição de sua existência. (FOUCAULT, 2008, p. 107). O sujeito não é visto, de acordo com a teoria foucaultiana, de maneira personalizada ou individualizada, mas como uma posição a ser ocupada em conformidade com o contexto social determinado.

O jornalista utiliza-se de um meio institucional para veicular o texto a ser publicado e ocupa esse *locus* discursivo que lhe concede uma premissa de confiabilidade diante do leitor. O sujeito indígena, por sua vez, ao falar sob sua ótica a respeito das relações socioculturais nas quais está inserido, deve transmitir em seu discurso elementos que demonstrem a subjetivação que ele sofre neste processo.

No contexto de troca social, a mídia participa na construção de sentidos por meio do discurso de informação por ela veiculado ao público que, por sua vez, desempenha seu próprio papel no processo interpretativo. Para Charaudeau (2018), o homem forma o saber por meio do exercício da linguagem. Ao observar o mundo de forma objetiva e racional, nascem os “saberes de conhecimento”. Quando direciona seu olhar de maneira subjetiva sobre o mundo e passa comentá-lo a partir dessa ótica, surgem os “saberes de crenças”. Quando uma informação é enunciada a partir dessas crenças, o outro é interpelado a uma reação de concordância ou não à proposição feita.

Ao teorizar sobre os limites sociais do discurso, Michel Foucault postula que estes são instituídos com a finalidade de manter-se o controle sobre seus “poderes”.

(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p.08-09).

O teórico situa o discurso não apenas como instrumento para dizer algo, mas posiciona-o como o próprio objeto do dizer: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1996, p.10).

Tendo em vista a “convivência” social do sujeito indígena no município de Dourados-MS, muitas vezes permeada por uma ótica de preconceitos por parte da população, este trabalho justifica-se pela necessidade de refletir a respeito de como a mídia local trata a temática e como ocorre a subjetivação desse sujeito a partir dos efeitos de verdade que a enunciação midiática é capaz de gerar. Assim, à luz das teorias discursivas foucaultianas, analisamos como esse processo é capaz de contribuir para gerar ou manter um cenário de divisão entre a sociedade e o indígena, divisão esta que pode ampliar o estigma e o distanciamento histórico entre essas culturas.

Quanto aos aspectos metodológicos, a abordagem proposta para esta pesquisa baseou-se no método arqueogenealógico de Michel Foucault. Os métodos eleitos consistiram em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais *on-line* regionais, entrevistas e registros fotográficos.

A pesquisa bibliográfica foi efetuada com base nas obras constantes do arcabouço teórico que sustentaram as análises discursivas, bem como em obras que abordam a historicidade indígena no estado de Mato Grosso do Sul. A busca pela historicidade dos povos indígenas no Estado justifica-se pela necessidade de aprofundar a temática e dar mais consistência ao trabalho. Nesse campo, objetivou-se atingir uma forma de contar a história indígena de modo a considerar as rupturas causadas pela colonização, porém com a consciência de que isso não inferioriza a cultura desses povos, uma vez que “os métodos devem estar a serviço da pesquisa e não o inverso.” (CAVALCANTE, 2011, p.361). Logo, o procedimento metodológico foi definido a partir do problema.

Para a busca de matérias nos Jornais *on-line* da região, foram selecionadas um total de vinte e duas publicações compreendidas entre o período de 21 de julho de 2018 e 22 de abril de 2022, com o intuito de trazer à tona questões atuais noticiadas pela mídia e que abordem a

temática indígena no Estado de Mato Grosso do Sul. Em seguida, foi efetuada uma análise geral dos textos selecionados e uma taxionomia deles, respeitando a ordem cronológica. A *posteriori*, foram eleitas algumas matérias ou excertos para a análise ampla e específica. Essa escolha teve a pretensão de lançar luz à maneira como o sujeito indígena é representado em contexto urbano, uma vez que a mídia jornalística *on-line* possui largo alcance social.

Quanto às entrevistas, contamos com sete sujeitos participantes, com idades entre 23 e 35 anos que frequentam ou tenham frequentado a Universidade. As entrevistas ocorreram entre janeiro e abril de 2022 e foram guiadas por questões elaboradas para colaborar na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado. Apesar de haver um roteiro de perguntas, as entrevistas classificam-se como semiestruturadas, uma vez que, em seu decorrer, poderiam – e ocorreram modificações e inversões. Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento do participante e realizamos as transcrições literais delas. O objetivo foi o de lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele comparecesse não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade. As perguntas componentes do roteiro foram as seguintes:

1-Qual o seu nome, idade, etnia e nível escolar? 2-Em qual Aldeia vive? 3-Como você considera que seja o convívio social entre indígenas e não indígenas aqui em Dourados? 4-Você já sentiu algum tipo de preconceito? Como foi? 5-Porque você considera que existe preconceito por parte das pessoas em relação aos indígenas? 6-Você se sente bem quando está em um ambiente (de trabalho, escolar etc) com pessoas não indígenas? 7-Como você considera que as pessoas enxergam os indígenas aqui em Dourados? 8-Você lê notícias sobre as aldeias e sobre os indígenas nos jornais e na mídia local? 9-Você acha que essas notícias representam o seu povo de maneira correta? 10-Você se sente representado pelos jornais e pela mídia? Pq? 11-Você acha que a mídia deveria mudar a forma como noticia as questões envolvendo os indígenas? 12-Você acha que a mídia pode contribuir para que as pessoas não indígenas tenham preconceito em relação aos indígenas? De que forma?

Por fim, foi realizada a seleção de registros fotográficos que retratavam cenas cotidianas envolvendo o indígena no contexto social urbano de Dourados. A fotografia compõe este trabalho com cenas reais da atualidade, demonstrando-se capaz de atender a essa expectativa. Essa escolha é justificada pelo interesse em corroborar com os enunciados midiáticos e representar uma das realidades envolvendo o sujeito indígena no município de Dourados. Para Souza (1998), ainda que a existência da imagem não esteja co-relacionada com o verbal, é possível que a mesma seja lida, o que atesta sua natureza de linguagem. Faz-

se interessante ressaltar, que os registros imagéticos serão selecionados de modo a salvaguardar a identidade das pessoas presentes neles.

Por tratar-se de uma pesquisa envolvendo seres humanos, foi solicitada autorização do CEP – Conselho de Ética em Pesquisa da UFGD. Entendemos ser pertinente descrever brevemente aqui esse processo. Primeiramente, enviei um e-mail solicitando ao Conselho um tutorial e modelos dos formulários exigidos para submissão. Em resposta, foi-me indicado o endereço de uma página virtual na qual estariam disponíveis os arquivos necessários para fazer o *download*. Porém, ao acessar essa página, ela encontrava-se fora do ar e assim permaneceu por vários dias seguidos, o que me fez recorrer a uma colega, cuja pesquisa também exigiu a aprovação do CEP, pedindo-lhe orientações. Foi então, por intermédio dessa colega, que obtive os modelos necessários para inserção na Plataforma Brasil, bem como importantes orientações a respeito do preenchimento e das assinaturas necessárias. Essas intercorrências ocasionaram uma certa insegurança em relação à adequação dos formulários e fez com que a experiência na Plataforma acontecesse por meio de tentativas e erros. Devido a isso, houve uma considerável demora nessa etapa, com a minha primeira submissão em data de 17 de abril de 2022. Enfim, após o atendimento de dois pareceres com exigências de cumprimentos de pendências envolvendo os formulários, obtive no dia 04 de agosto de 2022, por meio de um parecer consubstanciado, a aprovação do projeto e posterior encaminhamento para apreciação da CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. A aprovação da CONEP, por sua vez, aconteceu em data de 06 de novembro de 2022.

Outro contratempo ocorrido deu-se em relação à Secretaria de Saúde Indígena do Mato Grosso do Sul SESAI/MS. Solicitei a este órgão, por vias formais, o número de habitantes das Aldeias Jaguapiru e Bororó com a intenção de enriquecer o texto desta dissertação com dados atuais e precisos. Após diversos telefonemas e cumprimento de várias exigências documentais, não obtive resposta por parte do órgão à minha solicitação.

Feitas essas considerações e com a finalidade de dar embasamento ao trabalho e observar como a temática vem sendo trabalhada no âmbito acadêmico, desenvolvi o Estado da Arte e selecionei alguns trabalhos dos Programas de Pós Graduação em Letras nas Universidades Públicas do Estado.

Em relação a isso, primeiramente, foi feito um levantamento bibliográfico de Dissertações e Teses que se debruçaram sobre a temática indígena no Mato Grosso do Sul. De início, com a finalidade de pesquisar essas produções acadêmicas, foi realizada, uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Ao buscar por “indígenas no Mato Grosso do Sul”, antes de inserir qualquer filtro, o resultado foi de 1.338.668 trabalhos. Então, utilizei a

opção de refinamento da busca apenas para trabalhos de Mestrado e em Letras/Linguística no campo “Área de avaliação”, o que resultou em 25.684 produções. Em seguida, refinei novamente a procura, desta vez em Linguística, Letras e Artes no campo “Grande área conhecimento”, Linguística em “Área conhecimento” e Letras/Linguística em “Área avaliação”, que resultou finalmente em 5.516 trabalhos acadêmicos.

Diante de um número tão significativo e da inviabilidade de realizar uma revisão bibliográfica a partir dele, também em decorrência da regionalidade da temática escolhida, decidi por realizar um levantamento nos Programas de Pós Graduação (PPG) *Strictu Sensu* em Letras das Universidades Públicas do Mato Grosso do Sul.

Assim, foi feita uma seleção dos trabalhos acadêmicos disponibilizados nas páginas dos PPGs da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campi* de Três Lagoas e Campo Grande, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) câmpus de Campo Grande e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), localizada no município de Dourados. Em pesquisa feita no dia 17 de janeiro de 2022, foram selecionadas teses e dissertações dos PPGs em Letras da UFMS em dois de seus *campi*, Três Lagoas e Campo Grande, a partir da palavra “indígena” presente no título do trabalho. Essa sondagem resultou em um total de duas teses de doutorado e dezesseis dissertações de mestrado no *câmpus* de Três Lagoas e oito dissertações de mestrado no *câmpus* de Campo Grande.

Com a finalidade de uma melhor visualização, construímos um quadro em ordem cronológica composto pelos trabalhos selecionados para a composição deste estado da arte:

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Três Lagoas			
Autor	Título	Ano	Programa/Nível
MIQUELETTI, Eliane Aparecida	Os Casos de Desnutrição Infantil Indígena e a Mídia: constituição de imagens e de sentidos	2007	Mestrado em Letras
AMORIM, Juliana Marques de Matos	O Indígena Guarani de Dourados (MS): mídia, representação e discurso	2011	Mestrado em Letras

FERREIRA, Gláucia Cristina	Mulheres Indígenas nos Blogs: discursos e identidades	2015	Mestrado em Letras
FÁVARO, Selma Marques da Silva	Discurso oficial e discurso do aluno da Escola Municipal Indígena Koinukonoen: a língua portuguesa sob o olhar transdisciplinar	2018	Doutorado em Letras

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Campo Grande

Autor	Título	Ano	Programa
BRUMATTI, Sonia Aparecida Verga	Identidade Indígena: algumas características de estudantes indígenas da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados-MS	2007	Mestrado em Letras
MONTEIRO, Lurdes Batista	O Determinante de Gênero na Produção Textual de Alunos do Ensino Médio de Escolas Indígenas Aquidauanenses	2012	Mestrado em Letras

COSTA, Daniela de Souza Silva	O Léxico Indígena nas Capitais Brasileiras: um estudo geolinguístico	2012	Mestrado em Letras
Universidade Federal da Grande Dourados			
Autor	Título	Ano	Programa
CAMPOS, Elcia Tatiane Pazeto Puks	Uma Leitura Discursiva do Jornal Ajindo: relação de poder e resistência	2013	Mestrado em Letras
PORTOLAN, Santa Cariaga	Discurso(s) em Contexto Escolar Indígena: a construção de uma escola diferenciada	2011	Mestrado em Letras
RIBEIRO, Sandra Teixeira Gomes	Narrativas de Professoras Indígenas – Reconstruindo Histórias de Identidade e Preconceito	2011	Mestrado em Letras
LIMA, Jackeline Marcuci	Candidatos à Licenciatura Indígena: um estudo linguístico das produções escritas	2012	Mestrado em Letras

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Campo Grande			
Autor	Título	Ano	Programa
FRANÇA, Simone dos Santos	O discurso de acadêmicos indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) face as cotas e o acesso ao Ensino Superior	2014	Mestrado em Letras
MAIRINS, Marília Simplício	O Sentido do “ensino” do Não-Indígena Para o Indígena no Acontecimento Enunciativo	2018	Mestrado em Letras
JORGE, Alexandre	A língua alemã em uma comunidade indígena terena em Mato Grosso do Sul: Bilinguismo e Ensino/Aprendizagem	2019	Mestrado em Letras

Primeiramente, descreveremos alguns dos trabalhos selecionados na UFMS de Três Lagoas.

O estudo da imagem do indígena veiculada pela mídia fez-se presente no trabalho de Miqueletti (2007) que analisou, a partir da semiótica greimasiana, reportagens dos jornais O Progresso e Diário MS publicadas entre os anos de 2004 e 2005 a respeito de casos de desnutrição infantil nas aldeias de Dourados MS. A partir dos estudos semióticos, a autora conseguiu demonstrar o papel midiático na geração de sentidos, uma vez que, segundo ela, “as pessoas vão “lendo” os indígenas e os demais sujeitos envolvidos nas notícias, por meio dos fios que leem nos jornais” (MIQUELETTI, 2007, p.115). Em conclusão, a autora confirmou a hipótese de que a mídia, ao informar, acaba por “enformar”, na medida em que veicula opiniões e posições ideológicas por meio de “estratégias textuais e discursivas mobilizadas” (MIQUELETTI, 2007, p.119) que servem para manter uma imagem

problemática e negativa em relação aos indígenas.

Em se tratando do estudo da temática indígena e as representações midiáticas, também merece destaque o trabalho de Amorim (2011), que revela uma pesquisa comparativa sobre os discursos veiculados pelos jornais *O Progresso* e *Folha On-line* a respeito de casos de desnutrição em Aldeias indígenas do município de Dourados/MS. Neste trabalho, a pesquisadora problematizou os discursos midiáticos com a finalidade de identificar as representações destes indígenas na mídia, apoiando-se na Análise do Discurso de linha francesa e também considerando teorias que tratam da questão identitária. A autora concluiu em sua análise que ambos os jornais utilizaram-se de estratégias semelhantes ao apresentarem as notícias, com sua “espetacularização”. As regularidades discursivas, bem como a repetição do tema, contribuem para “marcar a posição do indígena guarani na sociedade e assim consegue manter essa imagem de “abandonado” – entre outras - perante os leitores”. Ou seja, esses efeitos de verdade, segundo a pesquisadora, fazem permanecer no imaginário social, a maneira perpetrada de enxergar o indígena a partir de um olhar colonial, como mero “coadjuvante na História do país.” (AMORIM, 2011, p.126-127).

Ainda no que concerne à mídia, Ferreira (2015) utilizou-se em sua pesquisa dos dizeres das mulheres indígenas a partir de postagens feitas por elas em *blogs*. A pesquisadora engendrou esse percurso “com a finalidade de estudar a (re) construção identitária da mulher indígena, no contexto virtual, a fim de analisar a definição de um eu representativo para si e para o outro.” (FERREIRA, 2015, p.13). Calcada nos estudos discursivos de linha francesa, a pesquisa pretendeu demonstrar que a imagem da mulher indígena ainda estaria atrelada ao esteriótipo do descobrimento. Após realizar as análises, porém, a autora percebeu que, em algumas postagens, o enunciado possui marcas de deslocamento da imagem cristalizada pelo colonizador, por meio de “jogos discursivos que mobilizam o enaltecimento dessas mulheres, retirando-as da invisibilidade”. (FERREIRA, 2015, p.81). Assim, a pesquisa demonstrou que, apesar de ainda haver os traços do discurso do outro, as mulheres indígenas procuram “elementos para desvencilhar-se e construir uma imagem positiva do que é ser mulher e indígena.” (FERREIRA, 2015, p.81)

Fávaro (2018), em sua tese doutoral, analisou como se constitui a identidade do indígena, tendo como base a comparação entre o discurso do texto da Constituição Federal de 1988 e o do aluno indígena, investigando as interpretações da língua portuguesa e como ocorrem, nesse diálogo, as relações de poder em um momento histórico marcado por valores de igualdade e políticas de inclusão. A autora utilizou especificamente os textos de dois documentos oficiais, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNE/I) e

o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal (PPL), aprovado em 2012 e ofertado pela UFMS Câmpus de Aquidauana. Estes discursos foram comparados ao dizer do próprio aluno que estudava nas escolas indígenas onde atuavam os professores formados neste curso de Licenciatura.

Fávaro pretendeu com este estudo “desconstruir discursos hegemônicos” responsáveis por construir e desconstruir historicamente a imagem do sujeito indígena na esfera social. Fundamentada nos estudos discursivos de linha francesa, ela encontrou no método arqueogenalógico de Michel Foucault a possibilidade de “(re) pensar a própria história, compreendendo-a não em sua linearidade ou continuidade dos acontecimentos históricos, mas em sua dispersão, em seus recortes, deslocamentos.” (FÁVARO, 2018, p.11). Em conclusão, a hipótese de uso da língua portuguesa “com aspectos envolvendo a cidadania, por meio de um discurso de igualdade” foi apenas em parte confirmada, uma vez que o português encontrou-se em destaque, se contrapondo ao discurso de diversidade cultural e o “RCNE/I trouxe outras articulações, como a representação do português como meio de integração do indígena no sistema capitalista.” (FÁVARO, 2018. p. 140-141).

Uma vez explanados os trabalhos selecionados nos Programas de Pós Graduação em Letras da UFMS do câmpus de Três Lagoas, nível de Mestrado e Doutorado, passaremos em seguida àqueles do câmpus de Campo Grande da mesma instituição.

Na área semiótica, Brumatti (2007) propôs uma pesquisa que objetivou analisar como ocorrem as construções identitárias de adolescentes indígenas levando em conta suas produções textuais no ambiente de uma Escola Estadual de Dourados MS. De acordo com a autora, o fato de esses alunos estarem inseridos em um ambiente escolar não indígena e de já terem nascido em um contexto social no qual a sua cultura-mãe já se encontrava mesclada com a cultura do não-índio, contribuiu para que houvesse em seus discursos as marcas que demonstram que estes jovens assumiram para si valores externos ao seu berço cultural. E concluiu:

[...] que nos seja permitido afastarmo-nos, por um momento, do papel actancial de pesquisador e afirmar que esses estudantes são sujeitos-seres-humanos: índios aprendendo (ou tendo que aprender) a ser brancos por uma questão de sobrevivência; e se, por vezes, eles assumem uma identidade camaleônica, essa estratégia parece ser-lhes a mais apropriada ao terem suas identidades questionadas. (BRUMATTI, 2007, p.118).

A temática indígena também é foco de trabalhos voltados para a área do ensino de língua portuguesa como segunda língua, a exemplo da pesquisa realizada por Monteiro

(2012). A autora analisou produções textuais de alunos indígenas bilíngues que cursavam o ensino médio nas aldeias de Limão Verde e Lagoinha, ambas no município de Aquidauana MS. Ao verificar a ausência do uso de artigo, foi possível comprovar a influência da língua materna nas produções de texto do indígena de etnia Terena de modo a poder auxiliar os professores a pensar em ações metodológicas com a finalidade de contribuir para o processo de aprendizagem dos alunos e também levantar a necessidade de políticas públicas direcionadas à educação bilíngue no Brasil. Para Monteiro (2012), a ausência do artigo nos textos dos alunos indígenas não devem ser tratados como erros, mas “diferenças linguísticas resultantes da influência que uma língua exerce sobre a outra numa situação de contato entre ambas”. Desse modo, concluiu que as estratégias metodológicas dos professores devem ser “compatíveis com a situação de línguas em contato” (MONTEIRO, 2012, p.62).

No que diz respeito à área da Linguística, destaco o trabalho de Costa (2012), que estudou os empréstimos lexicais oriundos de línguas indígenas nos falantes de 25 capitais que compõem a zona coberta pelo AliB – Projeto Atlas Linguístico do Brasil. A pesquisa contou com pressupostos teóricos da Dialetoлогия, Geolinguística, Lexicologia e Semântica para fundamentar-se. Ficou demonstrado com o trabalho, que o léxico nas capitais pesquisadas possuem influência da “presença indígena na nação brasileira, desde o Período Colonial até os dias atuais” (COSTA, 2012, p.200), ainda que bem menos que outrora.

Ao realizar uma pesquisa entre as dissertações produzidas com a temática indígena para o PPG em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados, entre os dias 23 e 25 de janeiro de 2022, de início foi efetuada uma busca na página do Programa e selecionados os trabalhos feitos com o tema em questão. Em seguida, buscou-se na página da Biblioteca, no Repositório Institucional, que resultou em trabalhos com a temática “povos indígenas”. Na área de Análise do Discurso, também ocorreram dissertações. Dentre os trabalhos selecionados, alguns serão destacados em seguida.

Tomando por base principal as teorias de Michel Pêcheux, Portolan (2011) pesquisou as construções ideológicas materializadas no discurso pedagógico de professores indígenas da escola Tengatui Marangatu-Polo, localizada na Aldeia Jaguapiru, no município de Dourados MS. Para esse fim, a pesquisadora tomou como *corpus* do trabalho vinte Atas de reuniões pedagógicas ocorridas na escola entre os anos de 1999 e 2002, para responder à seguinte questão: Como o fenômeno ideológico se materializa na ação da linguagem dos sujeitos a ponto de interferir no processo de educação na Aldeia? A autora justificou a escolha pelo material:

Acreditamos que na materialidade das Atas encontram-se registradas (as) ações de linguagem representativas, pois guardam a luta empreendida pelos índios Guarani pelo reconhecimento e pela valorização de sua língua materna na formação do aluno indígena, um fato que se fez realidade no final do século XX, sintetizando, dessa forma, uma pedagogia diferenciada e intercultural no município de Dourados. (PORTOLAN, 2011, p.13).

Portolan (2011) afirma que, em situação real de diálogo, é possível encontrar no discurso do indígena Guarani dizeres outros, pelos quais o discurso é atravessado. A partir dessa ótica, a pesquisa visa mostrar o processo de subjetivação do indígena que se desloca por meio de sua prática discursiva. (PORTOLAN, 2011, p. 15) e para isso lança mão do conceito de formações discursivas de Michel Foucault.

No campo da Linguística Aplicada, daremos ênfase ao trabalho de Ribeiro (2011). A pesquisa parte do olhar sobre a mulher indígena e a maneira desigual como estas estão inseridas socialmente – enquanto muitas saem pelas ruas de porta em porta e levam seus filhos para pedir esmolas ou comercializam produtos que trazem da aldeia, como mandioca e milho verde, outras já possuem nível superior e cargos de professoras, coordenadoras em escolas, por exemplo. Diante desse contexto, a pesquisadora buscou esclarecer questões a respeito das razões que levaram essas mulheres a buscar uma formação superior e se elas enfrentaram preconceito durante sua formação e em relação à sua etnia.

Ribeiro (2011) buscou construir uma “nova visão” em relação à mulher indígena, não mais pautada somente na imagem estigmatizada que vigorou até então. De acordo com a pesquisadora, a partir desse novo prisma, “essas mulheres se apresentam como qualquer outra mulher – disposta a lutar por meio da aquisição de conhecimento e defender aquilo que para ela existe de mais importante enquanto mulher indígena: restaurar em sua comunidade seus costumes e a língua referente à sua etnia.” (RIBEIRO, 2011, p.103). Em uma posição de resistência ante o preconceito, essas mulheres buscam a Universidade com o intuito de manter nos mais jovens o desejo de preservar suas tradições, costumes e língua. Logo, elas anseiam por “utilizar os filhos como ponte restauradora do pertencimento identitário indígena.” (RIBEIRO, 2011, p. 105).

Outro trabalho relevante na área de Linguística Aplicada é o de Lima (2012), o qual faz um levantamento de redações escritas por candidatos indígenas das etnias Kaiowá-Guarani ao vestibular do Teku Arandu, curso de licenciatura indígena da UFGD. Com os objetivos de perceber as relações no texto entre oralidade e escrita, o uso de conjunções e marcas que demonstrassem que a Língua Portuguesa era a segunda língua do candidato, a pesquisa mostrou que ainda existe uma lacuna em relação à implementação de políticas

linguísticas em prol da manutenção das línguas maternas. Para a autora, com o ensino da língua portuguesa na formação de professores indígenas, estes se tornariam aptos a uma escrita que atenderia às exigências acadêmicas. (LIMA, 2012).

Na área da Análise do Discurso, Campos (2013) propôs uma análise de uma mídia veiculada pela Ação de Jovens Indígenas de Dourados AJI, que resulta no Jornal AJIndo, com a finalidade de compreender como ocorrem as práticas discursivas no contexto em que surgem os dizeres. Segundo a autora, esse Jornal se configura como “veículo de transmissão e de informação da comunidade indígena, sobretudo de seus membros jovens, constitui-se suporte privilegiado desses discursos (do conflito, da violência e, principalmente, da resistência)”. Assim, o Jornal em questão “integra a grande mídia do país, sobretudo no estado, materializando práticas sociais, discursivas e ideológicas do índio” (CAMPOS, 2013, p.13-14). O *corpus* constituiu-se a partir de um recorte temático sobre a violência abordada nas publicações do jornal. O trabalho levou a concluir, entre outras coisas, que o Jornal AJIndo é um instrumento de empoderamento dos jovens indígenas, uma vez que os possibilita apoderar-se do discurso, interpelados em sujeitos discursivos, especialmente sobre o tema da violência o qual pauta-se sobre a lógica dominante.

A esse ponto da pesquisa, realizei uma busca entre as dissertações de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Letras da UEMS de Campo Grande. Ao utilizar o motor de busca de teses e dissertações da página da biblioteca, não obtive sucesso na busca pelo tema. Ao perscrutar as dissertações defendidas disponibilizadas diretamente na página do PGLETRAS, alguns trabalhos foram identificados.

França (2014) escreveu um trabalho a partir de relatos escritos de jovens da etnia Terena cotistas da UEMS de Campo Grande. Por meio da AD de linha francesa, a pesquisa objetivou mostrar as representações que os jovens em questão possuem em relação a si e ao outro e como o sistema de cotas atua na constituição identitária deles. Para a autora,

São justamente pesquisas como esta que suscitam a importância de se fazer ouvir o discurso dos indígenas, esses primeiros habitantes do Brasil, a possibilidade de se representarem no espaço acadêmico, o que de fato suscita não só o debate sobre as cotas, mas também a questão da identidade, e as ressignificações que vão acontecendo por esse contato do indígena com o não indígena. (FRANÇA, 2014, p.18).

O trabalho concluiu que o Terena é um povo que sofre bastante influência do seu entorno, mas isso não ocorre de maneira tranquila, e sim a partir de uma tensão cultural. O indígena tem na manutenção de seus valores uma forma de resistência, mas também, uma vez

inseridos no sistema capitalista, anseiam por conhecimento e formação profissional que os possibilite presença ativa nesse sistema. Segundo os resultados da pesquisa, as cotas possuem o papel de oportunizar ao indígena o ingresso na Universidade e a representação discursiva, uma vez que este se encontra então inserido socialmente, mesmo que a convivência seja marcada por tensões. Para a autora, “ainda que a permanência do cotista indígena na universidade pareça passiva revela uma posição de certa forma ativa, pois, reivindica seus direitos e reconhece a importância de sua história marcada pela exclusão e o preconceito.” (FRANÇA, 2014, p. 108).

O trabalho de Mairins (2018), por sua vez, buscou analisar os sentidos das palavras “ensino”, “indígena” e “educação” a partir de questionários respondidos por acadêmicos indígenas do *Campus* da UEMS de Campo Grande MS. Diante da pouca representatividade que o povo indígena possui nas universidades, a pesquisa visou compreender quais os sentidos construídos por esse sujeito no que diz respeito ao ensino e à educação, pautado na Semântica do Acontecimento de Guimarães (1989). De acordo com a autora, “na designação da palavra ocorre uma relação de sentidos organizados (...) apontando para outras significações que percebemos a partir dos procedimentos de articulação e reescrituração, os quais foram usados como método das análises” (MAIRINS, 2018, p. 67). Em conclusão as análises demonstraram que a desigualdade social colabora na “reescrituração de diferentes sentidos”, que posiciona o sujeito indígena em uma relação de poder.

No viés da Sociolinguística, merece destaque a pesquisa de Jorge (2019), que utilizou como proposta um curso de língua alemã em uma comunidade Terena localizada em Lagoinha, no município de Aquidauana MS. Objetivando analisar o comportamento de pessoas bilíngues no aprendizado de uma língua adicional, o pesquisador contou com um grupo de crianças e adolescentes indígenas voluntários e durante as aulas pôde tomar nota do comportamento sociolinguístico deles, bem como das estratégias de aprendizagem usadas por eles. O autor, que é da etnia Terena, mas não é falante da língua de seu povo, estudou Letras e teve a oportunidade de ir à Alemanha cursar alemão, atribui a relevância deste trabalho ao fato de que há poucos estudos sobre contatos linguísticos e ensino de línguas adicionais em contexto bilíngue. A pesquisa concluiu que as dificuldades dos alunos ao adquirirem uma língua até então desconhecida para eles se deu em relação ao processo natural desta aprendizagem e não houve influências no que diz respeito ao local ou condições sócio econômicas dos jovens indígenas.

Durante este percurso de revisão bibliográfica, percebi a existência de trabalhos feitos em relação à temática indígena nos Cursos de Pós Graduação *Strictu Sensu* em Letras do

Estado. Na seleção de textos, observei que as pesquisas desenvolveram-se em diversos campos, como a Semiótica, a Linguística, a Linguística Aplicada, a Sociolinguística, a Semântica, entre outros. Observei também que os trabalhos que abordam as representações indígenas a partir da AD, tendo como base a mídia local, mais especificamente o discurso jornalístico, ainda são poucos e muito ainda há para ser feito. Diante disso, o diferencial da minha proposta esteve em analisar as representações do sujeito indígena, tanto a partir do discurso midiático local, quanto a partir do discurso do próprio sujeito indígena, obtido por meio de entrevistas. Assim, o meu intuito foi o de estudar, além do discurso jornalístico sobre o tema, como se reflete no discurso do sujeito o processo de subjetivação do qual faz parte.

Na sequência, segue a descrição do modo como este trabalho encontra-se organizado. No primeiro Capítulo foi feita uma explanação dos pressupostos teóricos que embasaram essa pesquisa, com destaque a todos os conceitos essenciais às análises realizadas. O segundo Capítulo consiste na contextualização da temática deste trabalho, na qual é feita uma abordagem sobre a Reserva Indígena de Dourados, desde a sua criação, até a atualidade, com destaque para as principais etnias que ali convivem. O intuito deste percurso foi o de refletir a respeito do sujeito indígena habitante no Município a partir do processo histórico que o constitui e do espaço social que ocupa atualmente. No terceiro e último Capítulo encontram-se as análises discursivas que são o cerne desta dissertação. Para esse fim, foram utilizados excertos de publicações midiáticas locais, bem como os dizeres constantes das entrevistas realizadas com os jovens habitantes da Reserva Indígena de Dourados - RID que frequentam a Universidade. Por fim, com a intenção de tecer algumas reflexões sobre os resultados obtidos, foram traçadas algumas considerações finais com a pretensão de encerrar este texto dissertativo. É importante destacar que, após o fechamento do trabalho, todas as obras consultadas para escrevê-lo foram devidamente descritas nas referências.

CAPÍTULO 1

O DISCURSO E A SUA ORDEM: O QUE NOS DIZ FOUCAULT

Para a Análise do Discurso, doravante denominada AD, o discurso não é pensado no interior do funcionamento linguístico, ou seja, em seus aspectos morfológicos e semânticos, mas sim como um ato materializado na língua, como concebe Fernandes (2012, p.16), “em forma de texto, de imagens, sob determinação histórica”. É em ambiente social e histórico que o discurso se estabelece e, de acordo com Foucault (1996), sua produção não é livre ou casual, ela é institucionalmente “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 1996, p.09). Assim, o discurso seria legitimizado por seus sujeitos e passaria por processos sociais de controle e seleção.

Fernandes (2012) atribui que a obra de Foucault marca a posição de sujeito em uma relação direta com a produção discursiva historicamente permitida. Nela, o sujeito não é tido como o ser individualizado por meio do qual o discurso é produzido, mas sim pela posição social que ele ocupa, o processo histórico do qual faz parte e que o permite exercer o papel daquele que enuncia, que toma a linguagem portadora de toda a simbologia que constitui os sentidos históricos das palavras. Sendo o discurso algo não aleatório sobre o qual existe controle social, é plausível pensar que os sujeitos enunciam de acordo com certas “condições de produção”, e como observa Fernandes (2012), Foucault serve-se do discurso como objeto para traçar reflexões sobre outros objetos, como o sujeito por exemplo.

Em se tratando das condições de produção discursivas, uma vez que “não se pode falar de tudo em qualquer circunstância”, Foucault (1996, p. 09) determina procedimentos de exclusão e interdição, que cerceiam a liberdade discursiva na esfera social, quais sejam, “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” esclarece que são os campos da sexualidade e da política os mais atingidos por esse poder coercitivo. Esses procedimentos de controle atuam socialmente de acordo com cada período histórico. Foucault explana o exemplo da rejeição da palavra do louco que prevaleceu desde a Idade Média. Na forma como a sociedade era organizada, predominava a oposição entre a razão e a loucura, sendo esta última aquela para a qual a palavra não tinha valor social algum, era nula e “rejeitada tão logo proferida”.

Não é difícil perceber os sistemas de exclusão presentes na forma de organização da

sociedade atual, basta prestar atenção na maneira como as instituições se impõem ainda e se estabelecem em outro sistema de exclusão, ao qual Foucault chamou de “vontade de verdade”. Pautada no discurso científico que regulam os aparatos do saber,

[...] essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 1996, p. 17).

Em nossa sociedade presente, determinados discursos são legitimados por esse “discurso de verdade”, pautado na racionalidade e na ciência. Diante do tema central deste estudo, é pertinente pensar em como as formas de exclusão podem atingir os saberes e o discurso do sujeito indígena de acordo com o que é aceito como saber institucional e que se encontra na ordem discursiva atual. Perante a maneira como a sociedade encontra-se organizada atualmente e todo o contexto envolvendo tal questão, o exercício discursivo de um grupo minoritário e marginal é muitas vezes silenciado e tornado nulo por instituições que detém o poder de ditar aquilo que está ou não nessa ordem.

Além desses procedimentos de exclusão externos ao próprio discurso, Foucault aponta para elementos que delimitam e controlam o discurso a partir de seu interior. São eles, o comentário, o autor, as disciplinas, o ritual e as sociedades do discurso. O comentário nada mais é que as narrativas que se repetem com a finalidade de legitimar um discurso atual. Por meio deste elemento é possível repetir algo que já foi dito de modo que pareça algo novo. Assim, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta”, ou seja, mesmo que haja uma reprodução de um discurso anterior, o contexto sócio-histórico é único e irrepetível e atribui valor de novidade ao que é dito.

O autor é outro elemento de rarefação do discurso, não aqui visto como a forma de indivíduo, mas como uma função, como “princípio de agrupamento do discurso”. De acordo com Foucault, “o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real.” (FOUCAULT, 1996, p.28). Atualmente é na área da literatura que a autoria é exigida como uma assinatura que ateste aquilo que é escrito, uma vez que o indivíduo que se coloca a escrever uma possível obra futura, retoma a função do autor.

O campo das disciplinas constitui-se como elemento de exclusão do discurso, uma vez

que para que esse campo se configure, é necessário que haja a possibilidade de se formular proposições novas que podem ser reconhecidas como verdadeiras ou falsas. Foucault afirma que, quando surge um novo objeto, este “pede novos instrumentos conceituais e novos fundamentos teóricos”. Por meio do exemplo de Mendel, demonstra que, mesmo que se diga a verdade, o discurso pode não estar no verdadeiro de sua época, sendo necessárias mudanças de escalas que permitam às proposições serem consideradas verdadeiras. Assim, “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.” (FOUCAULT, 1996, p. 34-35).

O ritual, por sua vez, é o que determina qual a qualificação que devem ter os indivíduos que falam e toda a parte ritualística da qual o discurso deve ser acompanhado, como os gestos, os comportamentos e as circunstâncias. (FOUCAULT, 1996, p. 39). Já as sociedades do discurso se fazem presente quando o conhecimento é detido por um número limitado de pessoas e apenas no meio desse grupo ele pudesse circular e ser transmitido. São, por sua vez, as doutrinas que “liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e proíbe, conseqüentemente, todos os outros.” (FOUCAULT, 1996, p.41).

De acordo com Foucault (1996, p. 44) os procedimentos de sujeição do discurso são os “rituais da palavra”, as “sociedades do discurso”, os “grupos doutrinários” e as “apropriações sociais”. Por isso, para que seja possível analisar o discurso, o teórico estabelece que devem estar envolvidas três situações: “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante.”. Questionar nossa vontade de verdade nos leva a questionar a transparência do que é dito, o que está na evidência, restituir o discurso ao caráter de acontecimento se justifica quando se examina os enunciados a partir de suas condições de possibilidade (historicidade) e a soberania do significante que o sentido não está nas palavras, no que é dito.

É em sua dispersão que o discurso deve ser analisado, conforme Fernandes (2012) afirma que são por outros discursos, transformados e modificados que todo o discurso constitui-se, ou seja, na dispersão de acontecimentos. São nas relações sociais que as marcas heterogêneas da dispersão acontecem. Desse modo, o discurso deve ser considerado a partir de seu aparecimento em um determinado contexto histórico e social, assim como o são os enunciados, pois, “ao referir-se às práticas discursivas, refere-se, também, às práticas sociais, visto que o discurso envolve condições histórico-sociais de produção.” (FERNANDES, 2012, p.28). Por isso, pensar na maneira foucaultiana de enxergar o discurso consiste em perceber que a formação discursiva em um determinado momento é constituída por discursos outros,

que a atravessam em uma incessante repetição.

Para Foucault, os princípios de método, são os da “inversão”, que implica reconhecer a rarefação do discurso, ou seja, suas exclusões; o da “descontinuidade”, que implica em tratar os discursos como práticas descontínuas; o da “especificidade”, conceber o discurso como uma prática imposta por nós e nessa prática o discurso encontra o princípio de sua regularidade e, o da “exterioridade”, pensar as condições de possibilidade do discurso. O autor ainda determina quatro princípios reguladores para a análise, as quais possuem oposições. São elas, a noção de acontecimento, que se opõe à criação; a de série, com oposição à unidade; a de regularidade, que se opõe à originalidade e a de possibilidade, que se opõe à significação. (FOUCAULT, 1996, p.54).

Diante desses princípios destacados por Foucault, é possível pensar como a mídia local reproduz os discursos referentes às populações indígenas em suas matérias e o que essa prática nos mostra a respeito desses acontecimentos discursivos, uma vez que fazem parte de um determinado momento histórico e social. Em contraponto, buscaremos verificar no discurso do próprio sujeito indígena, como este é engendrado pelo processo de subjetivação decorrido da convivência com a circulação de “verdades” promovida pelos jornais. Essas “verdades” atuam como responsáveis por retroalimentar o imaginário do público leitor em relação a situações estigmatizantes envolvendo os indígenas e seu modo de vida. A fim de reunir material suficiente para sedimentar essas constatações, lançaremos mão de entrevistas realizadas com jovens indígenas, e abordaremos a temática das representações deste sujeito na mídia douradense a partir de suas respostas. Com isso, selecionamos recortes dos enunciados dos entrevistados e analisaremos os ecos dos dizeres da mídia na composição destes.

Para dar continuidade à explanação dos conceitos postulados por Foucault em seu método arqueogenealógico, trataremos em seguida da noção de enunciado e de sujeito.

1.1 O discurso e suas formações: os acontecimentos discursivos e o enunciado pela ótica foucaultiana

Em se tratando do uso do discurso com a finalidade de estabelecimento e manutenção de relações de poder entre grupos sociais distintos, Foucault (1996) afirma que isso ocorre com a divisão dos grupos permeada por fatores que unem os indivíduos em um contexto de pertencimento, como o *status*, a raça, a nacionalidade, as posições ideológicas, entre outros e atribui a essa doutrina o papel de servir-se de “certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros.” (FOUCAULT, 1996,

p. 43).

Fischer (2008) nos mostra que para a análise foucaultiana, o discurso está muito além do léxico e do campo semântico das palavras, mas busca mais que isso, busca a complexidade das práticas discursivas e não discursivas onde forma-se um determinado objeto, ou seja, caminha para muito além da ligação entre as palavras e as coisas e procura as regras por meio das quais as práticas discursivas se formam. Através de seus vários trabalhos, o filósofo francês procurou demonstrar, por meio do estudo de documentos tantos, como se dava o controle daquilo que poderia ou não ser dito em uma luta constante para se estabelecer o que deveria ou não estar na ordem do discurso.

Os acontecimentos discursivos ocorrem em sua “dispersão” e Foucault afirma que devem ser analisados de maneira diferente de uma análise da língua, de modo a responder a pergunta “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2008, p.30). No método arqueogenealógico, Foucault (2008, p. 54-55) propõe que o discurso seja analisado “no nível do próprio discurso”, ou seja, o discurso deve ser tratado “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.

Em se tratando do enunciado, o filósofo diz que este não é uma estrutura, mas sim “uma função que cruza um domínio de estrutura e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” (Foucault, 2008, p. 98). Então, para Foucault, (2008, p. 100-101), o enunciado é único em seu acontecimento e não está ligado a uma condição de reaparecimento. “Trata-se de uma relação singular”, enfim, mesmo que haja uma mesma formulação em outro momento, esta estabelece um novo enunciado e não o mesmo que ocorrera anteriormente. “O enunciado é sempre um acontecimento.” (FISCHER, 2013, p. 140).

Nesse âmbito, Gregolin (2004) nos mostra que Foucault definiu enunciado diante de três oposições: com a frase, com a proposição e com atos de linguagem e explica que para o método arqueológico seria a função enunciativa a responsável por torná-los enunciados, sendo então “essa função enunciativa que interessa à Arqueologia.” (GREGOLIN, 2004, p.26). Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2008) determina que o enunciado corresponde a um conjunto de signos, desde que atenda a algumas condições de existência, quais sejam: que se relacione com um conjunto de objetos, que possua um “referencial”, ou seja, algo que seja um fator de diferenciação; que exista o sujeito, não entendido como um indivíduo ou uma consciência individual, mas como uma posição a ser ocupada; a presença de um campo associado, ou seja, campos de saberes, como, por exemplo, o campo da Medicina, da Economia, dentre outros; e uma materialidade, que coloca o discurso em um determinado

espaço material.

Um conjunto de enunciados constitui, por sua vez, uma formação discursiva (FD), que, de acordo com Foucault (2008, p. 131), consiste em “conjuntos de *performances* verbais [...] que estão ligados no nível dos enunciados”. Para o filósofo, a FD se caracteriza por sua “dispersão”, pois ela é para os enunciados uma “lei de coexistência”. O Discurso é, então, um conjunto de enunciados que se sustentam na mesma FD. (FOUCAULT, 2008, p. 132). Assim, podemos pensar enunciados que coexistem em sua dispersão e fazem parte de diversas áreas do saber. Como exemplo de uma FD é possível citar a Medicina, pois todos os enunciados relacionados a ela constituem uma FD dessa área do saber. O enunciado “Fumar faz mal à saúde”, faz parte do conjunto de enunciados que englobam a FD da área médica.

Ao definir o que é prática discursiva, Foucault (2008, p. 133) determina que “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. É, assim, a regularidade do discurso, a maneira como ele emerge, seu *modus operandi*. De acordo com Fischer, (2013, p. 141) “estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente, e afirmando verdades de um tempo. As ‘coisas ditas’ não se afastam das dinâmicas de poder e saber de seu tempo”.

Para a composição do *corpus* desta pesquisa, foram selecionados diversos recortes com a temática indígena na mídia jornalística *on-line* de Dourados, publicados entre julho de 2018 e abril de 2022, e foi possível constatar a tendência em noticiar episódios de violência ocorridos nas Aldeias do Município. Essa tendência também foi apontada pelos estudantes indígenas entrevistados, os quais apontaram que a mídia apresenta os fatos de maneira superficial e com ênfase apenas no ato violento, sem buscar compreender o contexto social dos sujeitos envolvidos e sem ouvir os próprios sujeitos, testemunhas ou a liderança da comunidade com a finalidade de mostrar as possíveis motivações ou razões que permearam o ocorrido. Assim, existe um fator de regularidade nos discursos que compõem as práticas discursivas sobre o sujeito indígena, que demonstra as regras históricas que fazem emergir esses discursos, estabelecendo verdades em um determinado momento. Essas “verdades”, por sua vez, são responsáveis por constituir relações de poder e saber, perpetuando assim situações de preconceito e estigma.

Nesse limiar de pensamento, a função enunciativa para o autor, não pode existir sem que esteja vinculada a um “campo adjacente” (FOUCAULT, 2008, p. 110), que seriam outras áreas do saber, outros enunciados. Por exemplo, um enunciado jurídico pode estar ligado a

enunciados da área da medicina, história, economia, etc. Assim, “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em jogo enunciativo”. Foucault chama essa particularidade de “coexistência enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 112).

Dada a premissa foucaultiana de que um enunciado está sempre ligado a outros enunciados, atestando assim sua historicidade, Gregolin (2004) descreve que o campo associativo é formado pelas formulações outras que estão vinculadas ao enunciado por terem precedido a ele, ou por terem sofrido adaptações ou modificações por meio deles, ou ainda por surgirem posteriormente em decorrência dele ou por compartilharem com ele seu *status*.

O discurso materializado na mídia sobre as questões envolvendo os indígenas perpassam por esse processo e tornam-se conteúdos que se concretizam no momento de seu acontecimento. Logo, ainda que o mesmo enunciado pareça ser reproduzido em outra ocasião, ele não será o mesmo, será novo em sua aparição. Porém, o enunciado carrega em sua formação outros enunciados que o antecederam, podendo ter sido modificado por esses enunciados anteriores e também podendo incorrer no surgimento de enunciados futuros. Assim, podemos perceber nas notícias selecionadas que, o meio midiático, investido de um caráter de portador da verdade, enuncia a partir de notícias anteriores e também acaba por influenciar matérias futuras, de modo a retroalimentar um padrão enunciativo cíclico.

1.2 Raridade, Exterioridade e Acúmulo na análise enunciativa foucaultiana

Na análise enunciativa foucaultiana, três aspectos devem ser considerados: o da raridade, o da exterioridade e o de acúmulo. A raridade é a indicação de que “nem tudo é sempre dito”, ou seja, de acordo com esse princípio de rarefação, os enunciados são estudados “na instância que os faz surgirem à exclusão de todos os outros” (FOUCAULT, 2008, p. 135), logo, o enunciado a partir do lugar que somente ele ocupa, em uma limitação de aparecimento. Gregolin, (2004, p.37), afirma que a raridade indica uma não transparência enunciativa, uma vez que “nem tudo pode ser dito num lugar qualquer por um sujeito qualquer”.

Tomando por base esse princípio, Foucault (2008) procura desvincular a ideia de enunciado ligado a uma historicidade no campo ideológico e procura restituí-lo ao momento de sua irrupção, em seu lugar de acontecimento. Assim o fazendo, o discurso deixa a ideia

exegética de infinitude e surge como um “bem finito”, com “regras de aparecimento” que, para o autor, apontam para os meios de apropriar-se e utilizar-se desse bem que indicam para as questões de poder que envolvem esse processo de apropriação e utilização e colocam o discurso como objeto de “luta” e de “luta política”.

A exterioridade, para Foucault (2008), consiste na proposta de considerar o enunciado a partir de sua dispersão, ou seja, da instância de acontecimento, que permite analisá-lo não como resultado de algo anterior a ele, mas em seu próprio nível enunciativo, onde e quando foram produzidos. Assim, essa noção de exterioridade devolve os enunciados a um *lócus* de autonomia, uma vez que não é tratado como resultado de outra coisa, deixando dessa forma a ideia de uma “subjetividade soberana”. “Não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade.” (FOUCAULT, 2008, p. 139). De acordo com Gregolin (2004, p.37) pela exterioridade, a análise “busca reencontrar o exterior onde se repartem em sua relativa raridade, em sua vizinhança lacunar, em seu espaço aberto, os acontecimentos enunciativos”.

A noção de acúmulo, por sua vez, para o autor, trata de pensar o enunciado em sua temporalidade, ou seja, como os enunciados pertencentes a uma FD se acumulam ao longo do tempo. O filósofo determina três fenômenos que ligam os enunciados a sua temporalidade, quais sejam, a remanência, a aditividade e a recorrência. Por remanência entende-se a forma material de conservação de textos e como são armazenados, como os livros e as bibliotecas, por exemplo, sendo o esquecimento e a destruição “o grau zero da remanência. E sobre o fundo por ela constituído, os jogos da memória e da lembrança podem-se desenrolar.” (FOUCAULT, 2008, p. 140). A noção de aditividade tem relação com a maneira como os enunciados se agrupam e se relacionam com outros enunciados de acordo com sua natureza. Essa coexistência acontece, então, de maneiras diferentes, de acordo com as especificidades enunciativas como o assunto, a temporalidade, etc. Finalmente, a recorrência é a característica que relaciona todo enunciado a um campo de elementos que o antecederam e em relação aos quais se situa. De acordo com Foucault (2008, p.141) essa característica constitui o passado do enunciado, colocando-o como “verdade adquirida, como um acontecimento que se produzia, como uma forma que se pode modificar, como matéria a transformar, ou, ainda, como objeto de que se pode falar”.

1.3 O *A priori* histórico e o Arquivo: surge o método arqueológico

Foucault (2008) determina que, na materialidade discursiva, existe uma trama que liga

muitos autores e tudo o que já foi dito por meio de um campo denominado por ele de “positividade”, uma vez que nesse campo se desenvolvem “identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos”. Para Fernandes (2012), a positividade que marca a prática discursiva é possibilitada pelo fato de os discursos ocorrerem em uma dispersão de enunciados e possibilitados pela sua historicidade. Seria, então, sob a visão foucaultiana, essa positividade a cumprir a função do *a priori* histórico, que é tido pelo filósofo como uma “condição de realidade para enunciados”, na medida em que

Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. *A priori*, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas à experiência, mas de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas. [...] esse *a priori* deve dar conta dos enunciados em sua dispersão [...] em suma, tem de dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho. (FOUCAULT, 2008, p. 144).

Então, há sistemas responsáveis pela emergência enunciativa, ou seja, o enunciado a partir de seu momento de irrupção no interior das práticas discursivas. A esses sistemas, Foucault chamou de “arquivo”. Fernandes (2012, p.36) resume a noção foucaultiana de arquivo como um “conjunto de enunciados efetivamente produzidos em dada época”. Trata-se, pois, de discursos que tiveram seu surgimento graças a “um jogo de relações” e “segundo regularidades específicas”. (FOUCAULT, 2008, p.146). O teórico complementa essa ideia ao colocar o arquivo como “sistema de enunciabilidade” e “sistema de funcionamento”. Sistema de enunciabilidade, uma vez que diz não se tratar de documentos guardados como passado ou identidade cultural, mas sim de questionar ao próprio discurso a quais possibilidades enunciativas ele direciona, sendo assim “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”; sistema de funcionamento devido ao fato de o arquivo não significar uma ressurreição de enunciados inertes, mas sim de ser o que “define o modo de atualidade do enunciado-coisa”. Por isso, o arquivo

[...] define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. **É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.**

(FOUCAULT, 2008, p.147-148, grifos do autor).

Em conclusão, Foucault (2008) estabelece que o método arqueológico é fundado a partir da concepção de arquivo e coloca o termo “arqueologia” em oposição à tentativa de buscar algum começo. O teórico diz ainda que a análise não se associa a alguma “exploração ou sondagem geológica” e sim a “uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte.” (FOUCAULT, 2008, p.149). Desse modo, a arqueologia, de acordo com a concepção foucaultiana, “descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo.” (FOUCAULT, 2008, p.149).

Em seguida, abordaremos o conceito de sujeito determinado por Foucault, uma vez que ele o distancia de uma ideia de individualidade e o liga a uma posição que deve ser ocupada na prática enunciativa. Por isso, o sujeito não pode ser dissociado das práticas sociais e das relações de poder que as envolvem. Diante da proposta desta pesquisa é de suma importância essa abordagem, uma vez que tomaremos por base de análise o discurso veiculado pela mídia local e também o discurso do próprio sujeito permeado por essas representações.

1.4 O sujeito e as relações de poder

Ao abordar o sujeito do enunciado, em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault (2002, p. 27) afirma que o sujeito de conhecimento não é atravessado pela ideologia, mas sim formado, juntamente com as relações de verdade, por meio das “condições políticas, econômicas de existência”. Foucault caminhou na contramão da ideia do marxismo acadêmico de sua época, para o qual o ambiente sócio econômico se reflete na consciência do sujeito e ao criticar essa forma de análise, traz à luz uma forma de pensar os sujeitos como permeados pelas práticas sociais, sujeitos de conhecimento que surgem e se desenvolvem a partir dessas práticas. Seu objetivo foi o de mostrar como as práticas sociais de controle e de vigilância fizeram surgir “um certo saber do homem” e como esse saber criou um tipo novo de “sujeito de conhecimento” no século XIX. (FOUCAULT, 2002, p.8).

Para atingir seu objetivo, Foucault (2002, p.9-10) concebeu três eixos de pesquisa: o primeiro eixo consistia em considerar o domínio do saber a partir de sua história, ou seja, relacionado às práticas sociais, excluindo-se a predominância de um sujeito de conhecimento

dado definitivamente; o segundo, uma metodologia de análise dos discursos como “jogo estratégico e polêmico”, ou seja, não reduzido ao seu aspecto linguístico e o terceiro foi o de considerar o sujeito não mais como aquele por meio do qual a verdade se dá na história, mas um sujeito constantemente constituído, fundado e refundado pela história. Foucault postula que deve ser feita “a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais.” (FOUCAULT, 2002, p.10-11).

Para sustentar a hipótese de que o sujeito não é predeterminado pela história, mas sim de que ele é formado na e com a história, Foucault (2002) apoiou-se em Nietzsche, mais precisamente em sua teoria de que “o conhecimento foi inventado”. Para Nietzsche, o termo “invenção” encontra-se em oposição ao termo “origem”, ideia considerada inconcebível para sua época, 1873, uma vez que se contrapunha às teorias filosóficas de então. No caso da religião, por exemplo, que era defendida por Shopenhauer com uma visão metafísica de preexistência, Nietzsche preconizou que esta foi criada/fabricada. O mesmo ocorreu, segundo ele, no caso da poesia e do ideal. A esse respeito diz Foucault: “Foi por obscuras relações de poder que a poesia foi inventada. Foi igualmente por puras obscuras relações de poder que a religião foi inventada.” (FOUCAULT, 2002, p.15-16).

Conforme Foucault, há dois sentidos que surgem da preconização Nietzscheana. Primeiro o de que o conhecimento, sendo uma invenção, não faz parte da natureza humana, logo não é instintivo, segundo, que o conhecimento não está vinculado ao “mundo a conhecer”.

E assim como entre instinto e conhecimento encontramos não uma continuidade, mas uma relação de luta, de dominação, de subserviência, de compensação etc., da mesma forma, entre o conhecimento e as coisas que o conhecimento tem a conhecer não pode haver nenhuma relação de continuidade natural. Só pode haver uma relação de violência, de dominação, de poder e de força, de violação. O conhecimento só pode ser uma violação das coisas a conhecer e não percepção, reconhecimento, identificação delas ou com elas. (FOUCAULT, 2002, p.18).

Ao desvincular a concepção de conhecimento das coisas do mundo, admitindo assim uma arbitrariedade, a análise de Nietzsche exclui a concepção cartesiana de Deus do sistema de conhecimento. Essa constitui a primeira ruptura que essa análise provoca. A segunda vem da concepção de que o conhecimento não é instintivo. Desaparece, então, a “unidade de sujeito humano”, ou seja, nas palavras de Foucault, “podemos admitir sujeitos, ou podemos admitir que o sujeito não existe”. (FOUCAULT, 2002, p.19-20).

A partir da concepção nietzschiana que coloca na origem do conhecimento as relações

de luta e de poder, Foucault postula que para que seja possível a compreensão dessas relações, devemos nos aproximar dos políticos ao invés dos filósofos.

Assim, Foucault (2002) buscou em Nietzsche bases para a realização de uma análise histórica à qual ele chamou de “política da verdade”. Devido a isso, foi possível pensar que, por se constituir em uma relação estratégica, o conhecimento possui uma natureza parcial, oblíqua, perspectiva. “Só há conhecimento na medida em que entre o homem e o que ele conhece, se estabelece, se trama algo como uma luta singular, um *tête-à-tête*, um duelo. [...] Esse é o caráter contraditório do conhecimento [...]: generalizante e sempre singular.” (FOUCAULT, 2002,p.26).

Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2008, p. 107) amplia a concepção de sujeito ao teorizar que ele ocupa “um lugar determinado e vazio” que não é necessariamente o mesmo lugar nos enunciados, ou seja, é uma função que pode ser desempenhada por indivíduos diferentes, ou, de maneira oposta, um mesmo indivíduo pode ocupar a posição de sujeitos diferentes em diferentes enunciados. É então, segundo o filósofo, a presença desse lugar de sujeito que “caracteriza toda formulação enquanto enunciado”, logo, a presença do sujeito é condição de sua existência. (FOUCAULT, 2008, p. 107).

Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados “enunciados”, não é porque houve, um dia, alguém para proferí-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim, na medida em que pode ser assinalada a **posição do sujeito**. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. (FOUCAULT, 2008, p. 108, grifos nossos).

Em consonância com Fernandes (2012), o cerne dos estudos foucaultianos sempre foi o da constituição histórica do sujeito por meio dos discursos, o que levou o teórico a colocar o foco de seus estudos no poder como constituinte das relações discursivas e, conseqüentemente, dos sujeitos. Assim concluiu que o poder é algo exercido a partir de práticas e é marcado pela dispersão. Essa maneira de analisar o poder que levou Foucault a pensar o sujeito sempre em sua dispersão histórica e social, deu-se por considerar o poder em vários seguimentos: o poder ligado ao jurídico e ao institucional, que mantém as relações de produção; o poder que pode emanar do próprio sujeito em contestação aos regimes que lhe são impostos; o poder que gera a sujeição dos sujeitos por meio de instituição de verdades discursivas e o poder que acontece dentro das relações diárias de força com os sujeitos. Sendo por formas de dominação, governamentalidade ou pelo cuidado de si, existe a relação com o

biopoder, o poder sobre a vida e sobre o corpo. Assim, para Foucault, “o poder organiza-se em torno da vida” e “implica relações”. (FERNANDES, 2012, p.52-53).

Para Fischer (2013, p. 133-134), pensar o sujeito da maneira foucaultiana, consiste em considerá-lo em sua multiplicidade, a partir de algumas questões fundamentais: Quem fala? A partir de qual lugar se fala? Qual é a autoridade que este que fala possui para que aquilo que diz seja considerado como verdade? Qual a qualificação que o indivíduo que fala possui institucionalmente do lugar de onde enuncia? Por isso, abandona-se a ideia de um sujeito soberano e ele passa a ser considerado não em sua forma de indivíduo, mas a partir da posição ocupada diante do discurso em si.

Em outras palavras: o sujeito do discurso não é uma pessoa, alguém que diz alguma coisa; trata-se antes de uma posição que alguém assume, diante de um certo discurso. Ora, essa posição se dispersa em várias cenas enunciativas, que o analista do discurso se encarregará de descrever. O importante é mostrar essa multiplicação do enunciado, nesse caso, a partir das posições de sujeito. (FISCHER, 2013, p. 134).

Sabemos da existência do sujeito leitor, consumidor, o enunciatário das publicações midiáticas. Porém, esse sujeito não está em foco nesse trabalho, uma vez que levamos em consideração as óticas do produtor e do objeto das notícias. Então, para essa pesquisa, temos duas representações de sujeitos: o do jornalista, que enuncia a partir de uma posição que o qualifica para noticiar e informar a partir de veículos de cunho institucional e, a do próprio indígena, que fala a partir de sua vivência, o que o constitui como sujeito histórico e social. O que nos interessa não é a busca de um “sujeito soberano”, mas do sujeito em sua multiplicidade, que carrega consigo todos os ditos anteriores e que o permitem ocupar uma determinada posição de fala. Tanto o jornalista, quanto o indígena não enunciam a partir de uma individualidade de consciência, mas assumem uma posição diante do discurso que os tornam complexos e vários. Assim, para analisar esses discursos de acordo com a visão foucaultiana, faz-se necessário considerá-los a partir de seu irrompimento, ou seja, do momento histórico em que ocorrem.

Desde a colonização a convivência entre indígenas e não indígenas foi marcada por relações de lutas e de dominação e são essas relações que permeiam a constituição dos sujeitos e que permitem que estes enunciem a partir de uma posição ocupada em um determinado momento histórico. Por isso, é viável pensar que essas relações se reflitam tanto no discurso jornalístico e midiático, quanto no discurso do próprio sujeito indígena, uma vez que estes se apresentam em um cenário no qual muitas “verdades” estão historicamente

instituídas. As temáticas escolhidas para serem noticiadas possuem uma regularidade que demonstram uma tendência à perpetuação de situações segregacionistas e estigmatizantes no que concerne aos povos originários. Uma vez que recaem constantemente em matérias que terminam por enfatizar situações de conflito e violência nas aldeias, no imaginário do público leitor calcifica-se a imagem do indígena como alguém não civilizado, um selvagem que não é capaz de viver em sociedade.

Ante o exposto, buscamos mostrar em seguida como se constituiu historicamente a busca humana pela verdade e como isso sempre correspondeu a interesses políticos e de manutenção de poder.

1.5 A busca da verdade ao longo da história

Foucault, em *A Verdade e as Formas Jurídicas* traça um percurso histórico dos métodos judiciais com a finalidade de mostrar como ocorreu ao longo dos séculos a busca pela verdade dos fatos. O filósofo utilizou-se do mito de Édipo para narrar como o povo conseguiu se apoderar do direito de se opor às verdades de seus governantes e julgá-los. Foi a partir daí que uma voz popular, imbuída do saber de ter presenciado um fato, teve papel decisivo em um julgamento e a partir de então, o saber teria se desvinculado do poder, dando origem ao mito platônico de que não pode existir poder político onde há a verdade pura do saber científico. Ideia essa veementemente contestada por Nietzsche, o qual demonstra que é uma luta de poder que baseia todo o conhecimento.

As sociedades germânicas, por sua vez, até o momento em que entraram em contato com o Império Romano, eram regidas por um tipo de Direito que era regulamentado pela prova. Logo, nesse sistema, bastava que houvesse aquele que se apresentasse como vítima e que apontasse seu adversário, aquele que lhe houvera causado o dano. A vítima poderia ser alguém da família da parte ofendida, sem que existisse nessa relação a presença da sociedade, do Estado ou de autoridade, excetuando-se os casos de traição e homossexualidade, nos quais a comunidade exigia coletivamente uma reparação ao indivíduo por sentir-se lesada por ele. O Direito nesse momento seria então “uma maneira regulamentada de fazer a guerra”, ou seja, “a forma ritual da guerra”, uma vez que ritualizava a luta e os atos de vingança entre os indivíduos. (FOUCAULT, 2002, p. 55-57).

Esse modelo perduraria até metade ou final do séc. XII, quando um poder exterior imposto como poder judiciário e político passou a regulamentar a solução dos litígios. É nesse

momento que surgiu a figura do procurador na posição daquele que deveria dar a queixa, representando-o. Paulatinamente o poder político passou a substituir a vítima, o que fez surgir a noção de infração, ou seja, a ideia de dano se deslocou para além da esfera individual e trouxe à baila a presença do Estado como parte lesada em sua soberania. Foi a partir de então que foi gerado o mecanismo das multas e das confiscações, que permitia ao sistema monárquico “enriquecer e alargar suas propriedades.” (FOUCAULT, 2002, p.65-67).

Uma vez que o Estado se estabelecia como parte lesada em ações penais, o mecanismo da prova se fez ineficaz, pois era pautado na luta entre as duas partes envolvidas. Foi então resgatado um modelo já utilizado no Império Carolíngio e também por Guilherme, o Conquistador – o do inquérito. Esse modelo, que possui origem tanto administrativa, quanto religiosa, buscava o estabelecimento da verdade de maneira racional, viabilizado por uma nova estrutura política. Esse procedimento consistia no poder político que procurava estabelecer a verdade por meio da opinião de pessoas consideradas idôneas, com notabilidade social. Julgadas capazes de saber, era solicitado a essas pessoas que coletivamente decidissem e dissessem sua opinião sobre qual seria a verdade dos fatos. Para Foucault, “somente a análise dos jogos de força política, das relações de poder, pode explicar o surgimento do inquérito”. (2002, p.73).

A noção de infração, por sua vez, era ligada à ideia de pecado, uma vez que o inquérito se introduziu na esfera penal por meio da Igreja e essa vinculação ainda possui seus resquícios nos dias atuais. O sistema de inquérito se difundiu em outras práticas, como as econômicas e as sociais e também nos domínios do saber. Assim, as diversas áreas do saber passaram a ter o estabelecimento da verdade a partir da prática do inquérito, ou seja, o resultado racional de opiniões de pessoas qualificadas para darem seu parecer sobre o assunto. No final da Idade Média o sistema de prova já havia sido substituído pelo inquérito. Foucault determina que:

O inquérito não é absolutamente um conteúdo, mas a forma de saber. [...] O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder. É a análise dessas formas que nos deve conduzir à análise mais estrita das relações entre os conflitos de conhecimento e as determinações econômico-políticas. (FOUCAULT, 2002, p. 77-78).

É chegado, enfim, o modelo que está vigente até os dias atuais e que foi o sucessor do inquérito. A partir da reorganização do sistema judiciário na Europa e no mundo, surgiu,

então, a “sociedade disciplinar”. (FOUCAULT, 2002, p.79). O filósofo aponta para a desvinculação da ideia de infração à de pecado e à instituição do conceito de “crime”, o qual seria algo que perturba e causa dano social, sendo a figura do criminoso ligada àquele que descumpre o pacto de ordem e provoca o dano, colocando-se como inimigo da sociedade. Projetaram-se, então, maneiras de punição e reparação do dano social, as quais foram posteriormente substituídas pela forma de prisão. Essa maneira de reparar tem em vista não o ato cometido, mas a iminência de atos futuros que o criminoso teria a capacidade de cometer.

Assim, Foucault nos mostra que, ao fim do séc. XIX, o indivíduo era visto por seu grau de periculosidade, não ao nível dos atos efetivamente cometidos, mas sim dos possíveis atos futuros que esse comportamento anunciava. Por isso, o controle de punição seria então de responsabilidade de poderes marginais à justiça, na ordem da vigilância e da correção, como a polícia. Esse poder de vigília estendeu-se por outras instituições além da polícia, como escolas, hospitais, fábricas, com um olhar sempre atento que “funciona em rede e promove a docilidade e a submissão daqueles sobre quem ele recai”. (FERNANDES, 2012, p.61).

Apontando para isso, Foucault (2002) chamou a atenção para o conceito de “sociedade de vigilância” e para o modelo social de *Panopticon*, ambos cunhados por Bentham. Esse modelo baseia-se em uma estrutura arquitetônica em formato de anel com um pátio ao centro no qual haveria uma torre e um vigia. O anel seria formado por celas as quais possibilitaria ao vigilante uma visão ampla e totalitária, logo, o indivíduo seria vigiado em todos os seus atos, nada poderia ser escondido. Para Foucault (2002, p.87), “este tipo de poder pode perfeitamente receber o nome de panoptismo”.

Desse modo, o panoptismo não está estruturado dentro do sistema de inquérito, mas do “exame”, da vigilância. Enquanto o inquérito tinha como princípio a busca da verdade pautada em descobrir se algo realmente ocorreu ou não, na sociedade da vigilância, o indivíduo é controlado permanentemente em sua conduta. Nesse contexto, Fernandes afirma que esse tipo de sistema faz com que aquele para quem o olhar de vigilância se dirige saiba que é constantemente observado gerando assim um meio em que a disciplina funcione sozinha, assim, “mesmo se a cúpula central estiver completamente vazia, o poder se exerce” (FERNANDES, 2012, p.62). Aquele que exerce a função de vigia está investido em uma posição sujeito, já que sua função pode ser assumida por outra pessoa e, uma vez que também encontra-se inserido no sistema, é por sua vez vigiado por uma instância mais ampla.

Foucault determina que o poder não é um exercício fixo e unilateral, mas se estabelece em um sistema de relações. Nesse sentido, Fernandes esclarece que todas as relações entre sujeitos são permeadas pelas relações de poder, o que o coloca como forma de resistência à

sujeição, à subjetivação e à submissão, uma vez que essas lutas são responsáveis por transformarem os indivíduos em sujeitos. (FERNANDES, 2012, p.56-57). Assim, Fernandes conclui que mesmo em um contexto sistêmico de exame cuja função é “fazer do sujeito apenas um corpo sujeitado, o que se configura como fabricação do indivíduo”, esse poder, como determina Foucault (2012), ocorre em forma de relações e implica em lutas e resistência.

Como demonstra o autor, esse tipo de controle gera um saber baseado no poder exercido sobre esses indivíduos.

Ao longo da história foram criadas diversas organizações com a finalidade de exercer o controle social por meio do exame de conduta dos cidadãos. Fortemente ligadas à conotação religiosa, houve as comunidades destinadas a combater os comportamentos tidos como opostos àqueles ditados pela religião. Grupos para militares de auto-defesa foram suscitados pelas classes mais favorecidas em resposta ao início de algumas agitações sociais e políticas. Por fim, sociedades econômicas, com a implantação da polícia e da polícia privada com a finalidade de proteger o patrimônio de sociedades comerciais evitando furtos ou outros atos contra seus bens. No decorrer histórico dessas organizações, houve mudanças que colocaram seu controle nas mãos das classes mais elevadas, transformando-as assim em instrumento de poder sobre as classes mais pobres.

De acordo com Foucault (2002), o sistema de prisão, de privação de liberdade, por sua vez, nasceu de forma paralela à da justiça. A monarquia na França, arbitrariamente, expedia cartas, chamadas de *lettres de cachet* que serviam para infligir privações ao indivíduo, inclusive de sua liberdade, com seu envio para a prisão. Era também possível solicitar essa carta ao Rei com a alegação de que alguém estivesse agindo fora das regras sociais de conduta. Tratava-se, enfim, de um contra poder que dava a grupos ou indivíduos o direito de exercer um policiamento de modo privado. Com o decorrer do tempo, o controle extrapolou as esferas morais e religiosas e passou a se instalar sobre a população operária que surgia. Assim, a prisão, que é o sistema punitivo desde o séc. XIX até a atualidade, não nasceu como uma pena do Direito.

Foucault nos mostra o panoptismo e seu funcionamento ao nível do indivíduo, uma vez que esse sistema teve um grande alcance econômico e demográfico. O teórico chama a atenção para a constituição de um instrumento intraestatal ao qual chamou de “rede institucional de sequestro”, a qual surgiu da necessidade do Estado e da indústria de utilizar-se do tempo de vida dos indivíduos. Por isso, foram criadas instituições responsáveis por controlar o tempo das pessoas e transformá-lo em tempo de trabalho: “vemos multiplicar-se,

então, instituições em que o tempo das pessoas se encontra controlado, mesmo não sendo efetivamente extraído em sua totalidade, para tornar-se tempo de trabalho.” (FOUCAULT, 2002, p. 117).

A rede institucional de sequestro tinha então, de acordo com Foucault, quatro funções: a primeira seria a já comentada transformação do tempo do indivíduo em tempo de trabalho; a segunda, estaria ligada ao controle dos corpos desses indivíduos, tornando-os força de trabalho; a terceira, vincula-se à micro estrutura de poder presente no interno dessas instituições e que se estabelecem a partir da observação e julgamento dos indivíduos, sendo como um poder judiciário e a quarta trata-se de um “poder epistemológico”, baseado, tanto no saber que é possível extrair dos indivíduos, quanto no saber gerado a partir da observação destes no estado de constante exame. Para Foucault, essa forma de poder epistemológico é capaz de gerar novas formas de controle, pois, uma vez que é possível estudar o homem observando-o, surgem saberes atrelados ao comportamento humano que podem fornecer elementos úteis ao funcionamento das instituições. (FOUCAULT, 2002, p.118-122).

Diante dessas considerações, é viável pensar que no contexto social de “convivência” o sujeito indígena encontra-se “examinado” pelo olhar da sociedade. A visão estereotipada e a manutenção do preconceito pode colocar o indígena em observação constante, não por algo que tenha efetivamente cometido, mas por aquilo que pensa-se possa ser capaz cometer. Ao veicular notícias, em sua grande maioria, relacionando a vida nas Aldeias com situações de violência extrema, a mídia alimenta uma visão social que atrela a imagem do sujeito indígena a esses atos e pode constituir elemento que justifique o olhar vigilante de indivíduos que ocupam essa posição sujeito.

Borges (2013, p.43-44) considera que a AD nos traz a compreensão de que a história discursivamente se define pela produção de sentidos e que “um discurso silencia outros que seriam possíveis, mas que, a partir de determinada posição, não é permitido dizer”. Por isso, segundo a pesquisadora, a AD “nos possibilita interpretar as práticas discursivas e a ilusão de verdade”. No discurso dos estudantes indígenas, obtido por meio das entrevistas, ao responderem sobre como se sentem quando estão em locais urbanos juntamente com pessoas não indígenas, foi possível escutar enunciados recorrentes sobre essa situação, tais como: “me sinto acoada, parece que todo mundo fica me olhando”, “as pessoas já me olham julgando, não aceitam o diferente”.

1.6 Compreender a Identidade sob o viés da cultura

Abordar questões indígenas traz à tona a necessidade de tratar de conceitos como o de cultura e o de identidade. Ligados aos Estudos Culturais, esses aspectos teóricos serão de grande valia, uma vez que trarão luz às razões pelas quais um determinado grupo se comporta diante de padrões similares que os caracterizam e aproximam de sua comunidade. Esses padrões, ao mesmo tempo em que carregam aspectos tradicionais, também caminham constante e inevitavelmente em direção a mudanças. Faz-se importante enfatizar que abordar o conceito de Identidade no campo dos Estudos Culturais não nos permite tratá-lo como sinônimo de Sujeito ou Subjetividade, conceitos estes ligados à área da AD.

Identidade e Cultura são aspectos aos quais precisamos recorrer devido a este trabalho possuir como objeto principal o sujeito indígena e por isso é essencial explorar conceitos capazes de atender à diversidade identitária e cultural destas pessoas. Assim, utilizaremos o trabalho de autores como Bauman (2012), para adentrar no campo conceitual da cultura ao longo da história até a modernidade, Hall (2000) que trabalha com a constituição da identidade do sujeito pós-moderno, o qual vive em um contexto sócio cultural híbrido, e Woodward (2014), para quem a identidade se constrói em meio às relações sociais e às diferenças ao considerar o contexto neoliberal da globalização.

Como estamos lidando com sujeitos na interculturalidade se faz mister adentrar nesta seara a partir de autores que discutem a temática com propriedade teórica. Nesse sentido, propomos de início uma conversa com Zigmund Bauman (2012), para quem a ideia de cultura é uma criação histórica que, ao mesmo tempo que significa um instrumento que permite a liberdade plena do homem, serve-se dessa mesma liberdade para cercear, limitar o vasto leque de possibilidades de escolhas em um conjunto finito. Essa ambivalência faz com que haja uma situação paradoxal entre a liberdade e a falta dela e caminha entre ambiguidades como “novidade e tradição”. Por isso, os aspectos culturais estão sedimentados sobre aquilo que é historicamente determinado e herdado e a necessidade de movimentar-se para o novo, em uma busca de acompanhar a tendência do mundo moderno.

Para este autor, é na tentativa de construção da ordem que isso ocorre, pois, significa “manipular as probabilidades dos eventos”, logo, “se o que se deve ordenar é um conjunto de seres humanos, a tarefa consiste em incrementar a probabilidade de certos padrões de comportamento, ao mesmo tempo que se restringe, ou se elimina totalmente, a possibilidade de outros tipos de conduta.” (BAUMAN, 2012, p.19). Assim, é nessa relação contrastiva entre liberdade e determinação que habita o conceito de cultura, por isso, as características culturais de um determinado povo perpassa por essa relação. Um determinado grupo que compartilha de uma mesma origem cultural age dentro de uma variação de comportamentos que é limitada

em suas probabilidades, porém com padrões que são sempre levados a uma renovação, em contraponto com sua perpetuação.

Conforme postula Bauman, a cultura que já foi vista como um sistema fechado em si mesmo durou por um certo tempo, mas não se pode sustentar em um mundo que possibilita que os símbolos viajem e sejam compartilhados com plena liberdade. O mundo moderno globalizado decretou o fim das barreiras geográficas que mantinham os grupos distantes uns dos outros e o *ciberspaço* revolucionou a maneira e a velocidade com que as informações transitam. Esse contexto, de acordo com o autor, não é propício a perpetuar padrões.

O conceito de cultura também está sendo debatido no campo de estudo da Análise do Discurso. Conforme apontam Ramos e Ferreira (2016), a cultura interpela os indivíduos em sujeitos, ao passo que os constituem, determinando sua organização e maneira de agir. As autoras admitem a estreita ligação entre cultura, processo histórico e relações de poder, uma vez que é heterogênea e permeia todos os aspectos da vida social.

Entendemos a cultura como resultado de um processo em constante transformação que não pode ser analisado separado dos movimentos históricos e sociais que a envolvem. Dessa forma, a cultura não trata apenas da reprodução, mas também da transformação, com espaços para criticidade e interpretação. A cultura não existe fora do social, este entendido como constituído pelas formações imaginárias que funcionam no discurso e que medeiam a relação do sujeito com suas condições de existência, e dissociada da história. (RAMOS; FERREIRA, 2016, p. 141-142).

Assim, de acordo com as autoras, no campo da A.D., a cultura é entendida a partir de sua incompletude e sua natureza heterogênea. Por isso, mesmo tendo muitas vezes seu funcionamento encoberto, criando um falso aspecto homogêneo, a interpelação é sujeita a brechas pelas quais perpassa a resistência que abre caminhos para a transformação.

Este trabalho leva em conta o sujeito indígena e suas representações em um contexto social cultural híbrido e pleno de mudanças. A proximidade geográfica entre as Aldeias e o perímetro urbano do município de Dourados faz com que esse sujeito viva entre a sua cultura de berço e a cultura ocidental, uma vez que adentra esse contexto social a fim de trabalhar, estudar, ir ao Banco, ao supermercado, ao hospital, ou outras razões. Assim, é plausível pensar que seu processo identitário perpassa as questões desse contato cultural presentes cotidianamente em sua rotina, uma vez que, de acordo com Hall (2000), a identidade não é uma construção biológica e sim histórica, sendo fantasiosa a ideia de uma identidade única e permanente.

Nessa esteira de reflexão, o sujeito veste-se de várias identidades, conforme são

plurais os sistemas de representação que o rodeia. Hall postula que essas mudanças caracterizam o sujeito pós-moderno, fruto das atuais sociedades, desprendidas do passado, de “mudança constante, rápida e permanente.” (HALL, 2000, p.14). O sujeito, uma vez imerso em outra cultura, passa a ser interpelado por ela e desenvolve múltiplas identidades, pois ao passo que “os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.” (HALL, 2000, p.13).

No campo da AD, mais especificamente das teorias discursivas foucaultianas, é necessário considerar as condições das quais o discurso emerge, no momento de seu acontecimento. Então, é fundamental perceber por quais relações socio culturais o sujeito encontra-se envolvido e como essas relações influenciam no processo constante de sua formação identitária. Há que se considerar também a questão do bilinguismo como marca característica do indígena habitante de Dourados, especialmente os mais jovens. Ao apropriar-se de outra língua, o sujeito apropria-se de toda a bagagem cultural que a língua carrega, pois, “falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais.” (HALL, 2000, p.40).

A convivência entre indígenas e não indígenas acontece em meio às diferenças entre ambas as culturas e é nessa relação que a identidade do sujeito se constitui, uma vez que ela é um produto “relacional” e “marcada pela diferença”. (WOODWARD, 2014, p.9). Não é raro observarmos indígenas que estão inseridos socialmente no contexto urbano, estudam, trabalham, dirigem seus veículos, prestam serviços, etc. Nesses casos, o sujeito veste-se de uma identidade que o aproxima do sujeito urbano, morador da cidade. Às vezes, porém, é possível observar a presença do indígena em uma construção identitária distante do sujeito urbano, de acordo com suas vestimentas ou por transitarem em carrinhos puxados por cavalos, por exemplo. Para Woodward (2014), há uma relação entre a identidade e as coisas que a pessoa usa. Assim, “a identidade é marcada por meio de símbolos”, sendo sua construção “tanto simbólica, quanto social”. (WOODWARD, 2014, p.9-10).

A maneira como foi conduzido o processo de aldeamento dos povos indígenas impactou a constituição cultural desses sujeitos. Interpelados pelo discurso de que o indígena deixa de ser índio uma vez que se encontra fora de seu contexto social, muitos indígenas encontram-se “desligados” de suas origens. Vivem à margem da sociedade, perambulando pelas ruas, bêbados e pedindo esmolas. Para Ramos e Ferreira (2016), mesmo a cultura sendo

heterogênea, forma-se uma ideia de unificação a partir de alguns padrões que são compartilhados pelo coletivo. Para elas, essa “herança cultural repetida por gerações condiciona-nos a seguir e aceitar esses padrões, bem como discriminar, agir depreciativamente, deixar de fora quem não os segue”. (RAMOS; FERREIRA, 2016, p.144).

Melo (2020) realiza um estudo com base em notícias midiáticas e nos ecos provocados por essas notícias nos discursos de alunos indígenas que frequentam cursos de nível superior em Instituições Públicas de Dourados. Para ela, as diferenças são evidentes devido à questão de separação geográfica entre as aldeias e a cidade, o que termina por dificultar que o não indígena conheça o contexto cultural e social ao qual o sujeito indígena pertence. Essa falta de conhecimento fomenta a incompreensão do universo do outro e atrela o imaginário coletivo à figura defasada do indígena presente nos textos históricos e literários e também na mídia.

Segundo Woodward (2014), o cenário globalizado impacta a formação identitária, uma vez que gera uma cultura homogeneizada. Nesse contexto, os indígenas são muitas vezes compelidos a viver de maneira similar à cultura não indígena inserindo-se nos ambientes urbanos. Melo (2020) observa que a busca de jovens indígenas pelo ingresso às Universidades ocorre devido ao fenômeno da globalização, uma vez que eles possuem acesso aos mesmos bens de consumo e por isso almejam conquistar uma formação a fim de estarem aptos ao mercado de trabalho. Porém, “tais relações não se dão de forma harmônica nem mesmo tranquilas”. (MELO, 2020, p.31-32).

Ao pensarmos na atividade da mídia que noticia questões envolvendo esse sujeito indígena, trazendo muitas vezes sua voz a essas matérias, é pertinente refletir sobre o que postula Woodward (2014), a respeito da representação desse sujeito, por meio da qual surgem os significados, tornando possível a esse sujeito dar sentido à sua existência. São esses sistemas de representação e os discursos que “constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.” Para Woodward, a mídia, por sua vez, “nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular” (WOODWARD, 2014, p.18).

Para os resultados buscados neste trabalho, é de suma relevância a forma como a mídia trata a questão e como o próprio sujeito se percebe no cenário de subjetivação em que se encontra, dado que, as identidades baseadas na raça, de acordo com Woodward (2014, p.34), “atravessam o pertencimento de classe”. Em suas palavras:

A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um

determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica. (WOODWARD, 2014, p. 34, 35).

Ao considerarmos o discurso midiático a respeito dos indígenas, é necessário levar em conta que aquele que narra o evento, ou seja, o sujeito que se utiliza de um meio institucional para veicular notícias, também está imerso em um cenário de choque entre culturas e de diferenças e a sua identidade, por sua vez, é formada a partir dessa condição exterior. Temos, segundo Silva, que tanto a identidade, quanto a diferença são socialmente produzidas e “são criadas por meio de atos de linguagem”. (SILVA, 2014, p. 76). Desse modo, a definição discursiva e linguística de ambas “está sujeita a valores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas, elas são impostas”. Sendo assim, no contexto social específico, podem muitas vezes surgir situações de intolerância e conflitos que se manifestam, entre outras formas, por meio da linguagem. Uma vez que a identidade e a diferença constituem-se no ambiente sócio cultural, sendo ali criadas, ambas “não são, nunca, inocentes” (SILVA, 2014, p. 81), já que estão estreitamente ligadas às relações de poder.

CAPÍTULO 2

OS INDÍGENAS NO MATO GROSSO DO SUL E AS ORIGENS DAS RESERVAS INDÍGENAS

Os indígenas habitam o território nacional e a região sul-mato-grossense desde a chegada dos primeiros seres humanos no território, o que formava uma vasta diversidade sociocultural. Contudo, com a chegada dos conquistadores ibéricos e dos bandeirantes entre os séculos XVI e XVIII, deu-se início ao processo de colonização a partir do adentramento da Bacia Platina e exploração do ouro do atual território do Mato Grosso do Sul. A consequência desse processo foi a extinção de diversos povos, dos quais restaram apenas alguns grupos, conforme observa Eremites de Oliveira (2001).

Mesmo diante desse passado, o Estado de Mato Grosso do Sul conta com a segunda maior população indígena do País. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, 73.295 pessoas se autodeclararam indígenas no Estado com base no quesito cor ou raça, número esse menor apenas que o do Estado do Amazonas. Com isso, é viável pensar que essa representatividade deixa marcas na constituição identitária da população sul-mato-grossense, bem como nos aspectos históricos e culturais da região. Do mesmo modo, as características socioculturais das populações indígenas são afetadas pelo contato com a cultura ocidental. Também faz-se presente, no entanto, “nos problemas políticos, econômicos e socioculturais que constituem um desafio a ser enfrentado, na busca de soluções urgentes, pela sociedade organizada e pelos governos”. (EREMITES DE OLIVEIRA, 2001, p.120).

Essa realidade caminha em consonância com Troquez (2015), reponsável por pontuar que, esse crescimento populacional é contrário a previsões de estudiosos do início do século XX, de que haveria um gradual desaparecimento dos povos indígenas, com sua integração pela cultura ocidental. Apesar de todas as consequências do processo colonial com a dizimação em massa desses povos, escravização e supressão linguística dos mesmos, eles resistiram e possuem uma representação significativa no país e especialmente no Estado de Mato Grosso do Sul, com as etnias Guató, Ofaié-Xavante, Kadiwéu, Terena, Kinikinawa, Kaiowá, Guarani, juntamente com as etnias Kamba e Atikum, vindas da Bolívia e Pernambuco, respectivamente. (TROQUEZ, 2015, p.23).

Maria Elizabeth Brêa Monteiro realizou no ano de 1981 um estudo denominado *Levantamento Histórico Sobre os Índios Guarani e Kaiwá*, no qual reuniu documentos que compreendem o período entre os séculos XVII e XX e que lhe serviram para mapear a história desses povos e a ocupação colonial em seus territórios. A guerra com o Paraguai, deflagrada

em 1865 fez com que se iniciasse uma ocupação territorial de cunho político e militar que resultou na implantação de localidades e colônias militares, como a de Dourados, entre outras. Em concomitância, ocorria também uma ocupação econômica da região, entre o final do século XIX e início do século XX. Desencadearam-se, de acordo com Monteiro (2003), diversos conflitos fundiários, que trouxeram consigo intensa ocupação do território com finalidade pastoril e de plantio da erva mate. Essa expansão causou o surgimento das cidades e, como consequência, a diminuição da área ocupada pelos povos indígenas.

Assim, o processo exploratório realmente dificultou o isolamento dos povos indígenas na região que hoje corresponde ao Estado de Mato Grosso do Sul e resultou na necessidade de criação das Reservas Indígenas:

Ao longo dos séculos, os brancos foram se aproximando da região ocupada pelos índios de início apenas tangenciando-a para, posteriormente, irrem ocupando os territórios dos Guarani mais densamente. Dentre as alternativas de sobrevivência restou às populações indígenas o seu engajamento como mão de obra dos grandes ervateiros que se estabeleceram na área. O “disciplinamento” das relações entre índios e brancos no Mato Grosso implicava o reconhecimento dos territórios indígenas e sua consequente demarcação. (MONTEIRO, 2003, p. 31).

A criação do órgão de Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910 estava estreitamente ligada ao sistema de demarcação de Reservas, uma vez que entre 1915 e 1928 criou oito delas no atual território sul-mato-grossense, das quais uma foi a de Francisco Horta Barbosa, no Município de Dourados.

A criação das Reservas teve como justificativa a necessidade por parte do Estado de proteger os povos indígenas de situações exploratórias e até mesmo violentas. Com a expansão do plantio de erva mate na região do Paraguai, toda a população da área fronteiriça foi amplamente recrutada para o trabalho nessa produção. O Relatório do auxiliar Genesio Pimentel Barboza, escrito em 1927, descreve as condições de trabalho às quais os indígenas eram submetidos por parte da Companhia Mate Laranjeira como um sistema de escravidão, e devido a isso, justificava-se a necessidade da designação de terras reservadas pelo Estado, nas quais as crianças tivessem escolarização e os índios praticassem a agricultura. (BARBOZA *apud* MONTEIRO, 2003, p.71).

Além de descrever a ação da polícia local como “nula” e “iníqua”, Barboza (2003) diz que o sub-delegado tinha o poder de indicar, a seu critério, alguém de sua confiança para exercer o cargo de inspetor de quartirão, que seria responsável por executar suas ordens e

fazer serviços a seu mando. Por isso, não eram imputadas punições em relação aos atos desse inspetor, o qual impunha seu poder por meio de espancamentos, estupros e até mesmo assassinatos.

Como não havia lei favorável aos indígenas, eles também ficavam vinculados a adquirirem mercadorias no armazém de fornecimento da Companhia em transações comerciais que Barboza classificou como desonestas, uma vez que, segundo ele, “não há um índio, por econômico e trabalhador que seja, que possa receber qualquer importância, em dinheiro, como saldo de contas”. (BARBOZA *apud* MONTEIRO, 2003, p.75) Logo, o trabalhador estava fadado a um endividamento do qual jamais se libertaria “a não ser pela fuga”. Nesse regime de escravidão, caso algum indígena decidisse por fugir, seria perseguido pelo inspetor de quarteirão e, ao ser localizado, seria levado de volta ao trabalho, de modo a quitar sua dívida, à qual ainda viria acrescida das custas resultantes da diligência feita em sua busca. (BARBOZA *apud* MONTEIRO, 2003, p.75-79).

Em contrapartida, é possível notar que, além da premissa de garantia de proteção aos indígenas, as Reservas também atenderiam a diversos interesses do Estado, uma vez que, de acordo com Troquez (2015, p.26), os colonos poderiam ter, assim, acesso ao restante do território, além de facilidade em conseguir mão de obra “farta e barata”. Monteiro chama a atenção para o fato de que o próprio SPI exercia o papel de designar os indígenas para trabalhar nos ervais: “Cabe observar que o próprio Serviço de Proteção aos Índios servia como agenciador de índios para o trabalho de extração da erva-mate.” (BARBOZA *apud* MONTEIRO, 2003, p.31).

Borges (2013) chama a atenção para o fato de que o SPI era designado a um índio genérico e, logo, não foram estabelecidos parâmetros que atendessem às diversidades dos povos indígenas do Brasil. Para a estudiosa, a “proteção” possui em sua materialidade linguística uma prática etnocida, capaz de suprimir essas diversidades, “confiando que o outro possa ser convertido ao nós”. (BORGES, 2013, p. 2-3). Isso ocorre quando uma cultura se considera superior à outra e, por isso, responsável por civilizar e disciplinar os povos “inferiores”. Desse modo

A rede de **proteção** imprime as práticas civilizatórias e o efeito de evidência, pela ideologia, de que a União **assiste, protege, civiliza, incorpora, expande, nacionaliza e comunga**, ou seja, cria estratégias para ensinar o silvícola a ser nacional. Essas estratégias produzem a sensação ilusória de que os povos indígenas estão de fato e de direito, pelo texto da lei, sendo protegidos e de que a integração se dá “naturalmente” **progressiva e harmoniosamente**. (BORGES, 2013, p.4, grifos da autora).

Além disso, havia uma preocupação “patriótica” com o “problema da nacionalização da fronteira”, com o adentramento da língua e dos costumes paraguaios em território brasileiro, mais especificamente na faixa compreendida entre o Rio Dourados, Ivinhema, Paraná e fronteira com o Paraguai:

[...] o descuido dos poderes públicos, principalmente no tocante à instrução primária, vem permitindo a quasi oficialização da língua castelhana nas escolas districtaes e nos pequenos povoados, do que resulta já não saberem os próprios brasileiros se expressar a não ser nesse idioma, quando escrevem, ou, o que ainda é pior, no guarany, quando falam. [...] do que resulta, para os que visitam ou percorrem pela primeira vez a fronteira matogrossense com a república Paraguaya, uma impressão bastante contristadora, que sobretudo fere nos sentimentos e amor pátrios. (BARBOZA *apud* MONTEIRO, 2003, p. 73).

Parafraseando Barboza, pode depreender-se que esse fenômeno interferia no interesse do Estado em explorar nacionalmente a mão de obra indígena e, por isso, o interesse em reintegrar as tribos nos hábitos e costumes brasileiros. Assim, para Toquez (2003, p.26), “as reservas indígenas foram resultadas de um projeto claro de ‘colonização’ e ‘civilização’ que desconsiderou as especificidades (étnicas, culturais e históricas) dos indígenas e negou-lhes o direito à ‘posse’ das terras que tradicionalmente ocuparam”.

Diante do objeto principal deste trabalho, em seguida serão apresentados alguns dados históricos sobre a formação da Reserva Indígena de Dourados e os povos que nela vivem. Uma vez que esses aspectos dão continuidade à composição da historicidade dos sujeitos desta pesquisa, é importante trazê-los à tona para uma melhor compreensão da posição social que ocupam e o processo de subjetivação pelo qual se encontram envolvidos.

2.1 A Reserva Indígena de Dourados: sua criação e seus habitantes

A fundação da Reserva Indígena de Dourados, doravante denominada RID, ocorreu com o Decreto nº404 de 03/09/1917, mas obteve registro definitivo em Cartório apenas no ano de 1965. Com a área de 3.539 ha, fazia parte de uma das primeiras inspetorias regionais, chamada de I.R. 5, cuja sede estava situada em Campo Grande MS. (MONTEIRO, 2003).

Essa área, de acordo com o Relatório de Genésio Pimentel Barboza, já citado anteriormente, foi “reservada aos índios Caiuás, junto ao Patrimônio de Dourados.” (BARBOZA *apud* MONTEIRO, 2003, p. 97). Correspondente ao Posto Indígena Francisco

Horta Barbosa, na RID também encontravam-se indígenas originários dos povos Terena e Guarani:

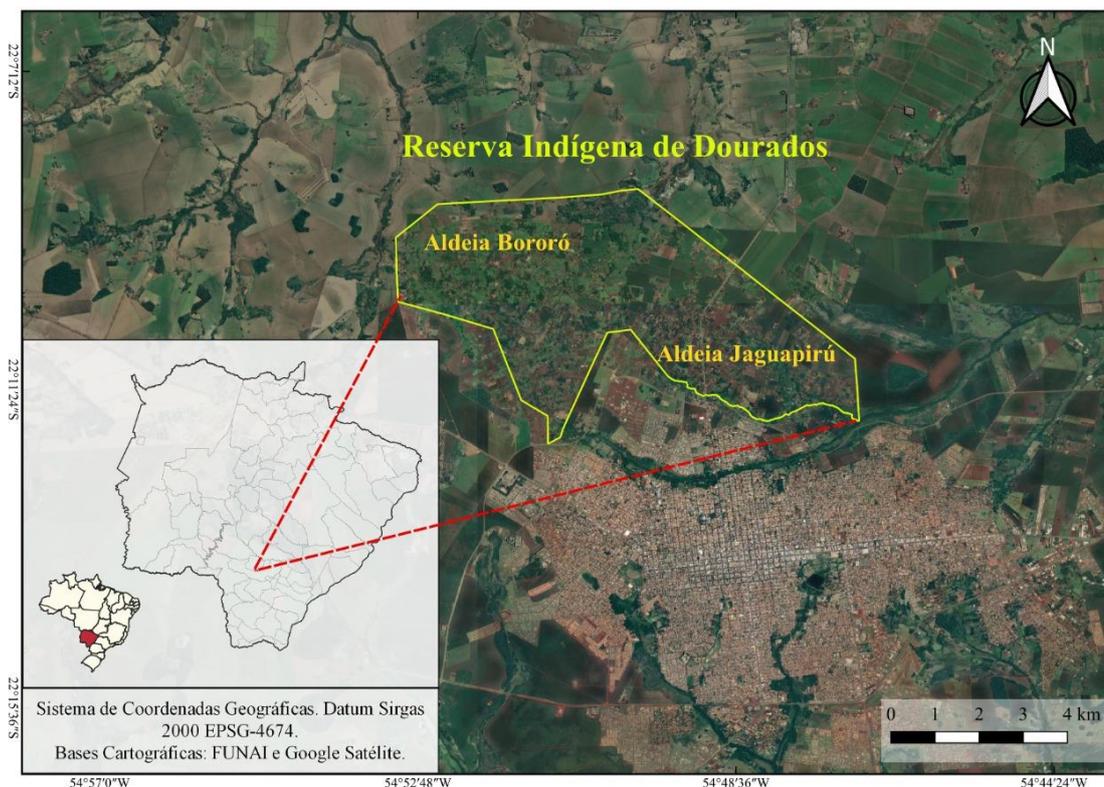
Nessa época os Kaiowá estavam localizados, em sua maioria em pequenos grupos espalhados na zona ervateira ao sul do Estado. Encontravam-se misturados com índios Terena e Guarani pelos municípios de Dourados, Ponta Porã, União. Os Kaiowá aldeados encontravam-se nos postos indígenas Francisco Horta, no município de Dourados, José Bonifácio (Tey-Cuê), município de Ponta Porã, e subposto União (Nhu-Verá). (MONTEIRO, 2003, p. 32).

Faz-se interessante ressaltar que a etnia Guarani aqui citada é referente aos Guarani Ñandeva, pois são os únicos que se autodenominam como Guarani. (MACHADO, 2019, p. 85). Sobre essa separação, pondera Pereira:

No caso de Mato Grosso do Sul, onde convivem dois desses grupos, um deles se autodenomina Guarani, mas é classificado como Ñandeva pela maioria dos estudiosos. O segundo grupo é formado pelos Kaiowa. Por conta da diferenciação no cenário multiétnico local, os Kaiowá não se reconhecem e nem aceitam serem identificados como Guarani, contra a insistência dos pesquisadores e outros agentes indigenistas. Isto gera bastante confusão, pois a maioria das pessoas classificadas pelos estudiosos como Ñandeva insiste em ser reconhecida como Guarani, enquanto, por outro lado, os Kaiowa recusam o rótulo geral de Guarani, sob o qual são muitas vezes englobados. O assunto mereceria uma convenção entre os estudiosos e indigenistas que atuam na região. (PEREIRA, 2004, p. 2).

Correspondente às Aldeias Bororó e Jaguapiru, a RID localiza-se na Rodovia Dourados-Itaporã Km 05, próxima da área urbana do município de Dourados MS. Devido à sua proximidade e por fazerem divisa entre si, as duas Aldeias podem ser consideradas como apenas uma, porém a marcação etnológica é bastante presente nas falas dos sujeitos que nelas habitam, o que demonstra uma clara divisão de cunho social entre as duas populações.

Fotografia 1 - Mapa da Reserva Indígena de Dourados



Fonte: Google Satélite.

A Aldeia Jaguapirú encontra-se próxima à Rodovia, conforme é possível visualizar no Mapa, e é considerada mais avançada e mais “urbanizada”. Mais afastada, encontra-se a Aldeia Bororó, e, conseqüentemente, com maiores problemas sociais. Essa distinção ocorre, de acordo com Pereira (2015) devido à abertura de estabelecimentos comerciais na frente das casas situadas na Rodovia ou nas estradas cujo fluxo de pessoas é maior. Para este autor, a urbanização, apesar de apresentar aspectos positivos, como, por exemplo, uma alternativa de rendimento para as famílias que vivem nesses espaços, pode provocar contrastes culturais entre os habitantes que não podem beneficiar-se dessa condição.

Além disso, também outros fatores acabam por gerar situações conflituosas entre os habitantes da RID. O aldeamento historicamente estabelecido forçou as famílias a mudarem-se para a reserva e também a conviver com outras etnias, o que, na forma natural de viver desses povos, não aconteceria.

Com o intuito de uma abordagem mais específica, traremos em seguida uma melhor perspectiva a respeito de três etnias – Kaiowá, Guarani (Ñandeva) e Terena que coexistem na RID.

2.2 Compreendendo a etnia Kaiowá

Segundo o antropólogo Egon Schaden, que realizou um estudo sobre a cultura e aculturação dos índios Guarani existentes em território brasileiro, os Guarani da região Meridional dividem-se em três grupos, quais sejam: os Ñandeva, os Mbuá e os Kayová. Para este estudioso, essa separação ocorre devido às diferenciações de língua e também por “peculiaridades na cultura material e não-material.” Em consonância com esta pesquisa, apesar da inevitável homogeneização cultural provocada pelo processo de colonização, os próprios grupos procuram enfatizar pontos de diferenciação entre si, havendo críticas e rivalidades recíprocas. “A diversidade dos dialetos, das crenças e práticas religiosas, de constituição psíquica e mesmo da aparência física serve de motivo para cada bando afirmar a todo momento a sua pretensa superioridade sobre os demais.” (SCHADEN, 1974, p.1-2).

Monteiro (2003) chama a atenção para o fato de que os autores, ao tratarem dos Guaraní, costumavam fazê-lo de maneira genérica, ou seja, sem especificar a qual subgrupo pertenciam. A autora explica que a própria denominação Kaiowá foi atribuída pelos colonizadores, os quais não sabiam diferenciar os grupos e assim, ao grupo de Guarani que resistiu ao contato com os “civilizados”, fugindo para as matas, foi dado o nome de Kaiowá, que significa “habitante da mata”. (MONTEIRO, 2003, p.18).

Tradicionalmente, os índios Kaiowá ocupavam uma área de aproximadamente quarenta mil quilômetros quadrados no Brasil e Paraguai, “que se estendia, ao norte, até os rios Apa e Dourados e, ao sul, até a Serra de Maracaju”, área essa caracterizada por presença de matas, córregos e terra adequada para o cultivo. Essas eram características essenciais para um território Kaiowá. (MONTEIRO, 2003, p.18).

Por meio de um levantamento documental, a autora consegue demonstrar que os Kaiowá eram considerados “inofensivos” e “amistosos” mesmo tendo conseguido viver por muito tempo de maneira isolada e sem contato com os exploradores. Em relatório elaborado pelo Diretor Geral de Índios apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Mato Grosso em 04 de outubro de 1872, Francisco José Cardozo Júnior faz a seguinte descrição a respeito deste povo:

Ignora-se o número de indivíduos a que possa atingir essa família, residente nas imediações do rio Iguatemy. É ainda pouco conhecida, entretanto supõe-se ser numerosa, de índole pacífica e dada à vida sedentária. Dizem que os Caiuás aplicam-se à lavoura do que é strictamente indispensável à própria subsistência. Alguém afirma ser o Caiuá constante naquilo que

empregando, qualidade esta raríssima entre o selvagem. (CARDOZO *apud* MONTEIRO, 2003, p. 63).

Como já mencionado, foi para os índios Kaiowá que a RID foi inicialmente destinada. Apesar de sua preferência pelo isolamento nas matas, com a ocupação gradativa dos territórios em que viviam, não lhes restou alternativa senão a de estabelecerem-se nas áreas de reserva.

2.3 Compreendendo as etnias em suas diversidades: o povo Guarani (Ñandeva) e o povo Terena

Conforme Egon Schaden, Ñandeva é “autodenominação de todos os Guaraní”, porém trata-se da única autodenominação dos falantes do dialeto Apapokúva, registrado pelo etnólogo alemão Curt Nimuenjadú. Este estudioso aponta a Aldeia de Jacareí ou Porto Lindo como possível ponto de partida das migrações Apapokúva. Essa migração ocorreu em direção ao sul e territórios do litoral e interior paulista. (SCHADEN, 1974, p.2-3).

Em visita ao Posto Indígena Francisco Horta, atual RID, Schaden constatou que não eram mais realizadas pelos Ñandeva quaisquer cerimônias típicas, com um abandono quase total da religião de origem. O antropólogo explica que as diferenciações entre os subgrupos de Guaraní originam-se desde antes da chegada do colonizador, devido ao isolamento que era mantido. A colonização e influência dos jesuítas em parte das populações, o contato cultural ocorrido com a chegada dos portugueses e espanhóis e por fim o processo migratório de alguns grupos ao litoral do Brasil, contribuíram para a intensificação dos fatores de diversificação entre grupos Guaraní. Desse modo, “nenhuma tribo ameríndia parece ter sido submetida, nestes quatro séculos, às influências de tão variadas situações interculturais”. (SCHADEN, 1974, p. 11).

Troquez (2019), a partir de um levantamento feito em pesquisa de campo, colheu relatos e, por meio destes, constatou que a família Souza foi a primeira família Guarani a habitar a RID, vinda de região próxima ao litoral paulista por volta da década de 20. Esse depoimento confirma a constatação de Barboza em seu já citado relatório de 1927, de que, além dos Kaiowá já estavam presentes na região da RID também indígenas da etnia Guarani e corrobora com a narrativa de Machado (2019):

Dessa forma, na década de 20 do século passado, minha avó materna

(Sousa), chegou com sua família, guiados pelo seu nhanderu (orientador espiritual), na recém demarcada terra, onde hoje residem os seus descendentes. Dizia ela que foram 05 invernos de caminhada, de Itanhaém (litoral paulista) até chegarem ao destino final de indicação de seus sonhos. (MACHADO, 2019, p. 83).

Hoje, a família Souza é bastante numerosa na RID e firmou parentesco com as outras etnias a partir de casamentos interétnicos. Muitos cargos de chefia e liderança costumam ser ocupados por membros desta família, como “professores, missionários da Missão Evangélica Caiuá (MECA), chefe de posto da FUNAI, capitão, dentre outros.” (TROQUEZ, 2015, p.33).

Na atualidade, a denominação Terena é atribuída a todos aqueles que se reconhecem e são reconhecidos como tal, porém, até o final do século XIX esta etnia dividia-se em diversos grupos, quais sejam: “Terena (ou Etelenoé), Echoaladi, Quinquinau (Equinquinau) e Laiana”. (AZANHA, 2005, p. 73).

De acordo com Pereira, a presença Terena na RID remonta desde a sua formação. A partir de um estudo genealógico e coleta de relatos, o pesquisador concluiu que desde a década de 1920, diversas famílias Terena que viviam na região de Maracaju, Dourados, Ponta Porã e Jardim foram “deslocadas para a reserva indígena de Dourados, aldeia Jaguapiru, e lá se estabeleceram, passando a fazer parte daquela comunidade.” (PEREIRA, 2009, p. 77).

O território original do povo Terena foi bastante afetado pela Guerra com o Paraguai, uma vez que, durante a Guerra, as Aldeias foram destruídas e, após ela, o território foi sendo tomado por fazendas de gado, o que dificultou as possibilidades de permanecerem ali e levou muitas famílias a empregarem-se nestas fazendas em regime de trabalho exploratório. (TROQUEZ, 2015, p. 34).

De acordo com Azanha (2005), falantes da língua Terena, da família linguística Aruák, essa etnia teria sido notada pelo SPI por sua facilidade em assimilar novas tecnologias e adequar-se com facilidade a novas organizações, tornando-se, então, “aliados estratégicos” no que concerne a influenciar povos considerados mais arredios aos interesses integracionistas. Assim, o SPI foi responsável por recolher as famílias Terenas que viviam em fazendas da região de Dourados e Ponta Porã e as deslocarem para a RID. “A intenção expressa era de que eles pudessem facilitar a assimilação dos Kaiowá, considerados pouco solícitos aos intentos integracionistas do Estado.” (PEREIRA, 2009, p. 119-120).

Para Azanha (2005), são várias as características do povo Terena que os identifica como herdeiros da cultura Aruák, entre elas, a prática de uma agricultura sofisticada e a capacidade de manter uma “abertura para o exterior”, que permitiu a esse povo incorporar à

própria cultura aspectos e equipamentos provindos de culturas outras. Essa peculiaridade possibilitou aos Terena uma facilidade em adaptar-se a ambientes diferentes, bem como expandir-se e exercer domínio sobre outros povos, “a quem reputavam como inferiores”. Além disso, com a finalidade de conseguir vantagens, aliavam-se com povos que considerassem superiores politicamente.

De acordo com Troquez, essa característica do povo Terena pode ser observada nas relações que os habitantes desta etnia na RID mantem com o entorno, uma vez que, sendo

influentes na política interna da reserva, estão inseridos nos melhores postos de trabalho nos diversos serviços prestados na RID, na FUNAI, nas áreas da saúde, educação, serviços gerais, entre outros. Também podemos encontrar pessoas Terena da RID atuando em instituições externas à RID. As relações dos Terena com a Missão Evangélica Caiuá garantiram também sua liderança em duas importantes congregações da igreja evangélica indígena dentro da aldeia Jaguapiru. (TROQUEZ, 2019, p. 105).

A partir do exposto, é possível notar as diferenças entre as etnias presentes na RID e perceber que muitos dos fatores de discordância entre elas estão historicamente sedimentados. Por isso, com pauta em estudos realizados neste âmbito, abordaremos em seguida alguns problemas que permeiam a convivência interétnica na RID e as situações desencadeantes de conflitos na busca de compreendê-los em sua historicidade.

2.4 Problemáticas envolvendo a RID: superlotação, convivência e conflitos

Como previamente mencionado, o fato de existirem na RID a convivência entre três etnias diferentes, além de pessoas não indígenas que ali habitam devido a laços matrimoniais ou outros fatores estabelece, de acordo com Troquez (2015, p.39), “uma complexa rede de relações.” Estudos demonstram que, apesar de a ocupação da RID ter ocorrido de modo paulatino, atualmente existe ali uma superlotação que, de acordo com o que demonstra Cavalcante (2019), é responsável por prejudicar a forma de vida tradicional do indígena e também criar barreiras que dificultam a reprodução física e cultural dos povos que ali vivem.

Segundo Pereira (2015), além das três etnias já mencionadas – Kaiowá, Guarani e Terena, vivem na RID indígenas das etnias Bororo e Kadiwéu. Para este autor, a presença de indivíduos não indígenas na Reserva configura ponto de tensão e conflito, porém as lideranças não possuem instrumentos capazes de evitar esse fenômeno que, normalmente, ocorre de modo clandestino. A retirada forçada, por sua vez, geraria conflito em relação às famílias

com as quais estabelecera-se o vínculo.

Aliada a essa realidade, há também a verdade de que a escolha da área destinada à Reserva não foi de maneira alguma pautada em “critérios de ocupação tradicional indígena” (CAVALCANTE, 2019, p. 28), mas conforme presente no relatório de Barboza (1927), seriam terras sem proprietários legais e também propícias à agricultura, uma vez que o Estado pretendia transformar os seus habitantes em trabalhadores rurais.

Assim, é plausível pensar que nesse contexto histórico até os dias de hoje, tantos são os fatores que desarranjam o modo de viver do sujeito indígena, uma vez que a política feita com o escopo de tutelá-los, na realidade, foi pensada para condicioná-los a formas de vida e interesses do colonizador, com a intenção de assimilá-los ao mundo ocidental. Conforme aponta Borges (2013), essa prática teria por fim incorporar o sujeito indígena à civilização e, conseqüentemente, destituir esse sujeito de seus valores tradicionais, “matando”, assim, a sua identidade étnica.

O projeto de criação da RID concentrando os povos indígenas da região em terras demarcadas foi justificado por um discurso bem intencionado de dar proteção ao indígena, o qual era considerado vulnerável à exploração. Contudo, nas entrelinhas dessa justificativa, é possível perceber que a ideia central consistia no apagamento gradual de sua cultura, língua e modo de vida. A educação ofertada às crianças nas escolas das Aldeias era feita aos moldes eurocentristas, eram subjulgados os aspectos culturais originários das etnias de pertencimento em um modelo que visava à padronização aos moldes coloniais. Logo,

[...] por mais que se possam tecer reflexões e oferecer dados sobre isso, por certo, não é possível mensurar com a justiça esperada o quanto os Kaiowá e os Guaraní têm sido prejudicados pela ganância dos não indígenas que se apropriaram de suas terras e tentam, a todo custo, se apropriar de suas subjetividades há mais de um século. (CAVALCANTE, 2019, p. 32-33).

O problema da superlotação ocorreu, conforme demonstra Pereira (2015) em um efeito “bola de neve”, uma vez que à medida que os habitantes na RID aumentavam, cresciam também os problemas sociais e, em decorrência disso, mais intervenções indigenistas aconteciam no local. Assim, as famílias que estavam em outros territórios onde havia poucos recursos, deslocavam-se em massa para a RID a fim de terem melhor assistência.

A junção de etnias diversas em um mesmo território não aconteceu de maneira pacífica. Ao citar o trabalho antropológico de Schaden (1974) Pereira (2015) demonstra que sempre houve hostilidade da parte dos Kaiowá em relação aos Guaranis (Ñandeva) e afirma

que as tensões entre ambas as etnias permanecem mesmo havendo interação e casamentos interétnicos. Isso desagradava as lideranças, que procuravam viabilizar a harmonia na convivência.

Nessa esteira de reflexão, à medida que se deu a completa integração dos povos indígenas, seu modo de vida, suas práticas religiosas, língua, etc, foram suplantados de maneira gradual. Expostos a uma superlotação e, conseqüentemente à convivência forçada entre etnias em um território, como já visto, artificialmente reservado a eles, “houve a imposição de uma nova organização econômica, social e política” que estabeleceu uma nova forma de organização social “*tekopyahu*”. (PEREIRA; MEYER, 2019, p. 121-122). Para Pereira e Meyer (2019), esses fatores, juntamente com a restrição de mobilidade imposta pelo aldeamento, são responsáveis pelo aumento da violência entre os habitantes da RID, crises familiares e aumento de acusações que geram mal-estar social.

Assim, o sujeito indígena que antes vivia em seu território de origem, de acordo com suas tradições, religiosidade, língua e costumes, passou a ser “confinado” em uma área a ele reservada sem qualquer possibilidade de escolha. Nas palavras do pesquisador Almiros Martins Machado, guarani por parte de mãe e terena por parte de pai, habitante da Aldeia Jaguapiru, a RID colocou no mesmo espaço três povos indígenas inimigos “num local que não era o da origem de suas narrativas, de sua história enquanto povo, mas que perceberam ser a última terra onde poderiam estar, **desterrados em seu próprio território**. Não havia mais opções de fuga, tinham que permanecer onde estavam.” (2019, p. 84, grifos nossos).

Todo esse contexto, muitas vezes, é responsável por desencadear situações constantes de conflito e violência na RID, amplamente divulgadas pela mídia nacional e local. Com frequência são noticiados crimes no interior das Aldeias, muitas vezes mostrados nos jornais de maneira a enfatizar a barbárie, com imagens e manchetes que chocam o público. Compreender o processo histórico de constituição desse espaço conflituoso, contribui para que haja uma leitura que vá além do rápido julgamento provocado por essas notícias e que seja capaz de fazer uma leitura outra, mais amplamente pautada nas causas desses atos.

Para que o objetivo de transformar o indígena em mão de obra que servisse aos interesses coloniais fosse atingido, as escolas da RID seguiam um modelo baseado na cultura do colonizador europeu. A língua ensinada era a língua portuguesa e todos os aspectos culturais relacionados à etnia de origem da criança eram desconsiderados. Assim, para uma melhor compreensão da constituição histórica e identitária do sujeito indígena, é pertinente descrever brevemente como acontecia o processo educacional no contexto da Reserva e as mudanças que ocorreram desde então.

2.5 As representações do sujeito indígena no cenário educacional: ressaltando estereótipos

Como já dito, a educação escolar indígena se deu desde sempre conforme padrões impostos pelo colonizador. O olhar etnocêntrico do europeu enxergava os indígenas como seres “primitivos” e “atrasados” que, por consequência, precisavam ser “educados” dentro das normativas entendidas como civilizatórias. Essas normativas desconsideravam toda a cultura desses povos, desde sua língua, seus rituais, sua organização social, seus conhecimentos, enfim, todos os aspectos que os distinguiam como povo.

De acordo com Troquez (2015), a intenção primeira era a de integrar os indígenas à população considerada civilizada para que fossem transformados em mão de obra nacional, atendendo às necessidades da sociedade capitalista que estava posta. Com as crianças sendo educadas dentro dessa ótica, os povos indígenas seriam progressivamente assimilados pela cultura colonial e toda a sua formação cultural ficaria no esquecimento.

À guisa da Constituição Federal de 1988 (CF), esse cenário começou a modificar-se, uma vez que foi reconhecido aos indígenas “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam [...]” (Art. 231). A CF restituíra aos povos indígenas direitos que lhes haviam sido suprimidos até então. Em relação à questão educacional, pode ser referenciado o artigo 210, o qual fixa os conteúdos mínimos a serem ministrados no ensino fundamental, com “respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Esse artigo traz em seu parágrafo segundo a seguinte redação: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, **assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.**” (CF, 1988, §2º, grifos nossos).

Outro importante documento oficial a esse respeito é o Decreto n.6861 de 27 de março de 2009, que determina que as escolas indígenas devem situar-se em territórios habitados pelos indígenas, com organização escolar próprias e para atendimento exclusivo dessas comunidades com aulas ministradas em língua materna. Determina também, que o material didático seja criado e publicado de forma diferenciada, com o intuito de atender as especificidades do público em questão e assim valorizar sua cultura e diversidade étnica e fortalecer suas práticas socioculturais. O texto do Decreto determina a formação de professores indígenas para atender ao alunado das escolas. (BRASIL, 2009).

Ter esses direitos garantidos em Lei é um avanço importante para as lutas indígenas contra o processo de dominação ao qual estiveram expostos após a chegada do colonizador.

As marcas do pensamento colonial que atribui ao indígena uma posição de inferioridade se fez presente nas políticas educacionais, contribuindo sobremaneira para a formação e manutenção de estereótipos no imaginário social. Conseqüentemente, o próprio sujeito indígena, já deslocado e subalternizado, também se constitui a partir desse cenário de exclusão e preconceito.

Mancini e Troquez (2009) refletem sobre os estereótipos que a escola, por meio de suas práticas etnocêntricas e seus materiais didáticos, mantém em relação ao sujeito indígena. Para as autoras, o Livro Didático (LD) “são veículos de circulação de ideias” que traduzem valores e comportamentos, sendo assim possível detectar elementos de dominação em seu conteúdo. Estaria intrínseca a essa questão, o fato de ser interesse político a manutenção da imagem do índio “preguiçoso” e, então, diretamente responsável por atravancar o desenvolvimento econômico das áreas que ocupam e que reivindicam ocupar por direito.

Por isso,

[...] os conteúdos selecionados para compor um livro didático, quando retratam a questão indígena, representam a apropriação que é feita por um determinado grupo. Nesse sentido, é perceptível a apresentação de um indígena “despregado” da realidade e sendo representado de acordo com os padrões do grupo que detém o poder sobre os veículos de transmissão de conhecimentos, idéias e valores. [...]. A reflexão e a análise do poder simbólico instituído nos conteúdos contidos nos livros didáticos em muito corroboram para manter a temática indígena isolada e descontextualizada historicamente. (MANCINI; TROQUEZ, 2009, p. 190-191).

Essa maneira de retratar o sujeito indígena os considera como seres a-históricos, desconsiderando sua cultura de origem, sua linguagem e sua constituição social, e corrobora com a manutenção do cenário de estigma e preconceito social historicamente instituído. Por sua vez, o próprio indígena pode ser “moldado” e subjetivado por meio desse processo de inferiorização e exclusão. É importante refletir que, se há um interesse político em manter essas imagens distorcidas e coloniais no imaginário popular, também outros instrumentos midiáticos de comunicação social podem servir de veículos para esse fim.

Entre os principais estereótipos fixados em relação aos povos indígenas, Mancini e Troquez (2009) destacam os seguintes: o do indígena “generalizado”, que desconsidera os tantos grupos étnicos existentes no país e coloca todos os indígenas como uma categoria única, desconsiderando, assim, sua diversidade linguística, de pensamento e de modo de viver; o da imagem do sujeito indígena presa ao passado, ou seja, “remanescente de um estágio civilizatório há muito ultrapassado”. Essa maneira de enxergar o indígena o exclui da

atualidade social e o mantém fixo no período do descobrimento e nas questões folclóricas, imagem essa que não condiz com a realidade, uma vez que o sujeito indígena se faz cada vez mais presente no contexto social e político. Por fim, a ideia do indígena que ficou sem cultura e sem identidade, que é uma continuação do estereótipo anterior, o qual se caracteriza pela noção errônea de que o indígena teria deixado de ter autenticidade por terem modificado seu modo de viver em alguns aspectos.

Apesar de as mudanças legais em relação à educação escolar indígena terem promovido a possibilidade de iniciar um processo de desconstrução das imagens estereotipadas que até então foram propagadas nas escolas, as mesmas encontram-se sedimentadas no imaginário popular e, por isso, ainda são propagadas e difundidas por meio da mídia, das notícias, das atividades escolares, etc. Por isso, muito há que ser feito no sentido de reverter essa construção de sentidos e desenhar caminhos interculturais que conduzam à aceitação das diferenças entre os povos.

2.6 Os espaços ocupados pelo sujeito que re(existe)

Conforme observamos, a imposição de territórios¹ por meio da criação de Reservas foi realizada de maneira impositiva pelo Estado de modo a não deixar qualquer via de escolha aos povos indígenas. A decisão pelo espaço geográfico de localização da Reserva não foi tomada visando às necessidades desses povos e em respeito ao seu modo de vida, o que resultou, em consonância com Mota (2019), em uma precariedade espacial. Além de afetar diretamente a principal atividade de subsistência desses sujeitos – a agricultura, as políticas indigenistas e as aplicações das práticas coloniais tiveram resultados graves como “homicídios, suicídios, alcoolismo, desnutrição infantil, tráfico de drogas, trabalhos precarizados e análogos ao escravo que acometem especialmente aos jovens.” (MOTA, 2019, p. 268).

Assim, o intuito do SPI de manter os indígenas aldeados, não se concretizou. Mota (2019) apresenta três aspectos de resistência ao confinamento que lhes foi destinado, quais sejam: primeiramente, muitas famílias continuaram vivendo nos fundos das fazendas e mantinham com os fazendeiros, muitas vezes, relações precárias de trabalho, se recusando à

¹ Apesar de ser um direito garantido pela CF de 1988, desde 2016 o governo brasileiro não realiza novas demarcações de terras indígenas. Isso se deve à tese jurídica do marco temporal, a qual defende que os indígenas teriam direito à posse da terra apenas se já a estivessem ocupando no momento da promulgação da Constituição Federal, ou seja, em 05/10/1988. A tese, que encontra-se em julgamento no STF, reforçou a rivalidade entre os povos indígenas e os ruralistas.

vida na Reserva; em segundo lugar, a formação de acampamentos para reivindicar a remarcação territorial demonstra a capacidade de recriar seus territórios em meio à população não indígena e, por último, a procura de alguns sujeitos por viverem na cidade, em meio às formas de ser e viver da “sociedade branca” que chegou junto com o colonizador.

Então, com a redução territorial ocasionada pelo aumento populacional nas Aldeias, a agricultura já não é mais a atividade econômica do sujeito indígena, o qual busca trabalhos assalariados na cidade. Para que possa inserir-se no mercado de trabalho de maneira competitiva, cada vez mais esse sujeito procura obter formação profissional, muitas vezes com o ingresso em instituições de ensino superior. Desse modo, os espaços de mobilidade do indígena atualmente se ampliaram para além das terras a eles reservadas e estenderam-se para o contexto urbano. Muitos até mesmo decidiram deixar a Aldeia e viver temporária ou definitivamente na cidade.

É esse o cenário de mobilidade e convivência entre os povos indígenas que vivem na RID e a cidade de Dourados. Conforme Borges (2013), é impossível pensar a cidade e os sujeitos de forma separada. Para ela “ao olhar do outro o corpo significa pela sua materialidade colada à posição que se inscreve em um determinado espaço.” Por isso, “é preciso considerar no gesto de interpretação a espacialização do corpo”. (BORGES, 2013, p.59). Em Dourados, é cada vez mais presente nos ambientes urbanos a figura do sujeito indígena em diversos papéis sociais e isso muitas vezes pode gerar situações de hostilização entre eles e a população do município. A generalização, a desinformação e o próprio desconhecimento, como já observado, são elementos que contribuem para a manutenção de preconceitos pré-fixados.

Há que se admitir, porém, a grande capacidade de resistência desses povos que sofrem desde o descobrimento com as políticas voltadas para o apagamento de suas individualidades étnicas e de sua cultura de berço. Mesmo diante de todo o processo de esmagamento sofrido, os povos indígenas (re) existem e assumem o papel de protagonistas, uma vez que seguem mantendo vivas a sua língua, sua tradição, suas histórias. É importante que esses aspectos sejam meritosos de reconhecimento e também precursores de um percurso de desconstrução dos estigmas cristalizados no imaginário das pessoas de modo a dissolver os elementos de rejeição direcionados para o sujeito indígena.

O protagonismo ocorre também quando o sujeito deixa de ser somente o “pesquisado” para assumir o lugar de pesquisador, podendo, deste modo, escrever a sua história e de seu povo a partir de sua ótica, sob a sua perspectiva. Daí a necessidade e importância de que cada vez mais espaços sejam garantidos aos indígenas nas Universidades, bem como de que mais

pesquisas se ocupem desta temática a fim de contribuir para que o conhecimento sobre esses povos se amplie socialmente. É nesse intento que esta pesquisa buscou, além de perscrutar como a mídia representa o sujeito indígena, ouvir o próprio sujeito para uma melhor e mais ampla compreensão de como o mesmo se percebe diante daquilo que ocorre em seu entorno.

CAPÍTULO 3

A SUBJETIVIDADE INDÍGENA MARCADA POR ESTIGMAS

Para uma maior clareza, as análises foram organizadas com sequências enunciativas extraídas de veículos midiáticos e também excertos das entrevistas realizadas com os sujeitos participantes dessa pesquisa. Os jovens entrevistados foram identificados como E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7.

Devido à necessidade de abordar neste ponto o conceito de estigma, utilizaremos os apontamentos de Erving Goffman constantes na obra *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, publicada em 2019. Para este autor, a partir dos atributos que as pessoas possuem, elas são categorizadas de acordo com regras estabelecidas socialmente. Assim, são convencionados pela sociedade os requisitos que enquadram os indivíduos em distintas categorias. Diante disso, são geradas expectativas rígidas a respeito de como devem ser os indivíduos de cada espaço social. Por isso, todas as vezes que nos deparamos com um estranho, é possível perceber, a partir dos atributos que este possui, qual a sua “identidade social”.

Segundo Goffman (2019), o estigma é um traço não esperado no quadro social. Assim, quando isso ocorre em relação a alguém,

[...] deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem [...]. O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo. (GOFFMAN, 2019, p.12-13).

O autor acrescenta ainda que um estigma é uma relação especial entre atributo e estereótipo e o qualifica em três tipos: primeiramente, o estigma ligado ao defeito físico – “abominações do corpo”; em segundo lugar, as falhas de caráter individual, como a “vontade fraca”, a “desonestidade” a dependência de álcool, o homossexualismo ou tentativas de suicídio; por último os “estigmas tribais”, atrelados à raça, nacionalidade e orientação religiosa. Esse tipo de estigma, à diferença dos demais, é herdado pela linhagem familiar. Devido a essa relação, quando uma pessoa possui um traço estigmatizante, a atenção social volta-se para ele, de modo que outros atributos que este indivíduo possui não sejam notados.

Perante essas imposições sociais, o sujeito estigmatizado que, por sua vez, também encontra-se inserido nelas, incorpora muitas vezes as crenças sobre identidade que circulam

em seu meio e não se enxergam como partícipes do quadro de normalidades,

[...] ademais, os padrões que ele incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros veem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. (GOFFMAN, 2019, p.17).

Frente a essas considerações, o sujeito indígena, a quem é atribuído um estigma racial, por encontrar-se inserido nesse meio social maior, tende muitas vezes a amalgamar essa crença de inferioridade a ele atribuída. Goffman (2019) assevera que no processo de socialização, os estigmatizados tendem a sofrer mudanças na “concepção do eu”, aprendendo e incorporando a ótica dos normais e as crenças sociais a respeito da identidade. Especialmente no município de Dourados, onde o convívio com a área urbana é bastante frequente provocando uma maior exposição desse sujeito à maneira local de pensar. São nessas ocasiões de “contatos mistos”, ou seja, quando os estigmatizados e os ditos “normais” encontram-se em uma mesma “situação social” que a obra de Goffman se debruça.

Para o autor, tanto a situação de contato, quanto o impacto identitário que este provoca, geram no ser uma reação de resposta que busca corrigir direta e indiretamente o “defeito” estigmatizante. Ao ser perguntado sobre as situações de preconceito que teria vivenciado, o jovem aqui chamado de E1 responde afirmando que presenciou e ouviu comentários racistas e preconceituosos, mas em relação a outros indígenas que estariam por perto e não a ele próprio, uma vez que seu aspecto não denota diretamente a sua origem:

É, geralmente são comentários dicotômicos, né, em relação, por exemplo, como eu sou um pouquinho mais, como é que o pessoal diz? Um pouquinho mais, é... **urbanizado**, né, digamos assim, é, **eu acabo meio que disfarçando**, entre aspas, né. **Eu falo bem o português, eu é, às vezes, a minha própria aparência assim, né. Tipo, por exemplo, se eu tava de máscara, ou não, às vezes, não... não transparece que eu sou de fato indígena.** Mas, é, em relação a outras pessoas, né, fica bem nítido, fica bem perceptível, né, a maneira como a pessoa tá vestida, a maneira como elas falam, meio que acaba assim, sendo um dos motivos, né. (E1).

Nota-se uma correção direta, ou seja, à “base objetiva de seu defeito”, perceptível na escolha por uma aparência “urbanizada” e pelo fato de não possuir traços da língua materna na pronúncia do português.

Também o sujeito pode buscar uma correção indireta de sua condição, como é possível detectar na resposta do jovem aqui chamado de E2 que narra situações de preconceito no

ambiente de trabalho por ocupar um cargo superior e de confiança:

As pessoas sempre que vê um índio capaz de exercer uma função a qual elas deveriam exercer e no meu caso, **quando eu comecei pela empresa eu comecei lá embaixo e aí cheguei num cargo superior**. Então eu sempre fui visto pelo meu colega de trabalho que eu não deveria estar assumindo aquele cargo, cargo de conferência que é um cargo de confiança. Aí muitas vezes as pessoas sempre falavam: ‘oh, como é que o cara assumiu um cargo desse se nem experiência tem? Nem de confiança é?’ E a gente não pode pensar dessa forma, acho que se é uma empresa grande a gente deveria se tratar como um todo, não julgando o outro pela raça, não é? Ou pela cor. (E2).

Observamos que o sujeito galgou em seu local de trabalho uma função que convencionalmente não lhe seria destinada. De acordo com Goffman (2019, p. 19)

[...] o indivíduo estigmatizado pode, também, tentar corrigir a sua condição de maneira indireta, dedicando um grande esforço individual ao domínio de áreas de atividade consideradas, geralmente, como fechadas, por motivos físicos e circunstanciais, a pessoa com o seu defeito.

O autor esclarece:

Sabe-se que as pessoas que estão prontas a admitir que têm um estigma (em muitos casos porque ele é conhecido ou imediatamente visível) podem, não obstante, fazer grandes esforços para que ele não apareça muito. O objetivo do indivíduo é reduzir a tensão, ou seja, tornar mais fácil para si mesmo e para os outros uma redução dissimulada ao estigma, e manter um envolvimento espontâneo no conteúdo público da interação. (GOFFMAN, 2019, p.113).

Além dessa busca por corrigir o defeito, a previsão de contatos sociais entre normais e estigmatizados pode, em consonância com Goffman, levar as pessoas a buscarem evitar tais situações. Pode ainda criar naquele a quem o estigma recai uma “capa defensiva” ou até mesmo provocar nele uma reação agressiva, uma vez que este pode oscilar entre o retraimento e a agressividade, pois, “uma vez que tanto o estigmatizado quanto nós, os normais, nos introduzimos nas situações sociais mistas, é compreensível que nem todas as coisas caminhem suavemente.” (GOFFMAN, 2019, p. 27). A exemplo disso, temos a relação entre os habitantes da RID e a população douradense, que nem sempre ocorre de maneira harmônica. É possível notar que o comportamento do sujeito indígena se alterna entre o recuo diante do preconceito e a agressividade quando se insere nos espaços predominantemente ocupados por não indígenas, ou quando luta por seus direitos em ocupações e protestos, por exemplo.

3.1 O sujeito indígena e a mídia: uma análise discursiva

Conforme foi exposto no capítulo dois, muitos são os problemas sociais enfrentados pelo sujeito indígena que habita a RID, oriundos de um passado permeado por abusos, violência e exploração. Os povos indígenas sofreram com o processo de colonização um choque em suas identidades étnicas, choque este agravado pela convivência forçada com outras etnias na área de reserva. Esse cenário contribui para a manutenção da inferiorização cultural destes povos em detrimento da cultura dominante. Assim, no imaginário das pessoas que vivem na área urbana do município de Dourados, em muitos casos encontram-se cristalizados estereótipos que atribuem ao sujeito indígena a imagem de inferioridade, primitivismo, incapacidade, violência, entre outros.

Diante disso, neste capítulo, analisamos recortes de notícias veiculadas pela mídia local a fim de perceber como ocorrem nela as representações do sujeito indígena e, a partir do discurso do próprio sujeito, buscar compreender como se percebem e se subjetivam nesse processo.

Observemos os seguintes enunciados:

Sequência Enunciativa 1:

Após briga, homem mata o vizinho com uma barra de ferro na Aldeia Bororó



Fotografia 2- Corpo de pessoa coberto por um lençol

Fonte: Portal de notícias on-line da Rádio 94 Fm Dourados.

Após uma bebedeira, Antônio Dias Benites, de 29 anos, conhecido como “Tônico”, foi assassinado pelo vizinho no final da tarde desta quarta-feira (1), na Aldeia Bororó em Dourados. A vítima foi atingida no peito, lado esquerdo, por uma barra de ferro pontiaguda.

O crime aconteceu por volta das 16h30, na casa da vítima na Aldeia Bororó, próximo da Escola Municipal Agostinho. Segundo testemunhas ouvidas pela polícia, vítima e o acusado estavam bebendo pinga, quando começaram uma briga.

Após a briga, o vizinho, que já foi identificado pela polícia, foi até a casa dele, pegou a barra de ferro pontuda, voltou até a residência da vítima e desferiu um golpe no peito do lado esquerdo. Antônio Dias Benites, correu por alguns metros e caiu na frente da casa do acusado. O suspeito deixou o local e tomou rumo ignorado.

A Polícia Civil e uma equipe da Perícia Técnica estiveram no local e apreenderam a barra de ferro usada no crime. Antônio Dias Benites foi a primeira vítima de homicídio de 2020 em Dourados².

Sequência Enunciativa 2:

Indígena de 19 anos é assassinado com facada nas costas



Fotografia 3 – Corpo do rapaz assassinado rodeado por policiais e curiosos

Fonte: Portal de notícias on-line Dourados News. Crédito: Osvaldo Duarte.

O indígena Genieliston Rosa Gonçalves, 19 anos, morador na aldeia Bororó, na reserva indígena de Dourados, foi assassinado com um golpe de faca nas costas, por volta das 03 horas da madrugada deste domingo, dia 03 de outubro.

Segundo informações da Polícia Civil, onde o caso foi registrado, a vítima estava na companhia da namorada, uma adolescente de 17 anos, após ambos consumirem bebida alcoólica, quando na altura da casa 73 da aldeia, se encontraram com dois adolescentes de 16 e 17 anos, sendo que um deles se

² <https://www.94fmdourados.com.br>

apoderou de uma faca e investiu contra a adolescente que foi ferida com um golpe no rosto.

Para defender a companheira, Genieliston entrou na briga, momento que foi ferido com um golpe de faca nas costas, morrendo no local. O agressor e o companheiro fugiram após o crime, enquanto a adolescente era socorrida por uma equipe da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) e encaminhada para o Hospital da Vida. (FERRAZ; DUARTE, 2021)³.

Os recortes são de 2020 e 2021, respectivamente, o que demonstra que são abordagens contemporâneas da temática aqui estudada. Caracterizam-se como enunciados, uma vez que atendem às condições de existência instituídas por Foucault (2008), ou seja, a presença de um referencial, um sujeito, um campo associado e uma materialidade. Sendo o sujeito para Foucault uma função que pode ser exercida por indivíduos ou instituições que falam sempre de algum lugar, em ambos os recortes podemos perceber o sujeito jornalista que a partir de sua função de reportar o ocorrido enuncia sobre o objeto. Consideramos objeto a temática indígena por ser de nosso interesse os dizeres midiáticos acerca desses povos. A leitura das sequências enunciativas nos permite perceber a condição de vulnerabilidade desse sujeito ainda nos dias atuais, uma vez que está exposto a situações violentas e de insegurança.

As sequências enunciativas são fragmentos de notícias veiculadas por dois jornais distintos e possuem diversos pontos em comum. Ambos noticiam situações de violência extrema que culminaram em morte e já em seus títulos fazem menção à arma utilizada no crime, seguidos da foto do corpo, o que denota uma estratégia de chocar o leitor e chamar sua atenção para a matéria. Também é possível notar, que não há explicações maiores sobre as razões dos crimes, o que pode provocar uma ideia de que isso é algo que acontece de modo corriqueiro e banalizado nas Aldeias. Foucault (2008) pondera que o enunciado é parte de uma série de enunciados, não sendo assim neutro ou independente, mas sim integra-se em um “jogo enunciativo”.

Outra questão relevante a ser levantada é a de que nos textos das duas notícias é feito menção ao uso de bebida alcoólica por parte dos envolvidos momentos antes do ocorrido. Na sequência enunciativa 1 isso ocorre em dois momentos do texto: “após uma bebedeira” e “vítima e o acusado estavam bebendo pinga, quando começaram uma briga”. Assim, a briga entre os vizinhos teria se iniciado após a ingestão de álcool e motivado o homicídio. Já na segunda sequência enunciativa, a vítima e a namorada adolescente teriam consumido bebida antes da tragédia: “a vítima estava na companhia da namorada, uma adolescente de 17 anos,

³ <https://www.douradosnews.com.br>

após ambos consumirem bebida alcoólica”.

Assim, essa escolha reverbera um efeito social gerado pelas condições de produção históricas, territoriais e ideológicas que afetam os povos indígenas desde a colonização europeia. Diante disso, a imparcialidade midiática demonstra-se frágil e ineficaz, uma vez que naturaliza os problemas existentes na RID silenciando as condições sócio-históricas a eles atreladas. Assim, no ímpeto de atender à lógica comercial e vender notícias, a mídia enfatiza e mantém aspectos negativos referentes aos indígenas. Conforme Charaudeau (2018), é por meio da linguagem que a informação se constitui e, por consequência se constroi uma determinada visão de mundo. Ao cumprir seu papel de informar, a mídia, muitas vezes, engendra um olhar sobre o espaço público que é fragmentado, atingindo as suas metas de surpreender e atrair o leitor, mas que se afastam de uma imagem real.

Esse aspecto da fragmentação das matérias jornalísticas foi apontado pelos sujeitos indígenas entrevistados. Ao ser perguntado se considera que as notícias locais representam o povo indígena de maneira correta, o jovem, que aqui chamaremos de E1, deu a seguinte resposta:

A maioria delas são informações muito vagas, na qual elas concentram mais, né, na notícia ruim em si, então, **pouca informação e muito exagero**. [...] Então eles tiram uma foto, assim, bem grande da cena do crime, porque aconteceu algo e fica por aquilo ali mesmo. Eles não informam, por exemplo, uma tentativa do ocorrido, né do porque aconteceu aquilo. [...]. **Digo que não sou nem um pouco representado**. (E1).

Os entrevistados reconhecem a existência da violência e também os diversos problemas de desigualdade vivenciados na RID e admitem a função informativa dos meios midiáticos. Porém, questionam a predileção por noticiar os fatos negativos e atribuem a isso o preconceito existente em sociedade em relação aos indígenas, conforme aponta a fala do entrevistado, aqui chamado de E6:

Porque há bebida alcoólica, há drogas, violência doméstica, briga entre os vizinhos por qualquer coisa. Então as notícias só contam coisas ruins sobre a nossa comunidade; **mas aqui não há somente coisas ruins**. [...] A mídia age de uma forma para nos denegrir! A gente não sabe se é por querer, com intenção ou não; mas que eles fazem isso, fazem. Porque eles distorcem os fatos, né? Eles mostram os fatos, mas não mostram o que está por trás dos fatos; porque que ocorreu isso ou porque que acontece isso. (E6).

E lamenta que a realidade vivida na RID seja mostrada de forma fragmentada e, por consequência isso provoque a manutenção de estigmas sociais: “É muito complicado e triste saber disso, que **a mídia constrói uma realidade fora da aldeia que para os não indígenas faz ter uma imagem negativa e que não representa totalmente a nossa realidade**”.

Para Charaudeau (2018), a informação e a comunicação implicam em escolhas, não somente daquilo que se decide noticiar ou das questões envolvendo o aparato ortográfico e de coesão textual, mas uma escolha estratégica discursiva utilizada com a finalidade de persuadir o público. E é então que, segundo este autor, a atividade da mídia torna-se suspeita, pois ao recorrer a métodos de sedução para vender mais, tanto a informação em si, quanto o serviço à cidadania e à democracia são prejudicados. Esses recursos eleitos com a finalidade de atrair o público são apontados por E1:

Uma delas é de fato as notícias sensacionalistas, né e a outra, por exemplo, é no foco. Assim, eles focam muito na violência, geralmente são notícias de violência extrema, né, como no caso de estupro, de assassinatos. Então a mídia ela vem doida pra cá pra saber o que aconteceu e **geralmente não tem outras notícias que sejam de cunho informativo**, né. **Eu acho que eles deveriam, por exemplo, buscar informar mais as pessoas, não simplesmente vender, né, as notícias [...].** (E1).

Para o jovem, ao agir dessa forma, a mídia contribui para cristalizar estereótipos em relação ao povo indígena:

[...] e isso acaba com que o pessoal acha que a gente vive como selvagem, né, que a gente age como selvagem, que a gente tem a linguagem de selvagem, que a gente é canibal, por exemplo, ainda tem pessoas que acreditam que a gente é canibal. E fica por isso mesmo. (E1).

Atrelar a figura do indígena ao canibalismo demonstra mais uma vez que a formação de estigmas está intrinsecamente vinculada à desinformação. Não existe no âmbito dos estudos antropológicos qualquer indício de alguma tribo que praticasse a antropofagia com o cunho gastronômico e ainda assim este se tornou um tema cercado de preconceito, uma vez que, sob a ótica ocidental do colonizador, seria a prova irrefutável da selvageria dos povos originários. Staden (2008), no livro intitulado *Duas Viagens ao Brasil*, relata o período em que foi prisioneiro de uma Tribo Tupinambá, que predava o inimigo em rituais cercados de simbologismos que afirmavam a bravura e a força de seu povo.

Outra etnia que tinha o canibalismo como ritual era a dos Waris, no Estado de Rondônia. A pesquisa da antropóloga Aparecida Vilaça, que resultou no livro *Comendo Como Gente*, demonstrou que esse povo praticava, tanto o exo-canibalismo, quanto o endo-canibalismo. No primeiro, comiam pedacinhos do inimigo morto em uma predação que negava a natureza humana dele. No segundo, o fazem com os mortos da própria etnia, em um rito fúnebre:

A carne, diz-se, deve ser comida muito delicadamente. Pequenos pedaços de carne e pamonha são espetados nestes palitos e levados à boca. [...] os palitos marcam ‘maneiras de mesa’ específicas, diferenciando o consumo do morto do consumo das preas animais, que se come diretamente com as mãos, e em grandes pedaços, e da devoração do inimigo morto, que é comido com raiva. (VILAÇA, 1992, p.216).

Assim, essa prática acontecia com base em ritualísticas complexas que nada tinham de irracionais e selvagens, originando-se de elaboradas tradições ancestrais. É importante destacar ainda que, apesar do tabu que envolve o assunto ainda na atualidade, e do preconceito gerado pelos estereótipos apontados pela fala do entrevistado, os rituais antropofágicos não fazem mais parte dos ritos atuais dos dois povos citados. A perspectiva errônea de barbárie exclui o sujeito indígena da categorização de normalidade estabelecida socialmente, conforme postulou Goffman (2019) e o remete a uma posição deteriorada de alguém defeituoso e desacreditado. Repercute, assim, no imaginário popular, a ideia generalizante de que o indígena é um ser menos desenvolvido, incapaz, com a natureza próxima à da selvageria, bêbado e violento. A seguir serão apresentadas duas sequências enunciativas que noticiam violência contra a mulher na área da Reserva, as quais corroboram com o exposto a respeito das escolhas discursivas e textuais.

Sequência Enunciativa 3:

Em aldeia mais perigosa do País para mulheres, força indígena se une contra violência doméstica

Mulheres vivem entre estupros e surras, diz indígena. Vítima de violência desde criança, a terena Dorcas Machado Daniel, 27 anos, diz que nunca teve sorte na vida. Ao O PROGRESSO ela contou que as dificuldades começaram quando aqueles que deveriam protegê-la eram seus algozes. A situação de pobreza extrema fez com que a mãe a abandonasse. Passou a se esconder do pai, que tentava abusar sexualmente da menina.

Aos 14 anos conheceu um jovem que ela pensou que mudaria sua vida para melhor. Ao contrário disso, ela foi cruelmente violentada. Para que não denunciasse, a família do jovem fez com que ele se casasse com ela, com a promessa de que ela seria feliz. Nada mudou.

Foram 13 anos de agressões que sofria tanto do marido quanto dos familiares dele.

“Vadia, era como ele me chamava. Se a comida não estava do jeito que ele queria era surra. Se eu reclamava que ele me roubava todo o dinheiro do meu trabalho para sustentar o vício em drogas, ele me batia. Até os pais dele me batiam por mero prazer. Até hoje tenho marcas no peito de surras que levei”, revela.

Há um mês ela decidiu pôr um ponto final nas humilhações que sofria. “Ele gastou todo o meu dinheiro com mulheres. Ele não me respeitava e além de

me espancaram, os familiares dele começaram a tentar a abusar de minha filha, de 13 anos”, conta. (ARAÚJO, 2019)⁴.

Sequência Enunciativa 4:

Grávida, mulher é agredida com chute na barriga e levada sangrando para hospital em cidade de MS

Uma mulher de 35 anos, que está grávida, foi levada às pressas para o Hospital da Missão. Agredida pelo marido, de 23 anos, com chute na barriga, ela estava sangrando e foi socorrida por moradores da Aldeia Jaguapiru, na Reserva Indígena Federal de Dourados, distante 226 quilômetros de Campo Grande.

Conforme ocorrência registrada pela Depac (Delegacia de Pronto Atendimento de Dourados), a Polícia Militar foi acionada pelos vizinhos. Ao chegar no local, o acusado já havia sido detido. Ele foi preso em flagrante.

De acordo com as lideranças da aldeia, as agressões do marido à mulher já eram recorrentes. Algemado, ele foi conduzido até a Depac de Dourados onde o caso foi registrado como lesão corporal dolosa. (MORANDI, 2019)⁵.

A sequência enunciativa 3 trata de um grupo de homens indígenas que formaram um programa de acolhimento de denúncias e apoio para auxiliar mulheres em situações de vulnerabilidade. O recorte é o depoimento de uma mulher indígena que sofreu por muitos anos violência física e sexual de seu marido e da família dele e foi atendida pela associação. O enunciado 4 veicula a notícia de uma mulher indígena grávida que foi agredida pelo marido. Ambas as sequências trazem luz ao problema de violência doméstica sofrida por muitas mulheres na RID. Assim, nota-se que a mulher indígena, além de sofrer preconceitos por parte das pessoas não indígenas devido à sua condição racial e cultural, sofre ainda com o machismo e maus tratos em seu meio social. Sobre isso, fala a jovem aqui chamada de E5: “O espaço da mulher indígena sempre vai tá ali de ser mãe, casada e pronto. **Não tem mais lugares pra ela seguir.**”

A terceira sequência qualifica em seu título a RID como “aldeia mais perigosa do País para mulheres” e traz no início de seu texto parte do depoimento de uma vítima: “Mulheres vivem entre estupros e surras, diz indígena.” Essa escolha textual já na frase inicial da reportagem atribui ao ocorrido um caráter generalizante, como se todas as mulheres na RID

⁴ <https://www.progresso.com.br>

⁵ <https://www.midiamax.uol.com.br>

fossem vítima de violência. Além disso, a visão estigmatizada do sujeito indígena como selvagem e inferior é perseverada, uma vez que são os próprios familiares os agressores. No depoimento da indígena, ela conta que desde criança escondia-se do próprio pai por medo de sofrer abuso sexual. Aos quatorze anos foi violentada por um rapaz, com quem teve que se casar como forma de reparação e então passou a ser maltratada por ele e pelos próprios sogros. O testemunho da padecente fornece dramaticidade aos fatos, uma vez que traz detalhes das agressões e cria uma condição de empatia em relação ao público. As crueldades às quais ela foi subjugada perduraram por 13 anos.

A quarta sequência enunciativa também veicula um título impactante: “Grávida, mulher é agredida com chute na barriga e levada sangrando para hospital em cidade de MS”. A condição de gestante da mulher e a informação do sangramento impressionam e incomodam o leitor. É a partir da instância de acontecimento do enunciado que Foucault (2008) postula que este deva ser estudado, ou seja, em sua dispersão, em seu próprio nível, na exterioridade enunciativa. Nesse sentido, ao noticiar essas ocorrências, os jornais dão prioridade a essa temática e muitas vezes deixam de levar ao conhecimento do público outras questões envolvendo a RID. Nesse prisma, explica Charaudeau (2018, p.139) que “as mídias, ao selecionarem as informações e apresentá-las como o que realmente aconteceu, impedem que outros acontecimentos cheguem ao conhecimento do cidadão. Elas determinariam, impositivamente, o cardápio evenemencial do dia.” Essa escolha estratégica, como já foi colocado, visa atingir os objetivos comerciais do meio de comunicação que transmite os fatos.

A mídia, de acordo com Charaudeau (2018), baseia-se nas lógicas econômica, tecnológica e simbólica. A esfera econômica está ligada a relação com o consumidor, uma vez que há um produto que deve ser comercializado a um determinado público. A questão tecnológica encontra-se firmada na necessidade de expandir seu alcance por meios modernos de comunicação, como, por exemplo, aqueles que são difundidos por meio da internet. Finalmente, a lógica simbólica relaciona-se com o fato de a mídia impactar sobre a opinião pública. Para este autor, as duas primeiras são incontornáveis e é a lógica simbólica aquela que as governa, uma vez que “trata-se da maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem as suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentidos.” (CHARAUDEAU, 2018, p.16).

A respeito da manutenção de estigmas e da generalização, os entrevistados, aqui chamados de E2 e E5, respectivamente, declaram: E2:

o indígena sempre vai ser mal visto pela sociedade brasileira [...] há muitos indígenas que têm o ensino superior e alguns que não têm. **Mas isso não muda nada pra sociedade brasileira, classificam tudo da mesma raça. [...] Em Dourados nós somos muito julgados por causa da violência que ocorre dentro da aldeia e acham que todo mundo é igual.** Mas sempre têm pessoas que acordam cedo para ir trabalhar para colocar o pão de cada dia na boca de seus filhos e têm aquelas pessoas que roubam. (E2).

E5:

Aí essas pessoas, minorias, que vai na cidade às vezes não tem condições de comprar comida e fica mexendo no lixo. Esse assunto foi até no rádio, né, que foi discutido entre a população douradense e houve muito racismo e preconceito sobre o povo indígena, **falando que o povo indígena são como animais.** (E5).

Também o depoimento de E6 denota esse aspecto, ao responder sobre como considera ser o convívio social entre os indígenas e não indígenas no município de Dourados:

Eles veem os indígenas aqui como pessoas preguiçosas que gostam de bebida alcoólica; nos noticiários ouve a violência que ocorre nas aldeias, então têm um certo conhecimento somente da parte ruim dos indígenas. Aí eles generalizam isso e qualquer indígena que vê fala: “Aquele indígena é vagabundo, olha o jeito que vive igual mendigo”. (E6).

Para esse participante da pesquisa, o maior fator gerativo de preconceito em relação aos indígenas é a falta de um conhecimento mais amplo da realidade da RID por parte da população douradense:

[...] **eles não conhecem a realidade da qual os indígenas vivem.** Só pra você ter noção, têm pessoas aqui que não têm nem uma renda; somente vive da cesta básica. Que tipo de indígena vive geralmente e são assim? São aqueles indígenas que geralmente não tem nem a língua portuguesa e não tem uma fonte; não tem um trabalho pra se sustentar. Então, é claro que essas pessoas não vai ter uma casa que ofereça água no chuveiro, uma casa que tenha um sabonete, um sabão para que possa lavar a sua roupa, tomar um banho, se higienizar corretamente... **não vive assim porque ele quer, não vive sujo porque ele quer.** (E6).

De acordo com Foucault (2008), é em sua instância de emergência que o discurso deve ser estudado, ou seja, em sua raridade, que determina as razões de surgimento de um discurso em detrimento de outros tantos. O jornal, ao dar preferência pela publicação de situações violentas envolvendo a RID, cumpre seu papel de informar, uma vez que houve de fato a ocorrência, porém, essa predileção faz com que a função social e democrática da mídia seja,

muitas vezes, deixada de lado, pois não leva ao conhecimento do público situações outras que ocorrem na Reserva.

Nas entrevistas, essa questão foi levantada por vários participantes, o que demonstra uma regularidade discursiva. Seguem alguns excertos: E2: “Tem, nesse exato momento mesmo há em muitos lugares que não têm água, inclusive na casa da minha sogra já faz meses que não tem água então **eles não vêm mostrar isso!**”; E3: “agora mesmo tá faltando muita água mesmo! A maior parte da aldeia tá faltando água, mais ou menos um mês, quinze dias, ninguém tem água aqui na aldeia! você acha que eles vão lá divulgar na mídia? Não!”; E5: “Eu acho que o que mais pesa é as pessoas pensarem como se todos os indígenas fossem como atrasados, violentos, sujos, miseráveis. E não é assim. **Existem muitas dificuldades na Aldeia que as pessoas não conhecem.**”; E6: “Então há coisas boas aqui dentro, há campeonato de futebol que todas as classes: mulheres, jovens e adultos... que todos gostam de ver [...]. **Então, isso eles não mostram nos noticiários, só mostram as coisas ruins**”.

Além da lógica comercial que envolve os jornais e meios midiáticos em geral, Foucault (1996) demonstra que há instituições que detém o poder de ditar o que se inclui ou não na ordem discursiva. O que se encontra nessa ordem é legitimado como verdadeiro, enquanto que aquilo que está à margem é desconsiderado. Sendo o sujeito indígena pertencente a um grupo minoritário, ele é excluído da esfera discursiva e, por isso, não é ouvido pela mídia para fazer suas reivindicações, relatar o seu lado da história, protestar, enfim, exercer um papel ativo sobre o que é contado a seu respeito. Em se tratando da terceira sequência enunciativa, o depoimento da indígena foi relatado no texto, porém corroborou com o fortalecimento dos estigmas sofridos por seu povo.

Assim, a mídia faz o recorte do espaço público e tem por função informar sobre os seus acontecimentos. Ao escolher aquilo que será relatado, o meio midiático o faz tendo em conta três fatores: o imediatismo factual, ou seja, o acontecimento em sua atualidade; a “socialidade”, que consiste em representar o universo coletivo para que nada seja estranho ao homem que vive neste espaço e o da imprevisibilidade, ou seja, evidenciar o que é atual, notável ou insólito, de forma a provocar impacto. No que concerne ao perfil imediatista da informação midiaticizada, este concede a esse tipo de discurso características de “efemeridade” e “a-historicidade”, que, para Charaudeau (2018, p.134-135), “explica a dificuldade das mídias em dar conta do passado e em imaginar o futuro”, uma vez que uma notícia substitui rapidamente a outra a fim de atender a essa premissa da atualidade do insólito. Então, de acordo com o autor, os meios midiáticos propoem uma visão superficial do mundo.

Diante destas particularidades, o autor define o espaço midiático como uma “máquina

de informar complexa e incontrolável”:

A máquina midiática é complexa, igualmente, pela tensão permanente que existe entre as duas finalidades de informação e de captação de seu contrato de comunicação. Isso explica por que ela está marcada por um paradoxo: por um lado, pretende transmitir informação da maneira mais objetiva possível, e isso, em nome de valores cidadãos, por outro, só pode atingir a massa se dramatizar a cena da vida política e social. Essa contradição não tem remédio: apresentar a informação de maneira mínima e neutra cortaria a instância midiática do grande público; apresentar a informação exageradamente dramatizada a faria cair em descrédito. **Assim sendo, a palavra jornalística está minada pela máquina que ela deve servir.** (CHARAUDEAU, 2018, p. 243, grifos nossos).

Ao servir a essa máquina, o dizer jornalístico torna-se unilateral, não veiculando todas as vozes envolvidas nos fatos, deixando de dar representação a elas. Em consonância com essas considerações, corrobora a declaração de um dos participantes desta pesquisa: E1: “O que tava ali no jornal não foi escrito por uma pessoa indígena, foi uma pessoa branca que escreveu **e isso já não é uma visão minha, é uma visão dela.** [...] Digo que não sou nem um pouco representado”.

Por isso, os problemas sociais que permeiam a relação entre indígenas e não indígenas no município de Dourados são retroalimentados pelo modo como os meios midiáticos locais apresentam à sociedade os acontecimentos envolvendo a RID. Devido à predileção por publicar fatos relacionados à violência extrema e, ao fazê-lo, lançar mão das estratégias já comentadas, a mídia acaba por dar sustentação aos estereótipos envolvendo as populações indígenas. Fica, então, comprometido o desempenho de seu papel social de levar ao conhecimento dos habitantes de Dourados a realidade da Reserva sob seus múltiplos prismas. Assim, os estereótipos, uma vez presentes no imaginário popular, fomentam os estigmas e perpetuam preconceitos.

3. 2 A produção da verdade e as relações de poder

Foucault (2008) estabeleceu como princípio de rarefação as razões de um discurso surgir e tantos outros serem excluídos, o que para ele demonstra o uso discursivo em relações de poder e luta. Assim, o fato de estar sempre presente nos jornais locais notícias sobre a RID e seus habitantes em situações envolvendo brigas, alcoolismo, morte etc, pode ser fator determinante para o fortalecimento de estigmas e exclusão no imaginário social. Para Foucault (2008), as escolhas discursivas estão diretamente ligadas às relações de poder.

Em *Microfísica do Poder*, o filósofo afirma que nada pode estar isento de poder, mas que o poder não é um objeto em si, e sim uma relação que ocorre em práticas sociais e, como uma máquina, se dissemina por toda a sociedade e por isso não é possível escapar dele. No entanto, não é, de acordo com Foucault, a partir das funções repressivas que o poder pode ser explicado, uma vez que

[...] o seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos do contrapoder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. (FOUCAULT, 2012, p.16).

Sendo a instância midiática uma Instituição de poder, suas escolhas discursivas estão diretamente ligadas a relações de poder estabelecidas socialmente. Como pudemos observar, existe uma prática de discurso aplicada pela mídia local em relação aos assuntos relacionados aos indígenas e à RID, que resultam na perpetuação de estigmas e preconceitos da população em relação ao sujeito indígena. Conforme apontam os participantes da pesquisa, deixando de mostrar aspectos da vida cotidiana na Reserva, como eventos culturais e esportivos, a desigualdade social ali existente, os problemas relacionados à falta de saneamento básico, entre outros, a mídia colabora para que perdure essa situação.

Como descrito anteriormente, os órgãos estatais que teriam a responsabilidade de proteger os povos indígenas, historicamente trabalharam de modo a beneficiar interesses outros, geralmente associados à posse territorial. Assim como em outras regiões brasileiras, no Mato Grosso do Sul a reivindicação e os movimentos de retomada de terras por parte dos povos originários tem gerado bastante tensão e conflitos entre indígenas e fazendeiros. O poder público é lento e omissivo na intermediação da contenda, contribuindo para que a lide se agrave e culmine em ocasiões extremas.

Nesse sentido, é notória a declaração da participante da entrevista E5:

Aqui mesmo sempre acontecem os ataques nas retomadas. Isso é bem pesado, porque quando eles fazem esse tipo de ataque não tem só mulher, tem criança, jovem, adolescente, idoso; tem tudo! [...]” Pesquisadora: “Quando você fala de ataques de retomadas, quem ataca quem?” E5: “Os pistoleiros e até mesmo os fazendeiros, porque eu até estive nessa retomada

nova que teve aqui na divisa bem pertinho de casa. Acho que quando tava no quarto dia a gente foi lá, ficamos lá e fizemos o barraco tal, mas a gente tava ali pra dar força mesmo pra o pessoal. Aí a gente foi lá e quando deu umas dez e meia por aí, chegou a dona da fazenda e com tom irônico falou: **‘Que horas que essa palhaçada vai acabar?’** [...] Então todo mundo ficou em choque, ficamos com medo mas ficamos ali. No outro dia, quando a gente tava ali... era umas nove horas e **veio uma kombi cheia de pistoleiro com arma para matar mesmo!** Se o pessoal tivesse desatento talvez ia acontecer alguma morte ali. Mas como tinha o pessoal todo unido, um estava cuidando as entradas e quando ficamos sabendo dos caras conseguimos fechar a kombi e o cara que tava na frente conversou com eles. **Eles falaram que era só pra dar medo, para a gente sair dali e iam dar só uns tiros pra cima, que não iam atirar em ninguém; mas o cara que estava ali na linha de frente conseguiu falar e não deixou eles descenderem do carro! Mas eles estavam armados e falaram que iam tirar o pessoal dali nem que fosse na base da bala.** (E5).

A fala da entrevistada narra uma ocupação em uma fazenda que durava cinco dias, na qual os indígenas estavam deixados à própria sorte, sem intermédio algum do Estado a fim de buscar um entendimento e uma solução. Desse modo, segundo a declaração da participante da pesquisa, a proprietária da terra se sentiu no direito de enviar ali homens armados a fim de assustar e dispersar as pessoas que ali acampavam em barracas.

De acordo com Foucault (2012, p. 12), o poder está intrinsecamente atrelado aos regimes de verdade, logo, a verdade é produzida neste mundo “graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. A análise discursiva, de acordo com o método foucaultiano, deve ocorrer a partir da dispersão do discurso, ou seja, levando-se em conta as marcas das relações e do contexto histórico e social no momento de seu aparecimento. A opção por veicular informações que maculam a imagem do sujeito indígena perante a sociedade denota uma tomada de posição da mídia que acaba contribuindo para o enfraquecimento da luta e, conseqüentemente, da voz desse sujeito. Sendo os meios de comunicação aqueles que atuam por meio de Instituições que produzem e transmitem a verdade, ao agirem dessa forma excluem o discurso indígena da categoria de verdadeiro, fazendo com que caia em descrédito, pois, “onde há poder, ele se exerce, ninguém é propriamente seu titular, e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.” (FOUCAULT, 2012, p.75).

Vejamos as sequências enunciativas a seguir:

Sequência Enunciativa 5:

Sitiantes e indígenas voltam a entrar em conflito

Sitiantes e indígenas voltaram a entrar em conflito em Dourados. Pequenas propriedades ao lado da aldeia Bororó e às margens da Perimetral Norte estão ocupadas desde 2014. Desde então o clima é de tensão na região.

Ontem, houve novo conflito. Imagens que circulam pela internet mostra uma suposta moradia indígena pegando fogo. Há várias casas construídas de lona ou madeira nos sítios ocupados, contudo, há tentativa de ocupações em terras vizinhas, sendo impedida pelos sitiantes, que contrataram segurança.

Equipe da Polícia Militar esteve no local, ontem, sendo recebida a pedradas por indígenas. Na tarde de hoje retornaram à região, acompanhados por policiais federais, mas o clima já é pacífico.

Conforme a PM, uma reunião foi agendada para quarta-feira que vem na Funai (Fundação nacional do Índio), com a presença da PM, PF e MPF (Ministério Público Federal).

Sitiantes que tiveram as terras ocupadas entraram com ação na justiça. O caso foi parar no STF (Supremo Tribunal Federal) e está parado.

Os indígenas dizem que as terras pertenciam aos seus antepassados. Os sitiantes se defendem dizendo que compraram as terras (alguns mais de 50 anos) e possuem escrituras. (VERÃO, 2021)⁶.

Sequência Enunciativa 6:

Índios invadem fazenda, torturam e fazem caseiro refém por 6h

Grupo de aproximadamente 30 indígenas invadiram a Fazenda Celeste, em Dourados, na noite de sexta-feira (20/7) e fizeram refém o caseiro do local. Conforme relato do homem à polícia, ele ficou ‘preso’ na propriedade entre 22h de ontem e 4h deste sábado.

De acordo com o boletim de ocorrência registrado pela vítima, os invasores entraram na fazenda em posse de arma de fogo, arco, flecha e lanças.

Durante o período em que ficou com o grupo informou ter sido torturado. Na delegacia, ele apresentou ferimentos pelo corpo e na cabeça.

Antes de ser liberado, os indígenas ainda roubaram do caseiro a carteira, aparelho de telefone celular e R\$ 400.

Ao deixar a propriedade rural, ainda conforme o registro policial, o homem dirigiu até uma mercearia e foi levado até a casa de familiares, antes de denunciar o fato. A ocorrência foi registrada como lesão corporal, ameaça e violação de domicílio.

A área segue ocupada. No passado, o local passou por outra invasão.

A Fazenda Celeste fica na região próxima à avenida Guaicurus, via que dá acesso às universidades, aeroporto, Exército, distritos e vários bairros de Dourados. (MORETTO; DUARTE, 2018)⁷.

Ambas as sequências enunciativas tratam da questão conflituosa que impera entre indígenas e proprietários de terras na região de Dourados. Na sequência 5, o título da notícia deixa claro a recorrência dessa condição: “Sitiantes e indígenas **voltam** a entrar em conflito”. Além de destacar a habitualidade da lide, o texto segue explicitando que a ocupação tem uma duração de sete anos até a data da matéria, o que enfatiza a lentidão do poder público em

⁶ <https://www.douradosagora.com.br>

⁷ <https://www.douradosnews.com.br>

dirimir o problema. Essa ineficácia também é aparente no fato de novas ocupações em propriedades vizinhas não ocorrerem graças à contratação de seguranças particulares por parte dos proprietários.

Para Foucault, a verdade é poder e consiste em um grupo de regras que diferenciam o que é verdadeiro e o que é falso. Por isso, para o teórico, o que deve ser mudado são os regimes de produção da verdade e não aquilo que se encontra na consciência ou na cabeça das pessoas. A mídia e os jornais, investidos de uma posição institucional, funcionam como produtores de verdade e isso se reflete nas escolhas daquilo que é noticiado e na forma como isso é feito.

Essa problemática está presente nos dizeres dos participantes da pesquisa: E6:

Então há coisas boas aqui dentro (da Aldeia), há campeonato de futebol que todas as classes: mulheres, jovens e adultos... que todos gostam de ver. [...] Então, isso eles não mostram nos noticiários, só mostram as coisas ruins **então muitas vezes as pessoas só conhecem esse lado.** [...] Eles também poderiam divulgar mais sobre nós indígenas, sobre nossa cultura, mostrar a nossa língua e como são dentro das escolas indígenas... isso eles também deveriam mostrar! **E com certeza se eles mostrassem isso mudaria a opinião dessas pessoas.** Se mostrassem como que nós indígenas vivemos aqui; que muitos indígenas vivem em barracos de lona... que não tem uma renda e precisam de um olhar dos órgãos públicos e dos projetos sociais aqui dentro! Então a mídia pode nos favorecer também, é só eles quererem; mas é muito difícil isso. (E6).

Na sequência da matéria, o jornalista noticia que os indígenas receberam a PM a pedradas. Assim, coloca a cargo destes sujeitos um comportamento inapropriado, uma vez que a Polícia estaria ali a fim de intermediar os acontecimentos. Essa posição atrela a imagem do indígena ao estereótipo de selvageria, aproximando-o do animalesco e alimentando estigmas sociais pré-estabelecidos. Por fim, apesar da aparente imparcialidade do jornal ao veicular a voz dos indígenas e sua motivação: “Os indígenas dizem que as terras pertenciam aos seus antepassados”, a frase seguinte coloca os proprietários da terra em posição de defesa, enfatizando que alguns compraram as propriedades há mais de 50 anos e que possuem escrituras destas. Logo, a narrativa indica que não se trata apenas se uma palavra contra a outra, explicitando que os sitiados possuem documentos, ou seja, que estão legalmente respaldados.

A sequência enunciativa seis relata a invasão por um grupo de indígenas em uma Fazenda de Dourados. O título desempenha o papel de impressionar o leitor e chamar sua atenção, uma vez que se refere à invasão e à tortura a qual os indígenas teriam submetido o caseiro da propriedade. Também a referência às armas utilizadas pelo grupo provocam medo e

apreensão no público: “arma de fogo, arco, flecha e lanças” e faz eco ao estigma do primitivismo, somado à crueldade e à truculência. O encerramento do texto denota ainda a impotência ou ineficácia do poder público e de segurança, uma vez que o grupo invasor permanece na área da Fazenda.

O jornal destaca ainda que esse é um problema recorrente ao informar que a área já sofrera com invasões anteriores. A essas informações segue a frase: “A Fazenda Celeste fica na região próxima à avenida Guaicurus, via que dá acesso às universidades, aeroporto, Exército, distritos e vários bairros de Dourados”. Com isso, o locutor aproxima da sociedade douradense a zona de “perigo” e o risco, marcando no texto que as situações extremas ocorrem muito perto dos locais urbanos onde vivem e circulam os cidadãos do município.

Ao contrário da sequência anterior, esta não menciona as razões ou motivações que levam os sujeitos indígenas a ocuparem as terras circunvizinhas à RID. Outra diferença em relação à quinta sequência está no uso do verbo “invadir” ao invés de “ocupar”. Ao destacar a violência do ato, o jornal intitula os seus autores como “invasores”. O verbo “ocupar” é utilizado apenas uma vez, em “a área segue ocupada”, porém, a frase seguinte volta a utilizar o termo “invasão”: “No passado, o local passou por outra invasão”. Essa opção está em consonância com o teor da notícia e atrela a atitude do grupo de indígenas ao uso da força, distanciando a ação de uma manifestação pacífica e legítima.

Nesse sentido, é possível detectar as relações de poder e suas redes, em um sistema que produz verdades, pois “o poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 2012, p.148). Para Foucault (2012), as relações de poder não estão separadas do funcionamento do discurso. Assim, ao eleger uma metodologia de noticiar as questões envolvendo os indígenas que vivem na região, a mídia opera ampliando a resistência da opinião pública sobre essas pessoas, pois estabelece aquilo que é tido socialmente como verdade. Por isso, nos diz Foucault (2012, p. 180):

[...] somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos do poder.

Uma vez que reverbera no meio midiático as notícias que chocam o público e buscam atender à necessidade comercial das instituições, o sujeito indígena está fadado a permanecer sob os olhares de preconceito e de exclusão. Foucault (2008, p.133) definiu o conceito de prática discursiva como

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Como foi possível observar, existe uma prática discursiva que atravessa a maneira como a mídia trata as questões indígenas na Região de Dourados. Existe uma regularidade que determina o surgimento desses dizeres, que faz com que o discurso nasça em um “jogo de relações” que caracterizam o nível discursivo. (FOUCAULT, 2008, p.146).

Devido a esse fenômeno, os reais problemas sofridos na RID não são colocados sob os holofotes e os habitantes da Reserva se veem, muitas vezes, negligenciados pelos órgãos competentes, sem a garantia de seus direitos fundamentais. Assim, para reivindicar direitos e serem ouvidos pelo poder público, esses sujeitos, não raro, se organizam em grupos que resistem e protestam de modo a chamar a atenção da sociedade e dos jornais para seus problemas.

Como exemplo disso, a participante da pesquisa E5 conta que, ao solicitarem o retorno de um ônibus para os estudantes que havia sido tirado de circulação, a Prefeitura não lhes deu retorno algum e por isso fizeram uma manifestação: E5:

Então a gente foi e pediu força para o capitão e deu um prazo de uma semana para a prefeitura responder a gente e eles não responderam; **ficaram só jogando um pro lado do outro e ninguém respondia e não resolveu nada**. Então falamos para o capitão que ia ter que fechar a BR, **porque só se a gente fechar a BR eles vão ver a gente!** Então fechamos a BR. (E5).

Essa prática de manifestação é comum em Dourados. A necessidade de resistência é marcada na fala dessa participante: “E por isso eu sempre falo: “**Resistir para existir**”. Se a gente não resiste, enquanto um morre nasce dois; **a gente tem que sempre resistir!** E as minhas poesias sempre são tiradas dessas vivências”.

Foucault postula que nas malhas do funcionamento do poder, ninguém é seu alvo inerte, mas sim “centros de transmissão” que estão em posição, tanto de exercê-lo, quanto de sofrer sua ação. Por isso, “O poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...] O indivíduo não é o outro do poder, é um de seus primeiros efeitos.” (FOUCAULT, 2012, p.183). Logo, onde há poder, há conseqüente e inevitavelmente sujeitos que resistem. A resistência é, então, um efeito do exercício do poder.

Está presente no relato de alguns dos participantes desta pesquisa a forma como se constitui as relações de poder e saber dentro da RID, em seu funcionamento. O Capitão, que é escolhido por meio de eleição, é o sujeito que detém o saber e, conseqüentemente, o poder. Sua

figura é investida de autoridade e respeito e ele determina as regras de convivência social entre o grupo, conforme demonstra o relato de E4:

As leis internas aqui são criadas pelo Capitão daqui da aldeia e se eles descumprirem essas leis que são criadas aqui na reserva, eles são aconselhados; se eles não fizerem o que o capitão tá falando para fazer, o Capitão chama a pessoa, conversa e fala para ele sair da aldeia e se ele quiser levar sua mulher, que leve, enquanto ele não cumprir as regras da reserva ele não fica aqui. (E4).

Sendo assim, existe no convívio social da RID uma relação de submissão em relação a um líder escolhido pela comunidade. Essa realidade vai de encontro com Foucault (2012) ao determinar que os poderes têm exercício em diferentes níveis da rede social, estabelecendo-se como “micropoderes”, diluídos nas micro instituições. Essa peculiaridade se concretiza ainda em formas de exclusão e preconceito exercidas pelos habitantes da Reserva em relação a outros grupos étnicos: E2:

Aqui na Aldeia, logo quando eu vim pra cá, já senti pela parte da etnia da minha esposa, que é o kaiowá, **no começo eu não fui aceito pela família por modo de eu não ser da região e não ter a mesma etnia**; isso foi uma das situações que eu senti rejeição por não ser daqui, por ser de fora, e isso é o que deixa a gente bem chateado. (E2).

Essa organização da RID em uma micro instituição, na qual se desempenham micropoderes, faz com que alguns grupos busquem formas de autosuficiência em relação ao perímetro urbano e à sociedade douradense: E1: “E outra coisa, a questão também é a questão geográfica, o fato da gente tá aqui um pouco quase que isolado já torna isso tudo mais, digamos assim, como se tivesse urbano, entende? Pq aqui já tem escolas, aqui já tem serviços, **aqui o pessoal eles ainda são presos, né.. também numa espécie de bolha**. E é difícil a gente tentar levar isso pra fora, pq, tudo aqui é voltado praqui, os indígenas eles têm que trabalhar pros indígenas e eles não podem ir buscar, por exemplo, que eu me forme como professor, eu não posso ir buscar vagas, disputar as mesmas vagas com o pessoal da cidade pq o tipo de serviço pra mim já é destinado aqui, a trabalhar aqui.”

Para Borges (2021, p.120), “é o ódio que está na base do discurso anti-indigenista que circula entre nós na forma de senso comum”. Para ela, o fomento ao ódio é a concretização do movimento contra o sujeito a quem se deseja negar a existência, ou seja, apagar, silenciar, matar. Então, vemos que o sujeito indígena é subjetivado pelos discursos estigmatizantes que ecoam socialmente e sofrem com o preconceito e a rejeição. Essa situação é alimentada pela

desinformação e pela ênfase negativa veiculada pelas mídias locais a respeito desse sujeito. É importante destacar que não é a intenção deste trabalho exaurir as publicações da mídia local sobre a temática, mas sim executar um recorte a partir de um lapso temporal de modo a atender às reflexões analíticas propostas para esta pesquisa.

3.3 Regularidades e subjetivação no discurso do sujeito indígena

Segundo Foucault (2002) a formação do sujeito está estreitamente ligada às relações de verdade, ou seja, o sujeito, para este autor, é constituído pelas práticas sociais. Assim, na visão foucaultiana, o sujeito está sempre se reformulando, se transformando juntamente com a história. Sendo o exercício discursivo fator determinante das práticas sociais e permeado pelas relações de poder, pensar a evolução do sujeito pelo prisma deste teórico implica em considerá-lo a partir das subjetivações ocorridas pelas estruturas de poder e discursos capazes de instituir verdades.

O sujeito indígena se constitui a partir de um processo histórico colonizatório de opressão, exclusão e lutas, trazendo em seu discurso as marcas desse passado. Além disso, ele é um ser em constante evolução e por isso também é formado a partir das relações sociais das quais faz parte. Como vimos, existe na região de Dourados uma maneira de atuar da mídia ao veicular informações a respeito dos habitantes da RID que acabam por colaborar para a manutenção de estigmas e estereótipos em relação a essas pessoas e isso fortalece o distanciamento e preconceito em relação à população que vive em área urbana.

Diante disso, observaremos a seguir as regularidades e as marcas da subjetivação presentes no discurso deste sujeito. Por meio das falas dos participantes desta pesquisa, pretendemos identificar e demonstrar como ocorrem essas marcas e como esse discurso irrompe na atualidade. Para que isso ocorra de acordo com o que foi postulado por Foucault (2002), o sujeito deve ser considerado a partir de sua natureza múltipla e complexa que carrega em seu discurso todos os ditos anteriores.

Diversas regularidades discursivas são detectáveis nos dizeres dos jovens indígenas entrevistados. Como vimos anteriormente, os jovens habitantes da RID, ao serem ouvidos sobre as formas de representação midiática de seu povo, não somente não se sentem representados pelo meio de informação, como também reclamam da falta de amparo no que concerne aos problemas sociais e de infra-estrutura vivenciados na Reserva: E2: “E outra coisa também é que há muita falta de água aqui na aldeia e isso eles não mostram o que

acontece, não mostram a realidade; **eles não mostram uma família passando fome que não tem o que comer.**”; E6: “Mas o nosso povo dentro da reserva indígena, **nós encontramos casos de muita penúria, muitas vezes crianças ou adultos não ter o que comer.** Só tem a cesta básica que é dada pelo governo por mês”. Além disso, também existe uma regularidade ao dizerem que a mídia não informa sobre acontecimentos positivos relacionados à Aldeia, como campeonatos de futebol, ou eventos culturais que ali ocorrem. E5: “eles sempre trazem coisas ruins das nossas comunidades, porque **você nunca vê a mídia vindo falar que tem indígenas que jogam futebol. Aldeia faz isso.** Acontecem esses eventos e tal”.

Esses aspectos são levantados na fala de E7:

A gente tem vários meios de entretenimento dentro da aldeia, no final de semana tem jogo de futebol... **e eu acho que isso seria bem interessante para o pessoal de fora vir e gravar, fazer uma matéria bem bonita pra poder levar pro pessoal de fora para eles tentarem conhecer um pouquinho mais da gente.** E sobre também investigar mais a fundo as nossas necessidades, o que a gente passa aqui na aldeia, como **falta de água, as péssimas condições das estradas e também os bairros que não têm energia ainda** e é uma coisa que eu acho um absurdo; as aldeias Jaguapiru e Bororó são as aldeias maiores que tem aqui no estado e têm lugares ainda que as pessoas não têm energia e nem água encanada! (E7).

Ela enfatiza sobre o papel fundamental que os meios de informação seriam capazes de exercer caso se propusessem a noticiar aspectos positivos da vida dos moradores da RID: “E assim, eles fazerem essas matérias pra mostrar, vir um pouco e entrevistar os moradores aqui; **mostrar que existem pessoas de bem, trabalhadoras, que trabalham fora. Que nem assim, eu, por exemplo, trabalho em uma casa de família e vejo assim muitos irmãos nossos trabalhando em construção, na cidade;** tipo... ah, eu não sei se as pessoas tapam os olhos para isso ou não fazem questão mesmo de ver, de aceitar”. É interessante perceber que esse depoimento denota um questionamento a respeito da permanência do preconceito e dos estigmas sociais, uma vez que se faz bastante presente no cenário urbano de Dourados a figura do indígena trabalhador. Desse modo, mesmo havendo no meio urbano muitos exemplos de sujeitos indígenas que estão integrados, estudam, trabalham, a tendência é de que esteja fixado no imaginário popular os estigmas ligados a essas pessoas. No Brasil, a sociedade é pautada pelo regime capitalista, no qual o trabalho possui papel fundamental, uma vez que garante o acesso aos bens materiais e à sobrevivência. Muitos indígenas se adequaram a esse modo de vida, porém, muitos sujeitos não se adaptaram à forma de vida e cultura do colonizador.

Para Foucault (2008), a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação

discursiva à qual pertencem. Ao responderem se já haviam sofrido preconceito em algum momento, todos os participantes da pesquisa responderam positivamente. Seguem alguns excertos: E1: “Já! Já, sim. Já aconteceu comigo de várias maneiras. Tanto em relação, ah, por exemplo, o local onde eu tava, quanto que, assim, por meio de redes sociais e tal, né. É, a gente cresce sabendo, né, sobre essas relações de preconceito em relação ao étnico e tal, mas a gente não, não se sente muito preparado. Então, geralmente, em ônibus a gente ouve comentários racistas, a gente ouve em praças públicas, em filas de banco e em supermercados.”; E2: “[...] eu tava trabalhando na construção civil e uma das pessoas disse **com um ar de desprezo: “Não sabia que índio sabia trabalhar na construção e fazer serviço de azulejo.”** Eu senti assim, que por eu ser indígena, na cabeça dessa pessoa eu era incapaz de fazer um serviço que precisa ser qualificado pra fazer, né. Isso é algo que machuca bastante, sabe? [...] **Eu nem respondi nada, normalmente não respondo a essas coisas**”. De acordo com Goffman (2019), os atributos da pessoa estigmatizada passam despercebidos, uma vez que a marca do estigma é como uma mancha taxativa de imperfeição. Independentemente de ser ou não um bom profissional, E2 sofre preconceito devido à sua raça.

Vemos também neste caso uma regularidade discursiva. O preconceito sofrido em diversas situações e ambientes é recorrente nas respostas dos jovens entrevistados, o que demonstra que o estigma de inferioridade e incapacidade está bastante presente nas relações entre indígenas e não indígenas em Dourados. E3 conta a respeito de uma ocasião na qual sofrera preconceito em ambiente escolar por parte da própria professora: E3: “Foi o pior preconceito que eu senti porque uma vez, uma professora [...] ela dava aula de Português e **ela não deixava a gente conversar na língua materna**, e... uma vez ela... como eu vou dizer... **até hoje eu nunca esqueci aquela ali**, que ela me humilhou na sala porque eu escrevi uma palavra errado, eu lembro até hoje; era pra escrever “mostrar”, só que no lugar de “mostrar” eu escrevi a palavra “monstro”.

Por sua vez, E6 narra situações de preconceito sofridas na infância também na escola, no município onde habitava: **“Quando criança, eu sofri muito preconceito** porque eu estudava na cidade, né? Eu não morava aqui em Dourados e eu morava em outra cidade; meu pai trabalhava em fazenda então não tinha uma escola, era mais perto a cidade que a escola na aldeia, então eu estudava na cidade. **Então o preconceito era todo dia, todo dia eu sofria preconceito**. Não só eu e meus irmãos como também outros indígenas que vinham da aldeia pra cidade e era todo dia preconceito; dos colegas... **então a gente se sentia muito oprimido porque você quando criança... imaginava você sofrer preconceito, porque não entende bem a língua para você se expressar... você não tem conhecimento, não tem argumento**

pra se defender; então isso aí é muito duro.”

O preconceito em âmbito educacional demonstra o rompimento das expectativas geradas por convenções sociais de que os indivíduos em espaço escolar devem saber falar a língua portuguesa. Conforme postulou Goffman (2019), aquele que é estranho no ambiente por não atender às expectativas sociais estabelecidas, é estigmatizado pela parcela da sociedade que se encontra dentro dos padrões normativos. Também em outros ambientes, o preconceito está atrelado aos fatores estigmatizantes, ou seja, as marcas, traços não esperados pelas outras pessoas. Para Goffman, essas marcas são responsáveis por reduzir os sujeitos que as possuem a uma posição de inferioridade, como alguém defeituoso e desacreditado. Em se tratando da população indígena, a inferiorização a ela atribuída está diretamente ligada à questão étnica.

O rechaçamento por parte da sociedade é percebido pelos sujeitos entrevistados: E3: **“você percebe quando te olha [...]** por exemplo, no banco, mesmo quase... tem bastante gente que vai, entra lá e **te olha com uma cara...** parece que se incomoda com a sua presença lá dentro”; E5:

É porque **a sociedade a gente vê que ela é opressora em todos os aspectos.** [...] tipo, ah... faz piadinha, olha feio ou tipo **você chega num lugar e todo mundo que tá nesse lugar já muda a feição do rosto.** Mas aqui em Dourados o preconceito é muito grande contra os povos indígenas. (E5).

E6: “E mesmo assim ainda há pessoas que discriminam nós indígenas dentro da cidade. **Olham com olhar de repulsa... não precisa nem falar, pelo olhar já vemos que as pessoas não gostam do indígena”.**

Borges (2021), tendo por base a AD, afirma que os discursos de ódio estão atrelados à produção de memória discursiva. Assim, para a autora, “há uma memória legitimada socialmente, que assegura a perpetuação dos discursos, enquanto a realidade vai sendo suplantada pelo imaginário”. BORGES (2021, p.122).

Os participantes também narram situações de preconceito vivenciadas nas quais o sujeito indígena tem sua imagem atrelada à miserabilidade. Diante de situações ocorridas em supermercados, é possível notar o pensamento generalizante em relação a esse sujeito. E2 comenta sobre a sua experiência: “[...] aí por ser indígena e ir comprar uma carne que para a sociedade brasileira o índio não tem condição de comprar uma carne de primeira. Aí o próprio açougueiro falou **“você vai querer essa carne mesmo? Não acontece de índio comprar esse tipo de carne aqui.”**; seguido do depoimento de E4: “Sempre quando a gente vai comprar carne já fala: **“Você quer puchero?”.** Parece que a gente é miserável e não tem

uma renda extra para a nossa convivência.”; A participante E5 conta uma situação parecida: “[...] a gente tava olhando pra esse arroz. Aí o cara que tava repondo o arroz olhou e falou assim pra gente: **“Ah, esse daqui é caro pra vocês!”**. Vemos nesse aspecto mais uma regularidade discursiva em relação aos estereótipos que marcam esses sujeitos.

Em seguida serão utilizados alguns registros fotográficos que possuem por função compor e contextualizar a análise. De acordo com Souza (1998, p.3), dada a natureza de linguagem atribuída à imagem, esta, por sua vez, é capaz de informar e comunicar, pois “se constitui em texto, em discurso”. Para a autora, a imagem não produz o visível, mas torna-se o visível quando da interpretação e efeito de sentido ocasionado em sua leitura. Ela afirma que “o trabalho de interpretação da imagem, como na interpretação do verbal, vai pressupor também a relação com a cultura, o social, o histórico, com a formação social dos sujeitos”. (SOUZA, 1998, p.4).

É importante ressaltar que as fotos são de minha autoria, feitas com o uso do meu aparelho celular em bairros de Dourados e são aqui expostas porque convergem com os dizeres dos entrevistados. Houve ocultamento da identificação das pessoas presentes nas imagens com a finalidade de resguardar suas identidades.

3. 4 Diálogos e embates entre enunciados midiáticos e cenário indígena

A fotografia 4 “Anjos frágeis” retrata a situação de miserabilidade à qual está exposta uma mãe indígena e seus dois filhos. Ela empurra um carrinho de bebê improvisado, que serve para carregar a criança menor, mas que também está sendo utilizado para transportar troncos de madeira e outros materiais recolhidos em algum descarte. A imagem foi registrada no Bairro Monte Carlo, que se situa vizinho à Rodovia Perimetral, que divide o perímetro urbano do Município da área de Reserva. É bastante comum esse tipo de cena pelas ruas da cidade, expondo a vulnerabilidade à qual estão expostos os habitantes da RID.



Fotografia 4 - Anjos frágeis⁸

Fonte: Acervo pessoal da autora.

É corriqueira a presença do sujeito indígena em situação de mendicância ou vasculhando as lixeiras pela cidade em busca de algo que lhes possa ser útil. Essas ocorrências contribuem para a manutenção dos estigmas e preconceitos. Alguns entrevistados falam a esse respeito: E4:

Aí essas pessoas minorias que vai na cidade às vezes não tem condições de comprar comida e fica mexendo no lixo. Esse assunto foi até no rádio, né, que foi discutido entre a população douradense e houve muito racismo e preconceito sobre o povo indígena, **falando que o povo indígena são como animais.** (E4).

Vemos que a desigualdade social ocorrida na Aldeia, mesmo sendo reflexo das diferenças econômicas do país, provoca generalizações que são propagadas pela sociedade e pela mídia. A fotografia 5, “O pão que o diabo amassou” flagra o momento em que uma mulher indígena vasculha sacos de lixo em uma residência no Bairro Monte Carlo.

⁸ Bairro Monte Carlo em 01/06/2022.



Fotografia 5 - O pão que o diabo amassou⁹

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Muitas vezes essas cenas são protagonizadas por crianças, que percorrem os bairros, acompanhadas ou não, para pedir algo nas casas, ou procurando nas lixeiras, conforme mostra a fotografia 6 “Tem pão velho?”. Nessa imagem, vemos uma menina pedindo esmolas em uma casa no Bairro Parque Alvorada. É bastante costumeiro que haja adultos aguardando mais adiante enquanto as crianças chamam ao portão. Essas ocorrências não raro provocam julgamentos negativos por parte da população douradense em relação ao sujeito indígena, o que, contribui para fomentar o preconceito e o estigma voltado a ele.

⁹ Bairro Monte Carlo em 05/10/2021.



Fotografia 6 - Tem pão velho?¹⁰

Fonte: Acervo pessoal da autora.

A desigualdade social é uma realidade no país, que é marcada por diferenças. Na RID, isso não é diferente, uma vez que há os sujeitos que se adaptaram ao modo de vida capitalista e possuem condições financeiras que os permitem acesso aos bens de consumo e também ocorrem os casos daqueles que não conseguiram se adaptar à vida urbana e por isso não possuem renda e vivem na pobreza. O espaço da Aldeia foi modificado pela cultura e modo de vida ocidentais e, por isso, os habitantes que não conseguem se moldar a essa realidade, muitas vezes, se encontram sem meios de sobrevivência apenas pelo cultivo da terra.

O pensamento foucaultiano aponta que os discursos promovem a produção das subjetividades dos sujeitos e, assim, os constituem. Fernandes (2012, p.17-18) nos diz que nos escritos de Foucault, “o discurso é uma categoria fundante do sujeito, do saber, do poder, da verdade, da subjetividade”, estando assim em uma relação direta com o sujeito e sua constituição. Nesse viés de pensamento, as subjetividades são construídas a partir dos discursos que permeiam o meio social do qual o sujeito faz parte. Então, é a partir de algo externo ao sujeito, o discurso, que seu interior é moldado.

Ao observarmos os dizeres de alguns dos sujeitos indígenas participantes deste trabalho, é possível perceber as marcas dessa subjetivação em seus discursos. Ao serem perguntados sobre como se sentem em ambientes urbanos quando estão em convívio com

¹⁰ Bairro Parque Alvorada em 12/09/2021.

peças não indígenas, alguns entrevistados descrevem sensações como desconforto e constrangimento. E1: ao descrever uma situação na qual estava trabalhando em uma escola do município em razão de um projeto, diz:

E, como assim, eu era a única pessoa indígena daquele ambiente, eu ficava, é, **eu me sentia muito receoso de fazer qualquer comentário**, tanto na sala dos professores, quanto em sala de aula, né, pq, pelo fato de eu **ser o único indígena ali, tentando acalmar os nervos dos alunos que todos eram brancos, né**, dificilmente tem uma pessoa... se pelo menos tivesse uma pessoa preta no lugar, eu não me sentiria tão desconfortável quanto eu estava, assim. Mas pelo fato de eu **ser a única pessoa indígena** e tendo que fazer um trabalho que eu nem mesmo tinha, me sentia, tendo uma certa autoridade de tentar acalmar eles, [...] é, **não tinha nenhuma pessoa lá com quem eu pudesse me apoiar, né.** (E1).

Percebemos os traços de subjetivação no discurso deste jovem indígena. Mesmo havendo estudado e se capacitado para exercer o papel de professor no Projeto do qual fazia parte, ele sente-se intimidado pela presença dos alunos devido ao fato de serem majoritariamente brancos. Essa subjetivação leva ao silenciamento do sujeito, que disse ter “receio” de dizer qualquer coisa na presença dos colegas ou dos discentes. Mesmo sendo alguém que se capacitou e preparou para desempenhar o papel de professor em sala de aula, esse jovem se constitui pelo discurso dos estereótipos que marcam o sujeito indígena como inferior e incapaz e são esses discursos estigmatizantes que o constitui e rege suas atitudes e dizeres. Na obra *A Hermenêutica do Sujeito* Foucault afirma que o sujeito surge como efeito das subjetividades, cujo discurso atua como produtor, uma vez que para o filósofo, é para que o discurso “possa vir a integrar-se ao indivíduo e comandar sua ação, fazer parte de certo modo de seus músculos e de seus nervos” (FOUCAULT, 2006, p.394).

Na sequência discursiva, E1 segue justificando que o fato de não haver outra pessoa de um grupo minoritário como o dele contribuiu para o seu desconforto:

Essa minha experiência em trabalho foi uma das insuportáveis pra mim. [...], 99% que tinham ali, eram pessoas brancas e isso já me deixa desconfortável, né. [...] Aí me levar, fazer com que eu fosse pra esse lugar, já me desse um pouco de **bloqueio e eu me sentia assim muito sufocado.** Então **não existia pelo menos uma pessoa negra e uma pessoa, sei lá, de qualquer etnia que não fosse a minha, né.** (E1).

Atuar em uma posição de poder em relação a um grupo de alunos brancos fez com que o sujeito se sentisse “bloqueado” e “sufocado”, tornando a experiência algo “insuportável” para ele. Nos discursos que transitam socialmente, a posição de poder é comumente

hegemônica, ocupada pelo branco. Ao perceber-se em uma condição na qual essa ordem encontrava-se invertida, o jovem indígena se sentiu angustiado e impotente, não sendo capaz de desenvolver satisfatoriamente o trabalho para o qual havia se preparado. Segundo Goffman (2019) o sujeito sobre o qual recai o estigma, muitas vezes, acaba por assimilar os estereótipos circulantes em seu meio social passando a ter a crença de que realmente é inferior e encontra-se fora dos padrões.

Goffman (2019) assevera que, em situações sociais mistas, o indivíduo visto como “anormal” adota, muitas vezes, uma postura defensiva, que pode oscilar com a agressividade. A entrevistada E4 se diz “acuada” em presença de pessoas não indígenas: **“Eu me sinto acuada, sabe? Quando eu tô no meio dos *carai*... parece que você se sente... parece que tem aquele peso de que você tem medo de te julgar por ser indígena, por sua cor, por você falar sotaque diferente, por você falar guarani, né?”**. Essa condição de sentir-se intimidada pelos olhares e pelo julgamento das pessoas representa mais uma regularidade discursiva dos sujeitos entrevistados. E5 narra o seguinte:

Tanto é que **na minha aula de atuação eu reprovei duas vezes seguidas, porque na minha turma só tem eu de indígena** aí a avaliação final foi individual e eu fiquei nervosa, **todo mundo me olhando, as professoras assim**; aí eu reprovei na aula por causa da avaliação! Porque eu fiquei nervosa. (E5).

O discurso demonstra a subjetivação do sujeito pela crença de inferioridade e incapacidade agravada, uma vez mais, pela ausência de pessoas de sua etnia no mesmo ambiente. Mesmo em sala de aula e com colegas, a jovem é abalada pelos olhares voltados para si. O sujeito se constitui a partir de preconceito e julgamentos sofridos por sua raça ao longo da história e que ainda ressoam na atualidade.

De acordo com Foucault (2006, p.391), os discursos, além de dizerem o verdadeiro e ditarem o que deve ser feito, são também persuasivos, já que agem como “matrizes de ação” que estão “inscritos no sujeito”. Assim, uma vez que estejam “presentes - na mente, no pensamento, no coração, no próprio corpo de quem os detém -, este que os detém agirá como que espontaneamente.” Por isso, o sujeito que se subjetiva pelos discursos construídos historicamente e presentes em seu meio, é persuadido e passa a agir em consonância com eles.

Orlandi (2002) discorre sobre o conceito de Interdiscurso e diz que ele corresponde à “memória” discursiva. Para a autora, a maneira como o sujeito significa em uma situação discursiva, está diretamente ligada a todos os sentidos já ditos em ocasiões passadas, independentemente de quanto tempo faça. Trata-se, assim, de “alguma coisa mais forte – que

vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres [...]. As palavras não são só nossas, elas significam pela história e pela língua.” (ORLANDI, 2002, p.32).

E3, ao relatar que ensina ao filho a língua Guarani, conta que isso não é visto de forma positiva por vizinhos da RID:

E por exemplo, eu mesma ensino o Olyver a falar só em guarani e às vezes eu falo em português às vezes, mas só que se você for sair da tua casa pra casa do vizinho, eles se incomodam com a forma que você conversa com o filho e eles não entendem. Ele diz: **“O menino tem que falar português, senão vai ter dificuldade na convivência e na escola”**. [...] É que na escola mesmo, hoje é tudo misturado. Aqui na aldeia Jaguapiru mesmo têm duas escolas: estadual e municipal. **Raramente você acha a pessoa que fala na língua materna.** (E3).

Assim, o discurso de que a língua Guarani é desnecessária em detrimento à Língua Portuguesa ecoa como verdade e já se encontra internalizado por muitos sujeitos indígenas. O valor da língua portuguesa, por sua vez, é ressaltado e garante a esse sujeito a inclusão no meio social.

A esse respeito, Foucault (1996) aponta que existem procedimentos de exclusão que regem os discursos em nossa sociedade. O autor define que há uma ordem do discurso, que estabelece o que é tido como verdadeiro e, conseqüentemente, capaz de determinar aquilo que possui credibilidade no meio social. Desse modo, estar em consonância com a ordem discursiva é fator imprescindível para incluir-se nesse meio. Entre os sistemas de exclusão está o da vontade de verdade, o qual pauta-se na legitimação do discurso a partir do modo como o saber é aplicado e valorizado socialmente. A chegada do colonizador trouxe consigo um processo de apagamento das línguas nativas faladas pelos povos originários, impondo o uso da língua portuguesa. Assim, as línguas consideradas selvagens foram rejeitadas ao longo da história estando, assim, fora dessa ordem e, conseqüentemente, dos sistemas de verdade.

Em se tratando do sujeito indígena, possuir o domínio da língua portuguesa significa inserir-se na ordem discursiva, de modo que insistir em manter a língua guarani para seus descendentes pode configurar uma forma de exclusão. A miscigenação ocorrida na RID também é um elemento que contribui para que seus habitantes por vezes decidam não transmitir a língua materna aos filhos. Existe uma preocupação de que a criança sofra preconceitos e enfrente dificuldades fora da Aldeia pelo fato de não possuir a língua portuguesa como primeira língua, o que, conforme o exposto, é uma preocupação legítima.

A exclusão que ocorre em ambiente escolar, bem como os estereótipos ressaltados

pelo livro didático foram mencionados por E4 como alguns dos fatores responsáveis pela perpetuação do preconceito em relação aos indígenas:

Eu acho que poderia começar nas escolas, porque aquele livro didático que coloca na escola colocam aquele indígena de pintura ainda; **aquele indígena que vive na mata ainda, acha que indígena não sabe usar celular, essas coisas... e as pessoas pegam esse estereótipo de indígena e levam na vida real para ficar julgando.** Fala que indígena não pode ter carro, celular, não pode estudar... Eu acho que poderia começar nas escolas principalmente. **Eu acho que poderia existir uma matéria dentro da escola só sobre o povo indígena para saber como que é a história,** como que vem vivendo no meio descolonizador e tá ali no meio até hoje; mesmo que a maioria é branco e fica julgando o indígena, mas a gente tá ali ferido, pode tá machucado historicamente, mas tá ali sobrevivendo, vivendo a vida do jeito que o *kaiowa/guarani* vive. (E4).

A entrevistada chama a atenção para a necessidade de haver uma representação justa da história dos povos indígenas e sua cultura a fim de levar informação à sociedade. Para ela, isso é fundamental para que cessem as generalizações e julgamentos.

O estigma de atrasado e primitivo também é reverberado por essa forma de retratar o sujeito indígena nos livros didáticos. Essa estereotipagem exclui esse sujeito do tempo presente, fixando-o no passado, o que acaba por eximir essas pessoas de participação ativa na sociedade atual. Por sua vez, o fato de haver habitantes da RID circulando diariamente pelo perímetro urbano de Dourados em carroças puxadas a cavalo, pode contribuir, tal como pode ser notado, na fotografia 7 “Fome travestida de trapos”, para a cristalização do estereótipo no imaginário popular. No retrato em questão, vemos mais uma vez a figura feminina acompanhada de crianças, o que denota o quão usual é para a população douradense deparar-se com esse tipo de situação. Essa frequência pode contribuir para banalizar e até mesmo naturalizar aos olhos do cidadão do Município os problemas sociais que ocorrem na Reserva.



Fotografia 7 - Fome travestida de trapos¹¹

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Ligado a esse estereótipo de atrasado, E3 chama a atenção para outro tipo de estigma social sofrido por seu povo:

Sabe, todo mundo já tem aquela visão de que aqui dentro da aldeia Jaguapiru já não tem uma cultura, né? Isso também acaba afastando muita gente e fala que é a única aldeia que já não mantém mais a cultura tradicional aqui dentro da aldeia de Dourados, ela complica bastante! (E3).

Esse estereótipo nasce das modificações que afetaram a maneira original de viver do sujeito indígena, que faz com que se pense que os mesmos tiveram sua cultura afetada e por isso perderam sua essência.

É importante ressaltar que os efeitos da subjetivação não são inalteráveis e podem ser aplacados quando o sujeito toma consciência de sua condição e de sua história e se empodera de ferramentas de emancipação por meio da busca de conhecimento. A exemplo, temos o depoimento de E6, já concluindo a segunda graduação, uma delas na área da educação, a outra em Direito:

Quando adolescente ou antes mesmo de entrar na Universidade eu me senti

¹¹ Bairro Santa Fé em 19/01/2022.

assim (desconfortável em presença de pessoas não indígenas). **Você se sente inseguro! Eu já passei por isso, mas agora eu não sinto mais!** Mas eu já passei muito isso, teve uma época da minha vida que era assim! **Você chegava em um lugar, parecia que todos estavam te olhando;** não sei se era coisa da minha cabeça, todos com olhar diferente... [...] **Me sentia constrangido de entrar em um determinado lugar.** Eu não sei se era medo das pessoas me abordar e falar alguma coisa pra mim, mas **era assim que eu me sentia, com receio.** Mesmo no supermercado, qualquer lugar! (E6).

Por meio da posse de um saber, esse sujeito se mostra seguro de sua condição e de seus direitos: “[...] eu sei que as pessoas vão me olhar diferente ali, **mas eu como pessoa, ser humano... se eu tenho condições de entrar ali eu tenho o mesmo direito que eles; Eu não tô infringindo nenhuma lei de estar ali.** É isso que eu penso!” (E6).

Torna-se nítida a mudança de postura do sujeito, uma vez que entrou em contato com discursos outros, discursos reponsáveis por lhe conferir saberes e consciência dos direitos que a sua condição de cidadão lhe concede. Assim, ainda que tenha conhecimento dos estigmas e estereótipos que recaem sobre sua raça, esse sujeito é capaz de se colocar em ambientes urbanos sem se deixar intimidar pelos olhares ou comentários. Sobre isso, declara: E6:

Atualmente é muito difícil eu sofrer preconceito [...] **eu não sinto mais aquele medo que eu tinha antes,** quando criança. Eu penso assim, se eles quiserem expor o preconceito pra cima de mim eu não tô nem aí, o problema é deles. O problema é deles, não sabe da minha realidade, não conhece minha vida, **não sabe quem sou eu! O problema é deles se eles gostam de mim ou não.** (E6).

Foucault (2006) postula que os discursos não são discursos quaisquer, uma vez que existem em sua materialidade. São proposições “fundadas na razão” e, por isso, “diz o verdadeiro e prescreve o que é preciso fazer”, ou seja, “constituem princípios aceitáveis de comportamento.” (FOUCAULT, 2006, p.390). O sujeito se demonstra seguro sobre sua própria condição e sobre o seu papel social. Ele encontra-se livre da subjetivação gerada pelo discurso do colonizador e passa a ocupar uma posição de poder pautada em outras formações discursivas.

A partir desta análise, foi possível perceber o papel desempenhado pela mídia no que concerne à manutenção de estigmas em relação ao sujeito indígena habitante da Reserva. Do mesmo modo, ao observarmos o discurso desse sujeito, notamos o processo de subjetivação do qual faz parte e que é fruto de todo um percurso histórico e social. Assim, é necessário reconhecer que ainda hoje existe uma relação pautada em estereótipos e preconceito entre os habitantes de Dourados e o sujeito indígena. Por isso, este trabalho objetivou ouvir esses

sujeitos e refletir sobre essas questões de maneira que possa haver uma maior compreensão e conhecimento da história dos povos originários e, por conseguinte, cada vez menos estigmas em relação a eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi a de analisar discursos veiculados pela mídia local acerca dos sujeitos indígenas, bem como a ocorrência do processo de subjetivação deste sujeito de modo a buscar resposta às seguintes questões norteadoras da pesquisa: Como se dão as representações do sujeito indígena na mídia douradense? Como esse sujeito se percebe nessas representações em um processo de subjetivação e como isso se reflete no discurso sobre si mesmo e sobre o convívio social?

A organização deste percurso dissertativo deu-se em três capítulos, buscando estabelecer uma conexão entre a temática, a teoria e o processo analítico. Anteriormente a isso, foi apresentada uma revisão bibliográfica composta por uma seleção dos trabalhos realizados nos programas de pós-graduação em Letras do Estado de Mato Grosso do Sul baseados na questão indígena. A intenção e finalidade desta etapa foi a de mostrar o diferencial desta pesquisa, bem como a importância em dar continuidade à exposição deste tema haja vista tamanha nebulosidade que há ainda hoje em torno dele no meio social.

No primeiro capítulo foi apresentada a teoria eleita para a pesquisa, a partir de uma seleção das obras de Michel Foucault mais pertinentes ao trabalho. Neste momento foram explanados os conceitos caros à pesquisa e que deram suporte à análise realizada, como a ordem e as formações discursivas, o surgimento do método arqueológico, o conceito de sujeito e seu entrelaçamento com as relações de poder, bem como a busca histórica da verdade. Para fechar os pressupostos teóricos, devido ao tema do trabalho, buscamos abordar o conceito de identidade a partir da ótica cultural.

O segundo capítulo foi dedicado a traçar um percurso histórico referente ao aldeamento das populações indígenas no MS e à constituição da Reserva Indígena de Dourados. O objetivo foi o de situar o leitor em relação ao sujeito objeto desta dissertação, como vive desde sua chegada às Aldeias até os dias atuais. Neste sentido, o capítulo mostrou que a formação da RID atendeu quase que exclusivamente a uma lógica política e colonial, na qual os interesses dos povos originários eram deixados de lado. Logo, além de não ser considerada a culturalidade dos indígenas, seu deslocamento para um território estabelecido visava o apagamento da mesma com um gradual desaparecimento de suas características

étnicas.

Para um melhor detalhamento da população que habita a RID, o capítulo dois descreve brevemente a origem e historicidade das principais etnias presentes na reserva – a Kaiowá, a Guaraní (Ñandeva) e a Terena. Em seguida, pontua os principais problemas que afetam a Reserva nos dias atuais, como a superlotação e os conflitos causados pela convivência entre os povos que lá vivem. Também faz parte deste momento textual, as várias maneiras com que o cenário educacional tem contribuído para a manutenção dos estigmas direcionados aos indígenas e, por fim, discute quais os espaços ocupados por eles tanto na RID, quanto no meio urbano.

Chegamos, então, ao capítulo final, que traz, por sua vez, o desenvolvimento da proposta desta pesquisa, com as análises discursivas dos excertos de publicações da mídia e também das entrevistas realizadas com os indígenas participantes. Buscamos, nesta etapa, trazer à tona as peculiaridades discursivas da mídia, como esta notícia as questões envolvendo a RID e seus habitantes e interligar isso ao modo como os sujeitos entrevistados veem esse processo e se percebem e se subjetivam a partir dele. Abordamos, neste ponto, devido à sua importância conceitual, a noção de estigma e como ele perpassa a sociedade e seus sujeitos.

O caminho analítico nos permitiu perceber como a mídia local apresenta assuntos relacionados ao sujeito indígena e como ocorre o processo de subjetivação do próprio sujeito diante deste cenário. A escolha por temáticas envolvendo situações violentas demonstra uma recorrência nas publicações e constitui-se como regularidade no assunto. Desse modo, a imagem do indígena permanece ligada a ambientes conflituosos nos quais irrompem com frequência episódios de agressões, alcoolismo, estupros, roubos entre outros. Consequentemente, esse *modus operandi* midiático termina por incidir no modo como os sujeitos se constituem e se subjetivam. A partir dos dizeres dos entrevistados foi possível notar que estes não se sentem representados pela mídia devido às generalizações provocadas pela fragmentação da realidade ao veicular questões envolvendo a RID.

Por isso, os problemas sociais que permeiam a relação entre indígenas e não indígenas no município de Dourados são retroalimentados pelo modo como os meios midiáticos locais apresentam à sociedade os acontecimentos envolvendo a Reserva. Devido à predileção por publicar fatos relacionados à violência extrema e, ao fazê-lo, lançar mão das estratégias comentadas ao logo do texto, a mídia acaba por dar sustentação aos estereótipos envolvendo as populações indígenas. Fica, então, comprometido o desempenho de seu papel social de levar ao conhecimento dos habitantes de Dourados a realidade da Reserva sob seus múltiplos

prismas. Assim, os estereótipos, uma vez presentes no imaginário popular, fomentam os estigmas e perpetuam preconceitos.

O arcabouço teórico eleito para embasar as análises mostrou-se substancial e eficaz ao mostrar como a máquina midiática com sua lógica comercial está muitas vezes à frente da produção das informações estabelecidas como “verdades” fomentando assim as relações de poder existentes no contexto socio cultural. Diante disso, obtivemos resposta às indagações às quais nos propusemos lançar luz com esta pesquisa. Concluímos que a mídia, ao dizer sobre o sujeito indígena habitante da RID, termina por não contemplá-lo no quesito representatividade, uma vez que opta por uma forma fragmentada de mostrar a sua realidade, fazendo com que outros aspectos de sua vivência e cultura não cheguem ao público leitor. Por meio das entrevistas realizadas, analisamos que o discurso desse sujeito denota sinais de exclusão, a ponto deste não se sentir representado pela maneira como as questões envolvendo seu povo são noticiadas. O indígena percebe as marcas da estigmatização e do preconceito que recai sobre ele e subjetiva-se, sentindo-se com isso inferiorizado e acuado diante da convivência com as pessoas não indígenas.

Vemos que a força do discurso colonial impera ainda nos dias atuais e marca a subjetividade do sujeito indígena. As “verdades” impostas pelo europeu ecoaram e ainda ecoam ifiltrando-se com uma força potente na existência dos povos indígenas. Porém, mesmo em meio às marcas dessa subjetivação, emerge no discurso analisado pontos de resistência e luta, que demonstram a força étnica e cultural dessas pessoas: “resistir para existir”.

Ser moradora de Dourados, mais especificamente de um bairro vizinho à RID, me coloca em contato cotidiano com os habitantes da Reserva. Seja ao vê-los passar pela manhã e à tardinha na ida e vinda do trabalho, ou perambulando mal vestidos e sujos revirando o lixo e tocando a campainha para pedir algo de comer ou vestir, noto que acaba por acontecer, em relação aos moradores do bairro, uma certa naturalização dos problemas sociais enfrentados pelos indígenas. Não é raro ouvir palavras ofensivas e preconceituosas por parte de algum vizinho.

A formação em uma Universidade pública possibilitou-me a convivência com colegas indígenas e, por conseguinte, um olhar mais abrangente e livre de generalizações. Como estudante da área de linguagens, busquei com este trabalho mostrar como a análise do discurso pode contribuir para desestabilizar efeitos de verdade produzidos por discursos parciais e estigmatizantes em relação aos indígenas. Com isso, espero que ele ecoe, ganhe asas e se una a tantas outras pesquisas que almejam desconstruir sentidos cristalizados na mente e coração das pessoas. É importante ressaltar que esta pesquisa não intencionou

encerrar qualquer discussão em relação a essa temática, mas sim ampliar a reflexão em relação a ela.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Juliana Marques de Matos. *O Indígena Guarani de Dourados (MS): mídia, representação e discurso*. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011. 152f. (Dissertação de Mestrado).

Após briga, homem mata o vizinho com uma barra de ferro na Aldeia Bororó. **Rádio 94 Fm Dourados**, Dourados, 2 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.94fmdourados.com.br/noticias/policial/apos-briga-homem-mata-o-vizinho-com-uma-barra-de-ferro-na-aldeia-bororo>>. Acesso em: 17 mai. 2022.

ARAÚJO, Valéria. Em aldeia mais perigosa do País para mulheres, força indígena se une contra violência doméstica. **O Progresso Digital**, Dourados, 4 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.progresso.com.br/cotidiano/em-aldeia-mais-perigosa-do-paisforca-indigena-se-une-contraviolencia/369027/>>. Acesso em 18 mai. 2022.

AZANHA, Gilberto. *As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul*. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.1, p.61-111, jul. 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio Sobre o Conceito de Cultura*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. *Da Aldeia Para a Cidade: processos de identificação/subjetivação do índio Xavante na cidade de Barra do Garças/MT, alteridade irreduzível?* 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

_____. *Efeitos de sentido da política de “proteção” aos indígenas brasileiros*. Amerika [En línea], 8 2013, Publicado em 30 maio 2013, consultado em 07 novembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/amerika/3802>; DOI: <https://doi.org/10.4000/amerika.3802>.

_____. Um acontecimento: ler o ódio aos povos originários no Brasil, hoje. In: FLORES, Giovanna Benedetto (org.) et al. *Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia*. 1.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Decreto n. 6.861*, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2009.

BRUMATTI, Sonia Aparecida Verga. *Identidade Indígena: algumas características de estudantes indígenas da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados-MS*. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2007.

CAMPOS, Elcia Tatiane Pazeto Puks. *Uma Leitura Discursiva do Jornal Ajindo: relação de poder e resistência*. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da

Grande Dourados, Dourados/MS, 2013.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. In.: História (São Paulo), v. 30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialidade e Colonialismo Interno: A Política de Criação de Reservas Indígenas no Sul de Mato Grosso do Sul e Algumas de suas Consequências Contemporâneas. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos*. Ebook, São Leopoldo: Karywa, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Tradução: Angela M. S. Corrêa. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

COSTA, Daniela de Souza Silva. *O Léxico Indígena nas Capitais Brasileiras: um estudo geolinguístico*. 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *A história indígena em Mato grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas*. Territórios e Fronteiras-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT, v2, n.2, p.115-124, jul./dez. 2001.

FÁVARO, Selma Marques da Silva. Discurso oficial e discurso do aluno da Escola Municipal Indígena Koinukoen: a língua portuguesa sob o olhar transdisciplinar. 2018. 176 f. Tese (Doutorado em Letras)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2018.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e Sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERRAZ, Carlos; DUARTE, Osvaldo. Indígena de 19 anos é assassinado com facada nas costas. **Dourados News**, Dourados, 3 out. 2021. Disponível em: <<https://www.douradosnews.com.br/dourados/indigena-de-19-anos-e-assassinado-com-facada-nas-costas/1166694/>>. Acesso em 23 mai. 2022.

FERREIRA, Gláucia Cristina. *Mulheres Indígenas nos Blogs: discursos e identidades*. 2015. 97f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS, 2015.

FISCHER, Rosa M. B., Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano A. (org.). *Estudos do Discurso: perspectivas teóricas*. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 3.ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. *A Hermenêutica do Sujeito*. Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *A Arqueologia do Saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. 25.ed. São Paulo: Graal, 2012.

FRANÇA, Simone dos Santos. *O discurso de acadêmicos indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) face as cotas e o acesso ao Ensino Superior*. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2014.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GREGOLIN, Maria R.V., O enunciado e o arquivo: Foucault (entre) vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JORGE, Alexandre. *A língua alemã em uma comunidade indígena terena em Mato Grosso do Sul: Bilinguismo e Ensino/Aprendizagem*. 2019. 74 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2019.

LAGE, Nilson. *Linguagem Jornalística*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1997.

LIMA, Jackeline Marcuci. *Candidatos à Licenciatura Indígena: um estudo linguístico das produções escritas*. 2012. 91f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2012.

MACHADO, Almires Martins. *Terena, Guarani, Kaiowá e Guateka: Convivência entre Nós e os Outros*. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos*. Ebook, São Leopoldo: Karywa, 2019.

MAIRINS, Marília Simplício. *O Sentido do “ensino” do Não-Indígena Para o Indígena no Acontecimento Enunciativo*. 2018. 86 fls. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/ MS, 2018.

MANCINI, Ana Paula Gomes; TROQUEZ, Marta Coelho Castro. *Desconstruindo estereótipos: apontamentos em prol de uma prática educativa comprometida eticamente com a temática indígena*. Revista Tellus, ano 9, n. 16, p. 181-206, jan./jun. 2009.

MELO, Sílvia Mara de. *Ecossistemas Institucionais: sujeito indígena no Mato Grosso do Sul*. 1.ed. Campinas SP: Pontes Editores, 2020.

MIQUELETTI, Eliane Aparecida. *Os Casos de Desnutrição Infantil Indígena e a Mídia: constituição de imagens e de sentidos*. 2007. 125f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2007.

MONTEIRO, Lurdes Batista. *O Determinante de Gênero na Produção Textual de Alunos do Ensino Médio de Escolas Indígenas Aquidauanenses*. 2012. 74f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2012.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. *Levantamento Histórico Sobre os Índios Guarani Kaiowá*. Coleção Fragmentos da História do Indigenismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003.

MORANDI, Marcos. Grávida, mulher é agredida com chute na barriga e levada sangrando para hospital em cidade de MS. **Midiamax**, Dourados, 26 mar. 2021. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/policia/2021/gravida-mulher-e-agredida-com-chute-na-barriga-e-levada-sangrando-para-hospital-em-cidade-de-ms/>>. Acesso em 18 jun. 2022.

MORETTO, Adriano; DUARTE, Osvaldo. Índios invadem fazenda, torturam e fazem caseiro refém por 6h. **Dourados News**, Dourados, 21 jul. 2018. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/policia/indios-invadem-fazenda-torturam-e-fazem-caseiro-refem-por-6h/1085387/?fb_comment_id=2250533781654132_2250742031633307>. Acesso em 5 jul. 2022.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Geografias Guarani e Kaiowá nas Relações entre a Reserva Indígena e a Cidade de Dourados. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos*. Ebook, São Leopoldo: Karywa, 2019.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 4ª edição, 2002.

PEREIRA, Levi Marques; MEYER, Luiza Gabriela Oliveira. Novos Direitos e Velhas Práticas de Estado: O Direito à Consulta Prévia na Reserva Indígena de Dourados, MS. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos*. Ebook, São Leopoldo: Karywa, 2019.

PEREIRA, Levi Marques. A Reserva Indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimento de figurações indígenas multiétnicas. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÊS, Isabelle (Orgs). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

_____, Levi Marques. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____, Levi Marques. *Os Terena de Buriti : as formas organizacionais, territorialização da identidade étnica*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

PORTOLAN, Santa Cariaga. *Discurso(s) em Contexto Escolar Indígena: a construção de uma escola diferenciada*. 2011. 129f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2011.

RAMOS, Thaís Valim; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Para Além de Rituais e Costumes: o que podemos dizer sobre a noção de cultura em análise do discurso?* Estudos da

Língua (gem), Vitória da Conquista, v.14, n. 2, p. 139-154, dezembro de 2016.

RIBEIRO, Sandra Teixeira Gomes. *Narrativas de Professoras Indígenas – Reconstruindo Histórias de Identidade e Preconceito*. 2011. 134f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2011.

ROSSI, Clovis. *O que é Jornalismo*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guaraní*. 3. ed. São Paulo, EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SILVA, Daniel Neves. “O que é marco temporal?”; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-marco-temporal.htm>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Tânia C. Clemente de. *Discurso e Imagem: Perspectivas de análise não verbal*. CIBERLEGENDA, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense. N.1. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/issue/view/1923>. Acesso em: 19 de novembro de 2022.

STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. Tradução Angel Bojadsen. Vol. 674. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. *Professores Índios e Transformações Socioculturais em um Cenário Multiétnico: a reserva indígena de Dourados (1960-2005)*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

_____, Marta Coelho Castro. Reserva Indígena de Dourados (1917-2017): Composição Multiétnica, Apropriações Culturais e Desafios da Subsistência. In: MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos*. Ebook, São Leopoldo: Karywa, 2019.

VERÃO, Flávio. Sitiantes e indígenas voltam a entrar em conflito. **Dourados Agora**, Dourados, 12 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.douradosagora.com.br/2021/11/12/sitiantes-e-indigenas-voltam-a-entrar-em-conflito/>>. Acesso em 18 mai. 2022.

VILAÇA, Aparecida. *Comendo Como Gente: formas de canibalismo Wari'*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ZANZI, Jaqueline. *Anjos frágeis*. 3 fotografia, em cores. Acervo pessoal: 1 jun. 2022.

_____, Jaqueline.. *O pão que o diabo amassou*. 4 fotografia, em cores. Acervo pessoal: 5 out. 2021.

_____, Jaqueline. *Tem pão velho?*. 5 fotografia, em cores. Acervo pessoal: 12 set. 2021.

_____, Jaqueline. *Fome travestida de trapos*. 6 fotografia, em cores. Acervo pessoal: 19 jan. 2022.

<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> . Acesso em: 16 jan. 2022.

<https://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-lettras/dissertacoes-defendidas> . Acesso em 23 e 24 jan. 2022.

<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/>. Acesso em 24 e 25 jan. 2022.

http://www.uems.br/pos_gradua%C3%A7%C3%A3o/detalhes/letras-campo-grande-mestrado-%20academico/.teses_dissertacoes. Acesso em 27 jan. 2022.

<https://www.google.com.br/maps>. Acesso em 20/05/2022.

ANEXOS

Perguntas para a Entrevista:

Nome:

Idade:

Etnia:

Nível escolar:

Em qual Aldeia vive:

Como você considera que seja o convívio social entre indígenas e não indígenas aqui em Dourados?

Você já sentiu algum tipo de preconceito? Como foi?

Porque você considera que existe preconceito por parte das pessoas em relação aos indígenas?

Você se sente bem quando está em um ambiente (de trabalho, escolar etc) com pessoas não indígenas?

Como você considera que as pessoas enxergam os indígenas aqui em Dourados?

Você lê notícias sobre as aldeias e sobre os indígenas nos jornais e na mídia local?

Você acha que essas notícias representam o seu povo de maneira correta?

Você se sente representado pelos jornais e pela mídia?

Por quê?

Você acha que a mídia deveria mudar a forma como noticia as questões envolvendo os indígenas?

Você acha que a mídia pode contribuir para que as pessoas não indígenas tenham preconceito em relação aos indígenas?

De que forma?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-
UFGD

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PESQUISA: O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo**”, realizada pela pesquisadora Jaqueline Zanzi, aluna do curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, sob a orientação da Professora Doutora Sílvia Mara de Melo.

O objetivo desse estudo é refletir sobre as representações a respeito do sujeito indígena na mídia no Município de Dourados MS com base nos estudos discursivos de Michel Foucault. A finalidade é a de identificar, a partir das práticas discursivas, as regras de formação do discurso e a possível presença de dispositivos de poder no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como a maneira pela qual isso se reflete tanto na mídia, quanto no discurso dos próprios sujeitos.

A sua participação no estudo é imprescindível e voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, assim como, retirar sua participação a qualquer momento. Não haverá nenhuma penalidade ou constrangimento caso decida não participar ou desistir de continuar participando no decorrer de qualquer fase da pesquisa, mesmo com a sua participação sendo muito importante para este estudo.

A abordagem metodológica proposta para este trabalho é de âmbito qualitativo. Os métodos eleitos consistem em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais on-line regionais, entrevistas e registros fotográficos

Caso aceite participar, os registros serão gerados por de entrevistas individuais. As entrevistas ocorrerão em forma de gravação da reunião feita em Plataforma adequada e serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais. Somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora.

Ainda no que concerne às entrevistas, serão elaboradas questões que colaborem na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado. Com isso, objetiva-se lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele compareça não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade.

Informamos que o tempo que será disponibilizado pelo participante para a entrevista será de em média 30 minutos e as perguntas elaboradas para este fim são as seguintes:

1- Qual o seu nome, idade e etnia?; 2- Qual o seu nível escolar?

3- Em qual Aldeia você vive?; 4- Como você considera que seja o convívio social entre indígenas e não indígenas aqui no município de Dourados?;

5-Você já sentiu algum tipo de preconceito? Como foi?

6-Porque você considera que existe preconceito por parte das pessoas em relação aos indígenas?

7-Você se sente bem quando está em um ambiente (de trabalho, escolar etc) com pessoas não indígenas?

8-Como você considera que as pessoas enxergam os indígenas aqui em Dourados?

9-Você lê notícias sobre as aldeias e sobre os indígenas nos jornais e na mídia local?

10-Você acha que essas notícias representam o seu povo de maneira correta?

11-Você se sente representado pelos jornais e pela mídia? Pq?

12-Você acha que a mídia deveria mudar a forma como noticia as questões envolvendo os indígenas?

13-Você acha que a mídia pode contribuir para que as pessoas não indígenas tenham preconceito em relação aos indígenas? De que forma?

Comunicamos também que, com a intenção de ilustrar o trabalho com cenas reais e contemporâneas, serão selecionados registros fotográficos que retratem cenas cotidianas envolvendo o sujeito indígena no contexto social urbano de Dourados. Ressaltamos que não serão expostos rostos, de modo a salvaguardar a identidade das pessoas fotografadas.

Ao final da pesquisa todo o material levantado neste estudo será mantido em arquivo por pelo menos cinco (5) anos, conforme Resolução 466/2012 e 510/16 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados(CET/UFGD)”.

Contudo, como toda pesquisa envolve risco aos seus participantes, entende-se que, mesmo tomando todos os cuidados, não é totalmente nula a possibilidade de vir a ser identificado(a) e também não é totalmente nula a possibilidade de uma pergunta lhe causar algum tipo de incômodo ou constrangimento. Por esse motivo, a pesquisadora compromete-se a manter em sigilo qualquer informação que possa identificá-lo. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

Caso o(a) Sr(a) participante se sinta lesado, conforme Resolução 510/09 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CET/UFGD)”. O participante deverá – “ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei.” Se você participante sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, tem direito de pleitear indenização para reparação de danos imediatos ou futuros decorrentes de sua participação.

Garantimos que todos os procedimentos para assegurar a confidencialidade da pesquisa serão tomados, restringindo o acesso a esse material ao uso da pesquisadora responsável e de sua orientadora. Ao restringirmos o acesso aos registros, garantimos também a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes.

Também são esperados os seguintes benefícios desta pesquisa: desejamos demonstrar como a mídia pode influenciar no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como evidenciar como as escolhas do discurso midiático podem contribuir para a manutenção das relações de poder estabelecidas socialmente. Esperamos que a expansão de estudos acadêmicos desta natureza possa lançar luz sobre problemáticas que permeiam a relação entre a sociedade e o sujeito indígena, com ênfase no papel que a mídia possui nesse processo. A finalidade é que possa ocorrer um processo desconstrucionista de preconceitos e pensamentos estigmatizantes

perpetuados até a atualidade e que atingem os sujeitos indígenas ao longo da história.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c).

Em relação a custos adicionais e ressarcimento, informamo-lhes que este estudo não acarretará nenhum custo e você não receberá nenhum benefício financeiro para participar desta pesquisa. Contudo, garantimos ao(à) Sr(a) o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Por exemplo, se houver a necessidade de seu deslocamento à unidade somente para fins de pesquisa, você será ressarcido nas despesas com transporte e, se precisar, com alimentação, se houver qualquer tipo de despesas decorrentes da participação na pesquisa você será ressarcido.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica (Item IV.3.e, da Resolução CNS nº. 466 de 2012).

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisadora responsável Jaqueline Zanzi a qualquer tempo para informação adicional no Endereço: Rodovia Dourados/Ithaim, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 – Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradolettras@ufgd.edu.br.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CEP/UFGD) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFGD fica no Prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501, Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados - MS, CEP 79825-070.

O CEP/UFGD é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP- é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Trata-se de uma instância colegiada de abrangência nacional, responsável pela análise dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, bem como pela adequação e atualização das respectivas normas.

A CONEP deverá examinar os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos em áreas temáticas especiais, encaminhadas pelos CEP das instituições e sua principal missão é garantir a proteção dos sujeitos de pesquisa.

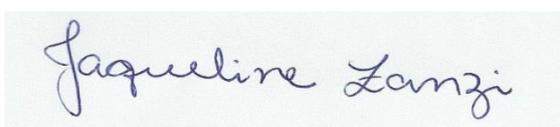
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h (horário de Brasília).

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do

Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigente Este Termo de Compromisso Livre e Esclarecido-TCLE foi redigido em duas (2) vias, sendo uma para o participante da pesquisa e uma para a pesquisadora.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigentes.



Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato com a pesquisadora responsável:

Endereço: Rodovia Dourados/Ithaum, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 –

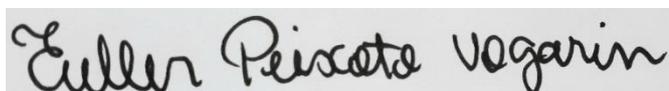
Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradoletras@ufgd.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação neste estudo e quero participar da pesquisa

Autorizo a gravação da entrevista

Não autorizo a gravação da entrevista

Dourados, 26 de janeiro de 2022.



Assinatura do Participante

Euller Peixoto Vogarin

CPF: 078.192.471-50



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-
UFGD

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PESQUISA: O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo**”, realizada pela pesquisadora Jaqueline Zanzi, aluna do curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, sob a orientação da Professora Doutora Sílvia Mara de Melo.

O objetivo desse estudo é refletir sobre as representações a respeito do sujeito indígena na mídia no Município de Dourados MS com base nos estudos discursivos de Michel Foucault. A finalidade é a de identificar, a partir das práticas discursivas, as regras de formação do discurso e a possível presença de dispositivos de poder no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como a maneira pela qual isso se reflete tanto na mídia, quanto no discurso dos próprios sujeitos.

A sua participação no estudo é imprescindível e voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, assim como, retirar sua participação a qualquer momento. Não haverá nenhuma penalidade ou constrangimento caso decida não participar ou desistir de continuar participando no decorrer de qualquer fase da pesquisa, mesmo com a sua participação sendo muito importante para este estudo.

A abordagem metodológica proposta para este trabalho é de âmbito qualitativo. Os métodos eleitos consistem em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais on-line regionais, entrevistas e registros fotográficos

Caso aceite participar, os registros serão gerados por de entrevistas individuais. As entrevistas ocorrerão em forma de gravação da reunião feita em Plataforma adequada e serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais. Somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora.

Ainda no que concerne às entrevistas, serão elaboradas questões que colaborem na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado. Com isso, objetiva-se lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele compareça não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade.

Informamos que o tempo que será disponibilizado pelo participante para a entrevista será de em média 30 minutos e as perguntas elaboradas para este fim são as seguintes:

1-Qual o seu nome, idade e etnia?; 2-Qual o seu nível escolar?

3-Em qual Aldeia você vive?; 4- Como você considera que seja o convívio social entre indígenas e não indígenas aqui no município de Dourados?;

5-Você já sentiu algum tipo de preconceito? Como foi?

6-Porque você considera que existe preconceito por parte das pessoas em relação aos indígenas?

7-Você se sente bem quando está em um ambiente (de trabalho, escolar etc) com pessoas não indígenas?

8-Como você considera que as pessoas enxergam os indígenas aqui em Dourados?

9-Você lê notícias sobre as aldeias e sobre os indígenas nos jornais e na mídia local?

10-Você acha que essas notícias representam o seu povo de maneira correta?

11-Você se sente representado pelos jornais e pela mídia? Pq?

12-Você acha que a mídia deveria mudar a forma como noticia as questões envolvendo os indígenas?

13-Você acha que a mídia pode contribuir para que as pessoas não indígenas tenham preconceito em relação aos indígenas? De que forma?

Comunicamos também que, com a intenção de ilustrar o trabalho com cenas reais e contemporâneas, serão selecionados registros fotográficos que retratem cenas cotidianas envolvendo o sujeito indígena no contexto social urbano de Dourados. Ressaltamos que não serão expostos rostos, de modo a salvaguardar a identidade das pessoas fotografadas.

Ao final da pesquisa todo o material levantado neste estudo será mantido em arquivo por pelo menos cinco (5) anos, conforme Resolução 466/2012 e 510/16 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados(CET/UFGD)”.

Contudo, como toda pesquisa envolve risco aos seus participantes, entende-se que, mesmo tomando todos os cuidados, não é totalmente nula a possibilidade de vir a ser identificado(a) e também não é totalmente nula a possibilidade de uma pergunta lhe causar algum tipo de incômodo ou constrangimento. Por esse motivo, a pesquisadora compromete-se a manter em sigilo qualquer informação que possa identificá-lo. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

Caso o(a) Sr(a) participante se sinta lesado, conforme Resolução 510/09 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CET/UFGD)”. O participante deverá – “ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei.” Se você participante sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, tem direito de pleitear indenização para reparação de danos imediatos ou futuros decorrentes de sua participação.

Garantimos que todos os procedimentos para assegurar a confidencialidade da pesquisa serão tomados, restringindo o acesso a esse material ao uso da pesquisadora responsável e de sua orientadora. Ao restringirmos o acesso aos registros, garantimos também a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes.

Também são esperados os seguintes benefícios desta pesquisa: desejamos demonstrar como a mídia pode influenciar no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como evidenciar como as escolhas do discurso midiático podem contribuir para a manutenção das relações de poder estabelecidas socialmente. Esperamos que a expansão de estudos acadêmicos desta natureza possa lançar luz sobre problemáticas que permeiam a relação entre a sociedade e o sujeito indígena, com ênfase no papel que a mídia possui nesse processo. A finalidade é que possa ocorrer um processo desconstrucionista de preconceitos e pensamentos estigmatizantes

perpetuados até a atualidade e que atingem os sujeitos indígenas ao longo da história.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c).

Em relação a custos adicionais e ressarcimento, informamo-lhes que este estudo não acarretará nenhum custo e você não receberá nenhum benefício financeiro para participar desta pesquisa. Contudo, garantimos ao(à) Sr(a) o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Por exemplo, se houver a necessidade de seu deslocamento à unidade somente para fins de pesquisa, você será ressarcido nas despesas com transporte e, se precisar, com alimentação, se houver qualquer tipo de despesas decorrentes da participação na pesquisa você será ressarcido.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica (Item IV.3.e, da Resolução CNS nº. 466 de 2012).

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisadora responsável Jaqueline Zanzi a qualquer tempo para informação adicional no Endereço: Rodovia Dourados/Ithaim, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 – Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradolettras@ufgd.edu.br.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CEP/UFGD) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFGD fica no Prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501, Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados - MS, CEP 79825-070.

O CEP/UFGD é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP- é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Trata-se de uma instância colegiada de abrangência nacional, responsável pela análise dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, bem como pela adequação e atualização das respectivas normas.

A CONEP deverá examinar os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos em áreas temáticas especiais, encaminhadas pelos CEP das instituições e sua principal missão é garantir a proteção dos sujeitos de pesquisa.

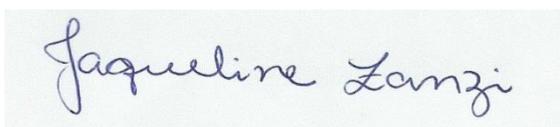
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h (horário de Brasília).

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do

Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigente Este Termo de Compromisso Livre e Esclarecido-TCLE foi redigido em duas (2) vias, sendo uma para o participante da pesquisa e uma para a pesquisadora.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigentes.



Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato com a pesquisadora responsável:

Endereço: Rodovia Dourados/Ithaum, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 –

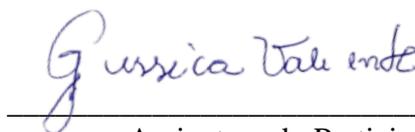
Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradoletras@ufgd.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação neste estudo e quero participar da pesquisa

Autorizo a gravação da entrevista

Não autorizo a gravação da entrevista

Dourados, 03 de fevereiro de 2022.



Assinatura do Participante

Gessica Valiente

CPF: 052.697.881-36



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-UFGD

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PESQUISA: O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo**”, realizada pela pesquisadora Jaqueline Zanzi, aluna do curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, sob a orientação da Professora Doutora Sílvia Mara de Melo.

O objetivo desse estudo é refletir sobre as representações a respeito do sujeito indígena na mídia no Município de Dourados MS com base nos estudos discursivos de Michel Foucault. A finalidade é a de identificar, a partir das práticas discursivas, as regras de formação do discurso e a possível presença de dispositivos de poder no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como a maneira pela qual isso se reflete tanto na mídia, quanto no discurso dos próprios sujeitos.

A sua participação no estudo é imprescindível e voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, assim como, retirar sua participação a qualquer momento. Não haverá nenhuma penalidade ou constrangimento caso decida não participar ou desistir de continuar participando no decorrer de qualquer fase da pesquisa, mesmo com a sua participação sendo muito importante para este estudo.

A abordagem metodológica proposta para este trabalho é de âmbito qualitativo. Os métodos eleitos consistem em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais on-line regionais, entrevistas e registros fotográficos

Caso aceite participar, os registros serão gerados por de entrevistas individuais. As entrevistas ocorrerão em forma de gravação da reunião feita em Plataforma adequada e serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais. Somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora.

Ainda no que concerne às entrevistas, serão elaboradas questões que colaborem na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado. Com isso, objetiva-se lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele compareça não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade.

Informamos que o tempo que será disponibilizado pelo participante para a entrevista será de em média 30 minutos e as perguntas elaboradas para este fim são as seguintes:

1- Qual o seu nome, idade e etnia?; 2- Qual o seu nível escolar?

3- Em qual Aldeia você vive?; 4- Como você considera que seja o convívio social entre indígenas e não indígenas aqui no município de Dourados?;

5-Você já sentiu algum tipo de preconceito? Como foi?

6-Porque você considera que existe preconceito por parte das pessoas em relação aos indígenas?

7-Você se sente bem quando está em um ambiente (de trabalho, escolar etc) com pessoas não indígenas?

8-Como você considera que as pessoas enxergam os indígenas aqui em Dourados?

9-Você lê notícias sobre as aldeias e sobre os indígenas nos jornais e na mídia local?

10-Você acha que essas notícias representam o seu povo de maneira correta?

11-Você se sente representado pelos jornais e pela mídia? Pq?

12-Você acha que a mídia deveria mudar a forma como noticia as questões envolvendo os indígenas?

13-Você acha que a mídia pode contribuir para que as pessoas não indígenas tenham preconceito em relação aos indígenas? De que forma?

Comunicamos também que, com a intenção de ilustrar o trabalho com cenas reais e contemporâneas, serão selecionados registros fotográficos que retratem cenas cotidianas envolvendo o sujeito indígena no contexto social urbano de Dourados. Ressaltamos que não serão expostos rostos, de modo a salvaguardar a identidade das pessoas fotografadas.

Ao final da pesquisa todo o material levantado neste estudo será mantido em arquivo por pelo menos cinco (5) anos, conforme Resolução 466/2012 e 510/16 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados(CET/UFGD)”.

Contudo, como toda pesquisa envolve risco aos seus participantes, entende-se que, mesmo tomando todos os cuidados, não é totalmente nula a possibilidade de vir a ser identificado(a) e também não é totalmente nula a possibilidade de uma pergunta lhe causar algum tipo de incômodo ou constrangimento. Por esse motivo, a pesquisadora compromete-se a manter em sigilo qualquer informação que possa identificá-lo. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

Caso o(a) Sr(a) participante se sinta lesado, conforme Resolução 510/09 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CET/UFGD)”. O participante deverá – “ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei.” Se você participante sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, tem direito de pleitear indenização para reparação de danos imediatos ou futuros decorrentes de sua participação.

Garantimos que todos os procedimentos para assegurar a confidencialidade da pesquisa serão tomados, restringindo o acesso a esse material ao uso da pesquisadora responsável e de sua orientadora. Ao restringirmos o acesso aos registros, garantimos também a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes.

Também são esperados os seguintes benefícios desta pesquisa: desejamos demonstrar como a mídia pode influenciar no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como evidenciar como as escolhas do discurso midiático podem contribuir para a manutenção das relações de poder estabelecidas socialmente. Esperamos que a expansão de estudos acadêmicos desta natureza possa lançar luz sobre problemáticas que permeiam a relação entre a sociedade e o sujeito indígena, com ênfase no papel que a mídia possui nesse processo. A finalidade é que possa ocorrer um processo desconstrucionista de preconceitos e pensamentos estigmatizantes

perpetuados até a atualidade e que atingem os sujeitos indígenas ao longo da história.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c).

Em relação a custos adicionais e ressarcimento, informamo-lhes que este estudo não acarretará nenhum custo e você não receberá nenhum benefício financeiro para participar desta pesquisa. Contudo, garantimos ao(à) Sr(a) o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Por exemplo, se houver a necessidade de seu deslocamento à unidade somente para fins de pesquisa, você será ressarcido nas despesas com transporte e, se precisar, com alimentação, se houver qualquer tipo de despesas decorrentes da participação na pesquisa você será ressarcido.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica (Item IV.3.e, da Resolução CNS nº. 466 de 2012).

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisadora responsável Jaqueline Zanzi a qualquer tempo para informação adicional no Endereço: Rodovia Dourados/Ithau, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 – Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradolettras@ufgd.edu.br.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CEP/UFGD) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFGD fica no Prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501, Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados - MS, CEP 79825-070.

O CEP/UFGD é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP- é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Trata-se de uma instância colegiada de abrangência nacional, responsável pela análise dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, bem como pela adequação e atualização das respectivas normas.

A CONEP deverá examinar os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos em áreas temáticas especiais, encaminhadas pelos CEP das instituições e sua principal missão é garantir a proteção dos sujeitos de pesquisa.

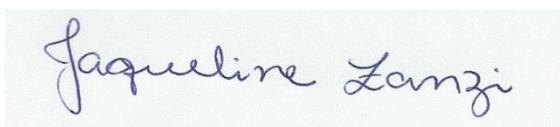
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h (horário de Brasília).

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do

Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigente Este Termo de Compromisso Livre e Esclarecido-TCLE foi redigido em duas (2) vias, sendo uma para o participante da pesquisa e uma para a pesquisadora.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigentes.



Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato com a pesquisadora responsável:

Endereço: Rodovia Dourados/Ithaum, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 –

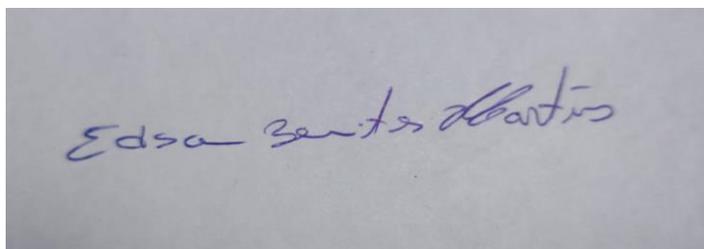
Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradoletras@ufgd.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação neste estudo e quero participar da pesquisa

Autorizo a gravação da entrevista

Não autorizo a gravação da entrevista

Dourados, 09 de fevereiro de 2022.



Assinatura do Participante
Edson Benites Martins
CPF: 061.483.599-28



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-
UFGD

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PESQUISA: O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo**”, realizada pela pesquisadora Jaqueline Zanzi, aluna do curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, sob a orientação da Professora Doutora Sílvia Mara de Melo.

O objetivo desse estudo é refletir sobre as representações a respeito do sujeito indígena na mídia no Município de Dourados MS com base nos estudos discursivos de Michel Foucault. A finalidade é a de identificar, a partir das práticas discursivas, as regras de formação do discurso e a possível presença de dispositivos de poder no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como a maneira pela qual isso se reflete tanto na mídia, quanto no discurso dos próprios sujeitos.

A sua participação no estudo é imprescindível e voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, assim como, retirar sua participação a qualquer momento. Não haverá nenhuma penalidade ou constrangimento caso decida não participar ou desistir de continuar participando no decorrer de qualquer fase da pesquisa, mesmo com a sua participação sendo muito importante para este estudo.

A abordagem metodológica proposta para este trabalho é de âmbito qualitativo. Os métodos eleitos consistem em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais on-line regionais, entrevistas e registros fotográficos

Caso aceite participar, os registros serão gerados por de entrevistas individuais. As entrevistas ocorrerão em forma de gravação da reunião feita em Plataforma adequada e serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais. Somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora.

Ainda no que concerne às entrevistas, serão elaboradas questões que colaborem na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado. Com isso, objetiva-se lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele compareça não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade.

Informamos que o tempo que será disponibilizado pelo participante para a entrevista será de em média 30 minutos e as perguntas elaboradas para este fim são as seguintes:

- 1- Qual o seu nome, idade e etnia?; 2- Qual o seu nível escolar?**
- 3- Em qual Aldeia você vive?; 4- Como você considera que seja o convívio social entre indígenas e não indígenas aqui no município de Dourados?;**

5-Você já sentiu algum tipo de preconceito? Como foi?

6-Porque você considera que existe preconceito por parte das pessoas em relação aos indígenas?

7-Você se sente bem quando está em um ambiente (de trabalho, escolar etc) com pessoas não indígenas?

8-Como você considera que as pessoas enxergam os indígenas aqui em Dourados?

9-Você lê notícias sobre as aldeias e sobre os indígenas nos jornais e na mídia local?

10-Você acha que essas notícias representam o seu povo de maneira correta?

11-Você se sente representado pelos jornais e pela mídia? Pq?

12-Você acha que a mídia deveria mudar a forma como noticia as questões envolvendo os indígenas?

13-Você acha que a mídia pode contribuir para que as pessoas não indígenas tenham preconceito em relação aos indígenas? De que forma?

Comunicamos também que, com a intenção de ilustrar o trabalho com cenas reais e contemporâneas, serão selecionados registros fotográficos que retratem cenas cotidianas envolvendo o sujeito indígena no contexto social urbano de Dourados. Ressaltamos que não serão expostos rostos, de modo a salvaguardar a identidade das pessoas fotografadas.

Ao final da pesquisa todo o material levantado neste estudo será mantido em arquivo por pelo menos cinco (5) anos, conforme Resolução 466/2012 e 510/16 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados(CET/UFGD)”.

Contudo, como toda pesquisa envolve risco aos seus participantes, entende-se que, mesmo tomando todos os cuidados, não é totalmente nula a possibilidade de vir a ser identificado(a) e também não é totalmente nula a possibilidade de uma pergunta lhe causar algum tipo de incômodo ou constrangimento. Por esse motivo, a pesquisadora compromete-se a manter em sigilo qualquer informação que possa identificá-lo. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

Caso o(a) Sr(a) participante se sinta lesado, conforme Resolução 510/09 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CET/UFGD)”. O participante deverá – “ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei.” Se você participante sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, tem direito de pleitear indenização para reparação de danos imediatos ou futuros decorrentes de sua participação.

Garantimos que todos os procedimentos para assegurar a confidencialidade da pesquisa serão tomados, restringindo o acesso a esse material ao uso da pesquisadora responsável e de sua orientadora. Ao restringirmos o acesso aos registros, garantimos também a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes.

Também são esperados os seguintes benefícios desta pesquisa: desejamos demonstrar como a mídia pode influenciar no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como evidenciar como as escolhas do discurso midiático podem contribuir para a manutenção das relações de poder estabelecidas socialmente. Esperamos que a expansão de estudos acadêmicos desta natureza possa lançar luz sobre problemáticas que permeiam a relação entre a sociedade e o sujeito indígena, com ênfase no papel que a mídia possui nesse processo. A finalidade é que possa ocorrer um processo desconstrucionista de preconceitos e pensamentos estigmatizantes

perpetuados até a atualidade e que atingem os sujeitos indígenas ao longo da história.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c).

Em relação a custos adicionais e ressarcimento, informamo-lhes que este estudo não acarretará nenhum custo e você não receberá nenhum benefício financeiro para participar desta pesquisa. Contudo, garantimos ao(à) Sr(a) o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Por exemplo, se houver a necessidade de seu deslocamento à unidade somente para fins de pesquisa, você será ressarcido nas despesas com transporte e, se precisar, com alimentação, se houver qualquer tipo de despesas decorrentes da participação na pesquisa você será ressarcido.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica (Item IV.3.e, da Resolução CNS nº. 466 de 2012).

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisadora responsável Jaqueline Zanzi a qualquer tempo para informação adicional no Endereço: Rodovia Dourados/Itham, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 – Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradolettras@ufgd.edu.br.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CEP/UFGD) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFGD fica no Prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501, Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados - MS, CEP 79825-070.

O CEP/UFGD é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP- é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Trata-se de uma instância colegiada de abrangência nacional, responsável pela análise dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, bem como pela adequação e atualização das respectivas normas.

A CONEP deverá examinar os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos em áreas temáticas especiais, encaminhadas pelos CEP das instituições e sua principal missão é garantir a proteção dos sujeitos de pesquisa.

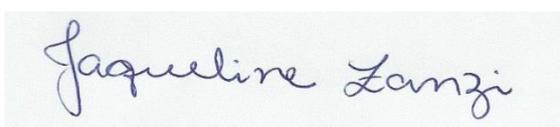
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h (horário de Brasília).

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do

Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigente Este Termo de Compromisso Livre e Esclarecido-TCLE foi redigido em duas (2) vias, sendo uma para o participante da pesquisa e uma para a pesquisadora.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigentes.



Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato com a pesquisadora responsável:

Endereço: Rodovia Dourados/Ithaum, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 –

Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradoletras@ufgd.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação neste estudo e quero participar da pesquisa

Autorizo a gravação da entrevista

Não autorizo a gravação da entrevista

Dourados, 13 de fevereiro de 2022.



Assinatura do Participante
Jaqueline Daniel Gonçalves
CPF: 051.322.291-07



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-
UFGD

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PESQUISA: O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo**”, realizada pela pesquisadora Jaqueline Zanzi, aluna do curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, sob a orientação da Professora Doutora Sílvia Mara de Melo.

O objetivo desse estudo é refletir sobre as representações a respeito do sujeito indígena na mídia no Município de Dourados MS com base nos estudos discursivos de Michel Foucault. A finalidade é a de identificar, a partir das práticas discursivas, as regras de formação do discurso e a possível presença de dispositivos de poder no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como a maneira pela qual isso se reflete tanto na mídia, quanto no discurso dos próprios sujeitos.

A sua participação no estudo é imprescindível e voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, assim como, retirar sua participação a qualquer momento. Não haverá nenhuma penalidade ou constrangimento caso decida não participar ou desistir de continuar participando no decorrer de qualquer fase da pesquisa, mesmo com a sua participação sendo muito importante para este estudo.

A abordagem metodológica proposta para este trabalho é de âmbito qualitativo. Os métodos eleitos consistem em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais on-line regionais, entrevistas e registros fotográficos

Caso aceite participar, os registros serão gerados por de entrevistas individuais. As entrevistas ocorrerão em forma de gravação da reunião feita em Plataforma adequada e serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais. Somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora.

Ainda no que concerne às entrevistas, serão elaboradas questões que colaborem na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado. Com isso, objetiva-se lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele compareça não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade.

Informamos que o tempo que será disponibilizado pelo participante para a entrevista será de em média 30 minutos e as perguntas elaboradas para este fim são as seguintes:

1-Qual o seu nome, idade e etnia?; 2-Qual o seu nível escolar?

3-Em qual Aldeia você vive?; 4- Como você considera que seja o convívio social entre indígenas e não indígenas aqui no município de Dourados?;

5-Você já sentiu algum tipo de preconceito? Como foi?

6-Porque você considera que existe preconceito por parte das pessoas em relação aos indígenas?

7-Você se sente bem quando está em um ambiente (de trabalho, escolar etc) com pessoas não indígenas?

8-Como você considera que as pessoas enxergam os indígenas aqui em Dourados?

9-Você lê notícias sobre as aldeias e sobre os indígenas nos jornais e na mídia local?

10-Você acha que essas notícias representam o seu povo de maneira correta?

11-Você se sente representado pelos jornais e pela mídia? Pq?

12-Você acha que a mídia deveria mudar a forma como noticia as questões envolvendo os indígenas?

13-Você acha que a mídia pode contribuir para que as pessoas não indígenas tenham preconceito em relação aos indígenas? De que forma?

Comunicamos também que, com a intenção de ilustrar o trabalho com cenas reais e contemporâneas, serão selecionados registros fotográficos que retratem cenas cotidianas envolvendo o sujeito indígena no contexto social urbano de Dourados. Ressaltamos que não serão expostos rostos, de modo a salvaguardar a identidade das pessoas fotografadas.

Ao final da pesquisa todo o material levantado neste estudo será mantido em arquivo por pelo menos cinco (5) anos, conforme Resolução 466/2012 e 510/16 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados(CET/UFGD)”.

Contudo, como toda pesquisa envolve risco aos seus participantes, entende-se que, mesmo tomando todos os cuidados, não é totalmente nula a possibilidade de vir a ser identificado(a) e também não é totalmente nula a possibilidade de uma pergunta lhe causar algum tipo de incômodo ou constrangimento. Por esse motivo, a pesquisadora compromete-se a manter em sigilo qualquer informação que possa identificá-lo. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

Caso o(a) Sr(a) participante se sinta lesado, conforme Resolução 510/09 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CET/UFGD)”. O participante deverá – “ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei.” Se você participante sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, tem direito de pleitear indenização para reparação de danos imediatos ou futuros decorrentes de sua participação.

Garantimos que todos os procedimentos para assegurar a confidencialidade da pesquisa serão tomados, restringindo o acesso a esse material ao uso da pesquisadora responsável e de sua orientadora. Ao restringirmos o acesso aos registros, garantimos também a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes.

Também são esperados os seguintes benefícios desta pesquisa: desejamos demonstrar como a mídia pode influenciar no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como evidenciar como as escolhas do discurso midiático podem contribuir para a manutenção das relações de poder estabelecidas socialmente. Esperamos que a expansão de estudos acadêmicos desta natureza possa lançar luz sobre problemáticas que permeiam a relação entre a sociedade e o sujeito indígena, com ênfase no papel que a mídia possui nesse processo. A finalidade é que possa ocorrer um processo desconstrucionista de preconceitos e pensamentos estigmatizantes

perpetuados até a atualidade e que atingem os sujeitos indígenas ao longo da história.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c).

Em relação a custos adicionais e ressarcimento, informamo-lhes que este estudo não acarretará nenhum custo e você não receberá nenhum benefício financeiro para participar desta pesquisa. Contudo, garantimos ao(à) Sr(a) o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Por exemplo, se houver a necessidade de seu deslocamento à unidade somente para fins de pesquisa, você será ressarcido nas despesas com transporte e, se precisar, com alimentação, se houver qualquer tipo de despesas decorrentes da participação na pesquisa você será ressarcido.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica (Item IV.3.e, da Resolução CNS nº. 466 de 2012).

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisadora responsável Jaqueline Zanzi a qualquer tempo para informação adicional no Endereço: Rodovia Dourados/Itham, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 – Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradolettras@ufgd.edu.br.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CEP/UFGD) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFGD fica no Prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501, Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados - MS, CEP 79825-070.

O CEP/UFGD é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP- é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Trata-se de uma instância colegiada de abrangência nacional, responsável pela análise dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, bem como pela adequação e atualização das respectivas normas.

A CONEP deverá examinar os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos em áreas temáticas especiais, encaminhadas pelos CEP das instituições e sua principal missão é garantir a proteção dos sujeitos de pesquisa.

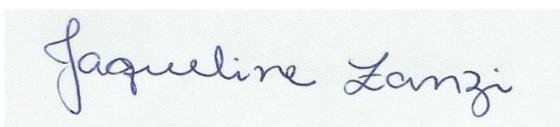
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h (horário de Brasília).

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do

Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigente Este Termo de Compromisso Livre e Esclarecido-TCLE foi redigido em duas (2) vias, sendo uma para o participante da pesquisa e uma para a pesquisadora.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigentes.



Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato com a pesquisadora responsável:

Endereço: Rodovia Dourados/Ithau, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 –

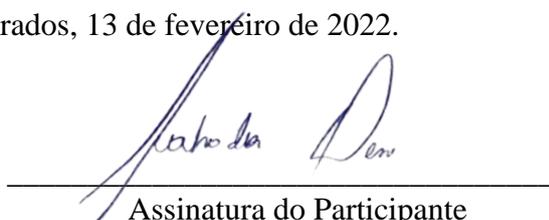
Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradoletras@ufgd.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação neste estudo e quero participar da pesquisa

Autorizo a gravação da entrevista

Não autorizo a gravação da entrevista

Dourados, 13 de fevereiro de 2022.



Assinatura do Participante

Salvador Deni

CPF: 099.855.119-80



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-
UFGD

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PESQUISA: O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo**”, realizada pela pesquisadora Jaqueline Zanzi, aluna do curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, sob a orientação da Professora Doutora Sílvia Mara de Melo.

O objetivo desse estudo é refletir sobre as representações a respeito do sujeito indígena na mídia no Município de Dourados MS com base nos estudos discursivos de Michel Foucault. A finalidade é a de identificar, a partir das práticas discursivas, as regras de formação do discurso e a possível presença de dispositivos de poder no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como a maneira pela qual isso se reflete tanto na mídia, quanto no discurso dos próprios sujeitos.

A sua participação no estudo é imprescindível e voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, assim como, retirar sua participação a qualquer momento. Não haverá nenhuma penalidade ou constrangimento caso decida não participar ou desistir de continuar participando no decorrer de qualquer fase da pesquisa, mesmo com a sua participação sendo muito importante para este estudo.

A abordagem metodológica proposta para este trabalho é de âmbito qualitativo. Os métodos eleitos consistem em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais on-line regionais, entrevistas e registros fotográficos

Caso aceite participar, os registros serão gerados por de entrevistas individuais. As entrevistas ocorrerão em forma de gravação da reunião feita em Plataforma adequada e serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais. Somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora.

Ainda no que concerne às entrevistas, serão elaboradas questões que colaborem na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado. Com isso, objetiva-se lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele compareça não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade.

Informamos que o tempo que será disponibilizado pelo participante para a entrevista será de em média 30 minutos e as perguntas elaboradas para este fim são as seguintes:

1-Qual o seu nome, idade e etnia?; 2-Qual o seu nível escolar?

3-Em qual Aldeia você vive?; 4- Como você considera que seja o convívio social entre indígenas e não indígenas aqui no município de Dourados?;

5-Você já sentiu algum tipo de preconceito? Como foi?

6-Porque você considera que existe preconceito por parte das pessoas em relação aos indígenas?

7-Você se sente bem quando está em um ambiente (de trabalho, escolar etc) com pessoas não indígenas?

8-Como você considera que as pessoas enxergam os indígenas aqui em Dourados?

9-Você lê notícias sobre as aldeias e sobre os indígenas nos jornais e na mídia local?

10-Você acha que essas notícias representam o seu povo de maneira correta?

11-Você se sente representado pelos jornais e pela mídia? Pq?

12-Você acha que a mídia deveria mudar a forma como noticia as questões envolvendo os indígenas?

13-Você acha que a mídia pode contribuir para que as pessoas não indígenas tenham preconceito em relação aos indígenas? De que forma?

Comunicamos também que, com a intenção de ilustrar o trabalho com cenas reais e contemporâneas, serão selecionados registros fotográficos que retratem cenas cotidianas envolvendo o sujeito indígena no contexto social urbano de Dourados. Ressaltamos que não serão expostos rostos, de modo a salvaguardar a identidade das pessoas fotografadas.

Ao final da pesquisa todo o material levantado neste estudo será mantido em arquivo por pelo menos cinco (5) anos, conforme Resolução 466/2012 e 510/16 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados(CET/UFGD)”.

Contudo, como toda pesquisa envolve risco aos seus participantes, entende-se que, mesmo tomando todos os cuidados, não é totalmente nula a possibilidade de vir a ser identificado(a) e também não é totalmente nula a possibilidade de uma pergunta lhe causar algum tipo de incômodo ou constrangimento. Por esse motivo, a pesquisadora compromete-se a manter em sigilo qualquer informação que possa identificá-lo. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

Caso o(a) Sr(a) participante se sinta lesado, conforme Resolução 510/09 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CET/UFGD)”. O participante deverá – “ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei.” Se você participante sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, tem direito de pleitear indenização para reparação de danos imediatos ou futuros decorrentes de sua participação.

Garantimos que todos os procedimentos para assegurar a confidencialidade da pesquisa serão tomados, restringindo o acesso a esse material ao uso da pesquisadora responsável e de sua orientadora. Ao restringirmos o acesso aos registros, garantimos também a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes.

Também são esperados os seguintes benefícios desta pesquisa: desejamos demonstrar como a mídia pode influenciar no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como evidenciar como as escolhas do discurso midiático podem contribuir para a manutenção das relações de poder estabelecidas socialmente. Esperamos que a expansão de estudos acadêmicos desta natureza possa lançar luz sobre problemáticas que permeiam a relação entre a sociedade e o sujeito indígena, com ênfase no papel que a mídia possui nesse processo. A finalidade é que possa ocorrer um processo desconstrucionista de preconceitos e pensamentos estigmatizantes

perpetuados até a atualidade e que atingem os sujeitos indígenas ao longo da história.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c).

Em relação a custos adicionais e ressarcimento, informamo-lhes que este estudo não acarretará nenhum custo e você não receberá nenhum benefício financeiro para participar desta pesquisa. Contudo, garantimos ao(à) Sr(a) o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Por exemplo, se houver a necessidade de seu deslocamento à unidade somente para fins de pesquisa, você será ressarcido nas despesas com transporte e, se precisar, com alimentação, se houver qualquer tipo de despesas decorrentes da participação na pesquisa você será ressarcido.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica (Item IV.3.e, da Resolução CNS nº. 466 de 2012).

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisadora responsável Jaqueline Zanzi a qualquer tempo para informação adicional no Endereço: Rodovia Dourados/Ithaum, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 – Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradolettras@ufgd.edu.br.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CEP/UFGD) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFGD fica no Prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501, Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados - MS, CEP 79825-070.

O CEP/UFGD é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP- é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Trata-se de uma instância colegiada de abrangência nacional, responsável pela análise dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, bem como pela adequação e atualização das respectivas normas.

A CONEP deverá examinar os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos em áreas temáticas especiais, encaminhadas pelos CEP das instituições e sua principal missão é garantir a proteção dos sujeitos de pesquisa.

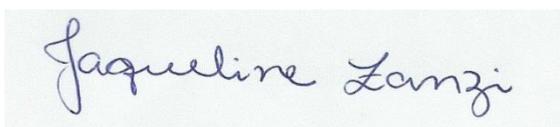
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h (horário de Brasília).

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do

Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigente Este Termo de Compromisso Livre e Esclarecido-TCLE foi redigido em duas (2) vias, sendo uma para o participante da pesquisa e uma para a pesquisadora.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigentes.



Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato com a pesquisadora responsável:

Endereço: Rodovia Dourados/Ithau, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 –

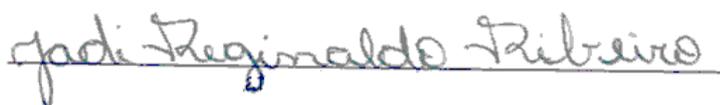
Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradoletras@ufgd.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação neste estudo e quero participar da pesquisa

Autorizo a gravação da entrevista

Não autorizo a gravação da entrevista

Dourados, 22 de fevereiro de 2022.



Assinatura do Participante
Nome: Jádí Reginaldo Ribeiro
CPF: 066. 320.301-57



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-
UFGD

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PESQUISA: O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo**”, realizada pela pesquisadora Jaqueline Zanzi, aluna do curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, sob a orientação da Professora Doutora Sílvia Mara de Melo.

O objetivo desse estudo é refletir sobre as representações a respeito do sujeito indígena na mídia no Município de Dourados MS com base nos estudos discursivos de Michel Foucault. A finalidade é a de identificar, a partir das práticas discursivas, as regras de formação do discurso e a possível presença de dispositivos de poder no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como a maneira pela qual isso se reflete tanto na mídia, quanto no discurso dos próprios sujeitos.

A sua participação no estudo é imprescindível e voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, assim como, retirar sua participação a qualquer momento. Não haverá nenhuma penalidade ou constrangimento caso decida não participar ou desistir de continuar participando no decorrer de qualquer fase da pesquisa, mesmo com a sua participação sendo muito importante para este estudo.

A abordagem metodológica proposta para este trabalho é de âmbito qualitativo. Os métodos eleitos consistem em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais on-line regionais, entrevistas e registros fotográficos

Caso aceite participar, os registros serão gerados por de entrevistas individuais. As entrevistas ocorrerão em forma de gravação da reunião feita em Plataforma adequada e serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais. Somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora.

Ainda no que concerne às entrevistas, serão elaboradas questões que colaborem na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado. Com isso, objetiva-se lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele compareça não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade.

Informamos que o tempo que será disponibilizado pelo participante para a entrevista será de em média 30 minutos e as perguntas elaboradas para este fim são as seguintes:

1-Qual o seu nome, idade e etnia?; 2-Qual o seu nível escolar?

3-Em qual Aldeia você vive?; 4- Como você considera que seja o convívio social entre indígenas e não indígenas aqui no município de Dourados?;

5-Você já sentiu algum tipo de preconceito? Como foi?

6-Porque você considera que existe preconceito por parte das pessoas em relação aos indígenas?

7-Você se sente bem quando está em um ambiente (de trabalho, escolar etc) com pessoas não indígenas?

8-Como você considera que as pessoas enxergam os indígenas aqui em Dourados?

9-Você lê notícias sobre as aldeias e sobre os indígenas nos jornais e na mídia local?

10-Você acha que essas notícias representam o seu povo de maneira correta?

11-Você se sente representado pelos jornais e pela mídia? Pq?

12-Você acha que a mídia deveria mudar a forma como noticia as questões envolvendo os indígenas?

13-Você acha que a mídia pode contribuir para que as pessoas não indígenas tenham preconceito em relação aos indígenas? De que forma?

Comunicamos também que, com a intenção de ilustrar o trabalho com cenas reais e contemporâneas, serão selecionados registros fotográficos que retratem cenas cotidianas envolvendo o sujeito indígena no contexto social urbano de Dourados. Ressaltamos que não serão expostos rostos, de modo a salvaguardar a identidade das pessoas fotografadas.

Ao final da pesquisa todo o material levantado neste estudo será mantido em arquivo por pelo menos cinco (5) anos, conforme Resolução 466/2012 e 510/16 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados(CET/UFGD)”.

Contudo, como toda pesquisa envolve risco aos seus participantes, entende-se que, mesmo tomando todos os cuidados, não é totalmente nula a possibilidade de vir a ser identificado(a) e também não é totalmente nula a possibilidade de uma pergunta lhe causar algum tipo de incômodo ou constrangimento. Por esse motivo, a pesquisadora compromete-se a manter em sigilo qualquer informação que possa identificá-lo. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

Caso o(a) Sr(a) participante se sinta lesado, conforme Resolução 510/09 do CNS e orientações do CEP “Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CET/UFGD)”. O participante deverá – “ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei.” Se você participante sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, tem direito de pleitear indenização para reparação de danos imediatos ou futuros decorrentes de sua participação.

Garantimos que todos os procedimentos para assegurar a confidencialidade da pesquisa serão tomados, restringindo o acesso a esse material ao uso da pesquisadora responsável e de sua orientadora. Ao restringirmos o acesso aos registros, garantimos também a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes.

Também são esperados os seguintes benefícios desta pesquisa: desejamos demonstrar como a mídia pode influenciar no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como evidenciar como as escolhas do discurso midiático podem contribuir para a manutenção das relações de poder estabelecidas socialmente. Esperamos que a expansão de estudos acadêmicos desta natureza possa lançar luz sobre problemáticas que permeiam a relação entre a sociedade e o sujeito indígena, com ênfase no papel que a mídia possui nesse processo. A finalidade é que possa ocorrer um processo desconstrucionista de preconceitos e pensamentos estigmatizantes

perpetuados até a atualidade e que atingem os sujeitos indígenas ao longo da história.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c).

Em relação a custos adicionais e ressarcimento, informamo-lhes que este estudo não acarretará nenhum custo e você não receberá nenhum benefício financeiro para participar desta pesquisa. Contudo, garantimos ao(à) Sr(a) o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Por exemplo, se houver a necessidade de seu deslocamento à unidade somente para fins de pesquisa, você será ressarcido nas despesas com transporte e, se precisar, com alimentação, se houver qualquer tipo de despesas decorrentes da participação na pesquisa você será ressarcido.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica (Item IV.3.e, da Resolução CNS nº. 466 de 2012).

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisadora responsável Jaqueline Zanzi a qualquer tempo para informação adicional no Endereço: Rodovia Dourados/Ithaim, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 – Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradolettras@ufgd.edu.br.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CEP/UFGD) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFGD fica no Prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501, Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados - MS, CEP 79825-070.

O CEP/UFGD é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP- é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Trata-se de uma instância colegiada de abrangência nacional, responsável pela análise dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, bem como pela adequação e atualização das respectivas normas.

A CONEP deverá examinar os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos em áreas temáticas especiais, encaminhadas pelos CEP das instituições e sua principal missão é garantir a proteção dos sujeitos de pesquisa.

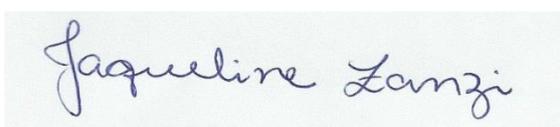
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h (horário de Brasília).

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a) e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do

Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigente Este Termo de Compromisso Livre e Esclarecido-TCLE foi redigido em duas (2) vias, sendo uma para o participante da pesquisa e uma para a pesquisadora.

Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigentes.



Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato com a pesquisadora responsável:

Endereço: Rodovia Dourados/Ithaum, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 –

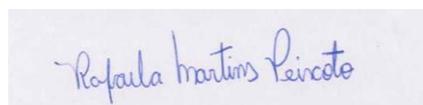
Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradoletras@ufgd.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação neste estudo e quero participar da pesquisa

Autorizo a gravação da entrevista

Não autorizo a gravação da entrevista

Dourados, 11 de abril de 2022.



Assinatura do Participante

Rafaela Martins Peixoto

CPF: 055.427.291-18



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo

Pesquisador: JAQUELINE ZANZI

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 2

CAAE: 58597622.0.0000.5160

Instituição Proponente: Faculdade de Comunicação, Artes e Letras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.561.915

Apresentação do Projeto:

Introdução

O papel primeiro da imprensa é o de veicular informações, informar e formar opiniões a respeito de questões que abrangem o meio social. Com isso, podemos inferir que o Jornal tem papel fundamental na formação e preservação de estruturas de poder já estabelecidas a partir de enunciados que possuem a premissa de objetividade. Lage (1997) assevera que o texto de um jornal "só ganha sentido quando lido", ou seja, quando atinge o público -alvo. Ao olharmos esta tipologia textual como enunciado, é possível pensar que esta consiste em um todo significativo. Nestes termos, segundo Rossi (1994, p. 07), o jornalismo constitui-se de "uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes". De acordo com esta definição, apesar da premissa de imparcialidade inerente ao texto jornalístico, Rossi (1994) conclui que esta neutralidade é impossível de ocorrer totalmente, uma vez que o jornalista carrega consigo uma bagagem social, cultural e política que, de alguma maneira, contribui para formar o seu ponto de vista sobre o fato. Isso posto, é possível ponderar a respeito da posição de poder que um meio de informação ocupa socialmente e seu papel como formador da opinião pública sobre os fatos noticiados, uma vez que comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas. (CHARAUDEAU,

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

UF: MS

Telefone: (67)3410-2853

Município: DOURADOS

CEP: 79.825-070

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.561.915

2018, p.39, grifos do autor). Em se tratando da escolha feita pelo estudo da temática que envolve a questão indígena no Estado, é possível justificar sua pertinência com base nos dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE e constantes do site da FUNAI, que revelam que o Brasil possui uma população de 817.693 indígenas, que habitam em todos os Estados do país, inclusive no DF. Dentre estes indígenas, segundo o mesmo levantamento demográfico, 130.494 vivem na região Centro-Oeste, sendo cerca de 70.000 no território de Mato Grosso do Sul e 17,5% dessa população não é falante da língua portuguesa. Dada esta representatividade, considera-se importante analisar enunciados que tratem do sujeito indígena, bem como o discurso desses sujeitos coletados por meio de entrevistas, com a finalidade de perceber, por meio dos estudos discursivos de Michel Foucault, como ocorre o processo de subjetivação deste sujeito, uma vez que são frequentemente noticiadas questões envolvendo problemáticas relacionadas ao sujeito indígena e o não índio, pontos relacionados com impasses sociais e culturais, que envolvem educação, legislação, direitos, violência, entre outros. Assim, o presente trabalho pretende lançar luz às seguintes indagações: Como se dão as representações do sujeito indígena na mídia douradense? Como esse sujeito se percebe nessas representações em um processo de subjetivação e como isso se reflete em seu discurso sobre si mesmo e sobre o convívio social? A Reserva Indígena no Município de Dourados é composta pelas Aldeias Jaguapiru e Bororó que, por serem fronteiriças entre si, muitas vezes é considerada como um único território pelos habitantes da cidade. São sobre essas duas Aldeias que as notícias que constituem o corpus dessa pesquisa são direcionadas. A proximidade da Reserva com o perímetro urbano de Dourados possibilita uma convivência entre o sujeito indígena e o não índio, já que estes estão muitas vezes inseridos socialmente, nas escolas e no mercado de trabalho, por exemplo. Alguns, por sua vez, decidiram deixar a Aldeia e viver na cidade. Dada essa proximidade, ao pensarmos na atividade da mídia que noticia questões envolvendo o sujeito indígena, trazendo muitas vezes sua voz a essas matérias, é pertinente refletir sobre o que postula Woodward (2014, p. 18), a respeito da subjetivação desse sujeito, por meio da qual surgem os significados, tornando possível a esse sujeito dar sentido à sua existência. São esses sistemas de representação e os discursos que “constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.” Para Woodward, a mídia, por sua vez, “nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular” (p.18). Para os resultados buscados neste trabalho, é de suma relevância a forma como as notícias locais “falam” do sujeito indígena e como o próprio sujeito se percebe no cenário de subjetivação em que se encontra, dado que, as identidades baseadas na raça “atravessam o pertencimento de classe”(WOODWARD, 2014). A política de identidade concentra-se em afirmar a

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761
Bairro: Vila Progresso **CEP:** 79.825-070
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3410-2853 **E-mail:** cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.561.915

identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica. (WOODWARD, 2014, p.34, 35). Sendo assim, no contexto social específico, podem muitas vezes surgir situações de intolerância e conflitos que se manifestam, entre outras formas, por meio da linguagem. Temos, segundo Woodward, que tanto a identidade, quanto a diferença são socialmente produzidas e "são criadas por meio de atos de linguagem". (p. 76). Desse modo, a definição discursiva e linguística de ambas "está sujeita a valores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas, elas são impostas". (WOODWARD, 2014, p. 81). Uma vez que o conceito de identidade não permeia a teoria de Foucault e, por esse motivo, é tomado tendo como base os estudos culturais, é primordial destacar o que os estudos foucaultianos observam sobre a conceituação de sujeito. O filósofo apoiou-se na teoria de Nietzsche que preconizou que o conhecimento é uma invenção humana e não algo inerente à natureza do homem para sustentar a hipótese de que o sujeito não é predeterminado pela história, mas sim de que ele é formado na e com a história. (FOUCAULT, 2002, p. 15). Assim, para Foucault (2002, p. 27), o sujeito de conhecimento não é atravessado pela ideologia, mas sim formado, juntamente com as relações de verdade, por meio das "condições políticas, econômicas de existência". Em A Arqueologia do Saber, Foucault (2008) amplia a concepção de sujeito ao teorizar que ele ocupa "um lugar determinado e vazio" que não é necessariamente o mesmo lugar nos enunciados, ou seja, é uma função que pode ser desempenhada por indivíduos diferentes, ou, de maneira oposta, um mesmo indivíduo pode ocupar a posição de sujeitos diferentes em diferentes enunciados. É então, segundo o filósofo, a presença desse lugar de sujeito que "caracteriza toda formulação enquanto enunciado", logo, a presença do sujeito é condição de sua existência. (FOUCAULT, 2008, p. 107). Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados "enunciados", não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim, na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. (FOUCAULT, 2008, p. 108). De acordo com Fischer (2013), pensar o sujeito da maneira foucaultiana, consiste em considerá-lo em sua multiplicidade, a partir de algumas questões fundamentais: Quem fala? A partir de qual lugar se fala? Qual é a autoridade que este que fala possui para que aquilo que diz seja considerado como verdade? Qual a qualificação que o indivíduo que fala possui

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761
Bairro: Vila Progresso **CEP:** 79.825-070
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3410-2853 **E-mail:** cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.561.915

institucionalmente do lugar de onde enuncia? Por isso, abandona-se a ideia de um sujeito soberano e ele passa a ser considerado não em sua forma de indivíduo, mas a partir da posição ocupada diante do discurso em si. Nesta pesquisa serão analisados enunciados midiáticos que abordem temáticas indígenas e também enunciados que serão tomados de entrevistas realizadas junto à comunidade indígena. O jornalista utiliza-se de um meio institucional para veicular o texto a ser publicado e ocupa esses lócus discursivo que lhe concede uma premissa de confiabilidade diante do leitor. O sujeito indígena, por sua vez, ao falar sob sua ótica a respeito das relações socioculturais nas quais está inserido, deve transmitir seu discurso elementos que demonstrem a subjetivação que ele sofre neste processo.

Hipótese

A partir das duas perguntas: Como se dão as representações do sujeito indígena na mídia douradense? Como esse sujeito se percebe nessas representações em um processo de subjetivação e como isso se reflete em seu discurso sobre si mesmo e sobre o convívio social?, pretendemos demonstrar que a mídia influencia no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como evidenciar que as escolhas do discurso midiático contribuem para a manutenção das relações de poder estabelecidas socialmente.

Metodologia Proposta

A abordagem metodológica proposta para este projeto de pesquisa é de âmbito qualitativo. Os métodos eleitos consistem em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais on-line regionais, entrevistas e registros fotográficos. Seguem a descrição e a justificativa de cada um deles: A pesquisa bibliográfica será efetuada com base nas obras constantes do arcabouço teórico que sustentará as análises discursivas, bem como em obras que abordem a historicidade indígena no estado de Mato Grosso do Sul. A busca pela historicidade dos povos indígenas no Estado justifica-se pela necessidade de aprofundar a temática e dar mais consistência ao trabalho. Nesse campo, objetiva-se atingir uma forma de contar a história indígena de modo a considerar as rupturas causadas pela colonização, porém com a consciência de que isso não inferioriza a cultura desses povos, uma vez que "os métodos devem estar a serviço da pesquisa e não o inverso.". (CAVALCANTE, 2011). Logo, o método é definido a partir do problema. Para a busca de matérias nos Jornais on-line da região, considerar-se-ão publicações a partir do ano de 2019, com o intuito de trazer à tona questões contemporâneas noticiadas pela mídia e que abordem a temática da mulher indígena no Estado de Mato Grosso do Sul. Em seguida, será efetuada uma análise geral dos textos selecionados e uma taxionomia deles, respeitando a ordem cronológica. A posteriori, serão eleitas algumas matérias ou trechos para a análise ampla e

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761
Bairro: Vila Progresso **CEP:** 79.825-070
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3410-2853 **E-mail:** cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.561.915

específica. Essa escolha tem a pretensão de lançar luz à maneira como a mulher indígena é representada em contexto urbano, uma vez que a mídia jornalística on-line possui largo alcance social. No que concerne às entrevistas, serão elaboradas questões que colaborem na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado. Com isso, objetiva-se lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele compareça não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade. Devido a essa pesquisa envolver seres humanos, faz-se necessária a submissão deste projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa-CEP/UFGD. Da mesma forma também será elaborado um Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE, que deverá ser assinado por cada sujeito entrevistado. Esse termo tem o objetivo de deixar claro ao participante a finalidade do estudo, a natureza voluntária de sua participação e o compromisso em manter sigiloso e apenas em poder do pesquisador a sua identidade. Também a finalidade do TCLE é deixar o indivíduo ciente de possíveis riscos como a possibilidade de uma pergunta lhe causar algum tipo de incômodo ou constrangimento, bem como informá-lo que poderá solicitar indenização de dano decorrente da pesquisa, caso se sinta lesado, conforme Resolução 510/09 do CNS e orientações do CEP. Assim, essa proposta entende fazer uso da abordagem Emic e Etic, que, de acordo com Martins/Knapp (2020) são termos usados nas Ciências Sociais para designar o “ponto de vista do nativo” (de dentro) e do pesquisador (de fora), respectivamente. De acordo com Cavalcante (2011), “propor uma abordagem êmica não significa apenas “dar voz” aos povos estudados, mas, em muitos casos, subverter a maneira linear com a qual se está acostumado a pensar a história, a partir da historicidade ocidental.” Com isso, promove-se, segundo esse autor, “a descolonização do discurso histórico”, com os indígenas considerados como “sujeitos históricos plenos. Por fim, serão selecionados registros fotográficos que retratem cenas cotidianas envolvendo a mulher indígena no contexto social urbano de Dourados. Com a intenção de ilustrar o trabalho com cenas reais e contemporâneas, a fotografia demonstra-se capaz de atender a essa expectativa. Faz-se interessante ressaltar, que os registros imagéticos serão selecionados de modo a salvaguardar a identidade das pessoas fotografadas.

Metodologia de Análise de Dados

Método qualitativo;

Critério de Inclusão: Todos os participantes da pesquisa em si e das entrevistas devem ser sujeitos indígenas e que sejam ou tenham sido estudantes de nível superior

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761	CEP: 79.825-070
Bairro: Vila Progresso	
UF: MS	Município: DOURADOS
Telefone: (67)3410-2853	E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.561.915

Critério de Exclusão:

Os participantes das entrevistas não podem ser menores de idade.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar, a partir dos Estudos Discursivos Foucaultianos, como ocorre o processo de subjetivação do sujeito indígena, levando-se em conta o discurso midiático e do próprio sujeito.

Objetivo Secundário:

-Compreender como o locutor utiliza o discurso na criação dos enunciados ao elaborar as matérias jornalísticas; -Refletir sobre os possíveis efeitos de verdade produzidos pela relação das notícias midiáticas e consequente processo interpretativo por parte do público; -Demonstrar como a mídia pode influenciar o processo de subjetivação do sujeito indígena a partir do discurso do próprio sujeito; -Observar como a mulher indígena é retratada na mídia local e como se dá a percepção de si mesma diante dessa imagem; -Indicar, a partir das teorias referenciadas, como os recursos discursivos podem contribuir para formação ou manutenção das relações sociais e de poder entre a sociedade e a população indígena da cidade de Dourados MS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Contudo, como toda pesquisa envolve risco aos seus participantes, entende-se que, mesmo tomando todos os cuidados, não é totalmente nula a possibilidade de vir a ser identificado(a) e também não é totalmente nula a possibilidade de uma pergunta causar algum tipo de incômodo ou constrangimento ao participante.

Benefícios:

Esperamos que a expansão de estudos acadêmicos desta natureza possa lançar luz sobre problemáticas que permeiam a relação entre a sociedade e o sujeito indígena, com ênfase no papel que a mídia possui nesse processo. A finalidade é que possa ocorrer um processo desconstrucionista de preconceitos e pensamentos estigmatizantes perpetuados até a atualidade e que atinjam os sujeitos indígenas ao longo da história.

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761	CEP: 79.825-070
Bairro: Vila Progresso	
UF: MS	Município: DOURADOS
Telefone: (67)3410-2853	E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.561.915

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa qualitativa;

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide "Conclusões ou Pendências ou Lista de Inadequações"

Recomendações:

Vide "Conclusões ou Pendências ou Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há óbices éticos.

PENDÊNCIA 01: PENDÊNCIA ATENDIDA - Incluir a descrição dos critérios de inclusão e exclusão, pois se tiver participante menor de

idade é necessário anexar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

PENDÊNCIA 02 - PENDÊNCIA ATENDIDA - Informações Básicas da Pesquisa e no projeto anexo não constam a submissão ao CEP e a descrição do TCLE. Dessa forma, esses itens devem ser inseridos na metodologia da Informações Básicas da Pesquisa e no projeto anexo.

PENDÊNCIA 03: PENDÊNCIA ATENDIDA - Incluir a descrição dos riscos, pois toda a pesquisa com seres humanos tem pelo menos riscos mínimos quando executada. Uma sugestão para descrição do risco é colocar semelhante ao que estão no TCLE: "Contudo, como toda pesquisa envolve risco aos seus participantes, entende-se que, mesmo tomando todos os cuidados, não é totalmente nula a possibilidade de vir a ser identificado(a) e também não é totalmente nula a possibilidade de uma pergunta lhe causar algum tipo de incômodo ou constrangimento".

PENDÊNCIA 04: PENDÊNCIA ATENDIDA - O pesquisador descreve que os registros imagéticos serão selecionados de modo a salvaguardar a identidade das pessoas fotografadas. Talvez seja interessante ressaltar esse item no TCLE pois pode afetar o direito de imagem do participante.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP/UFGD, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do(a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer n. 5.451.370.

Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

* o pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

UF: MS

Município: DOURADOS

Telefone: (67)3410-2853

CEP: 79.825-070

E-mail: cep@ufgd.edu.br



Continuação do Parecer: 5.561.915

* O pesquisador deve apresentar relatório parcial e final ao Sistema CEP/CONEP.

O presente projeto, seguiu nesta data para análise da CONEP e só tem o seu início autorizado após a aprovação pela mesma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1932782.pdf	21/06/2022 23:08:52		Aceito
Outros	Formulariospostapendencia.pdf	21/06/2022 23:07:24	JAQUELINE ZANZI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoTCLE.docx	21/06/2022 22:45:37	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisaCEP.pdf	21/06/2022 22:41:34	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	formularioderespostaaoparecer.pdf	08/05/2022 00:42:29	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	TermodeCompromisso.pdf	08/05/2022 00:40:34	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	24/04/2022 19:52:58	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	Resolucao.pdf	17/04/2022 18:04:19	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	DeclaracaodeCompromisso.pdf	17/04/2022 18:02:33	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	CartadeAnuencia.pdf	17/04/2022 18:01:07	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	Questionario.docx	17/04/2022 18:00:02	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	17/04/2022 17:55:41	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DemonstrativosINFRAESTRUTURA.pdf	17/04/2022 17:42:02	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Cronograma	12_Cronograma.docx	17/04/2022 17:32:52	JAQUELINE ZANZI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761
Bairro: Vila Progresso **CEP:** 79.825-070
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3410-2853 **E-mail:** cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.561.915

Sim

DOURADOS, 04 de Agosto de 2022

Assinado por:
Leonardo Ribeiro Martins
(Coordenador(a))

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

UF: MS

Município: DOURADOS

Telefone: (67)3410-2853

CEP: 79.825-070

E-mail: cep@ufgd.edu.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O sujeito indígena na mídia jornalística sob a ótica discursiva: representações em jogo

Pesquisador: JAQUELINE ZANZI

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 3

CAAE: 58597622.0.0000.5160

Instituição Proponente: Faculdade de Comunicação, Artes e Letras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.734.960

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram obtidas das Informações Básicas do Projeto (arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1932782.pdf, gerado em 21/06/2022 na Plataforma Brasil) e do Projeto Detalhado.

INTRODUÇÃO

O papel primeiro da imprensa é o de veicular informações, informar e formar opiniões a respeito de questões que abrangem o meio social. Com isso, podemos inferir que o Jornal tem papel fundamental na formação e preservação de estruturas de poder já estabelecidas a partir de enunciados que possuem a premissa de objetividade. Lage (1997) assevera que o texto de um jornal “só ganha sentido quando lido”, ou seja, quando atinge o público-alvo. Ao olharmos esta tipologia textual como enunciado, é possível pensar que esta consiste em um todo significativo. Nestes termos, segundo Rossi (1994, p. 07), o jornalismo constitui-se de “uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes”. De acordo com esta definição, apesar da premissa de imparcialidade inerente ao texto jornalístico, Rossi (1994) conclui que esta neutralidade é impossível de ocorrer totalmente, uma vez que o jornalista carrega consigo uma bagagem social, cultural e política que, de alguma maneira, contribui para formar o seu ponto de vista sobre o fato. Isso posto, é possível ponderar a respeito

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

da posição de poder que um meio de informação ocupa socialmente e seu papel como formador da opinião pública sobre os fatos noticiados, uma vez que comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas. (CHARAUDEAU, 2018, p.39, grifos do autor). Em se tratando da escolha feita pelo estudo da temática que envolve a questão indígena no Estado, é possível justificar sua pertinência com base nos dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE e constantes do site da FUNAI, que revelam que o Brasil possui uma população de 817.693 indígenas, que habitam em todos os Estados do país, inclusive no DF. Dentre estes indígenas, segundo o mesmo levantamento demográfico, 130.494 vivem na região Centro-Oeste, sendo cerca de 70.000 no território de Mato Grosso do Sul e 17,5% dessa população não é falante da língua portuguesa. Dada esta representatividade, considera-se importante analisar enunciados que tratem do sujeito indígena, bem como o discurso desses sujeitos coletados por meio de entrevistas, com a finalidade de perceber, por meio dos estudos discursivos de Michel Foucault, como ocorre o processo de subjetivação deste sujeito, uma vez que são frequentemente noticiadas questões envolvendo problemáticas relacionadas ao sujeito indígena e o não índio, pontos relacionados com impasses sociais e culturais, que envolvem educação, legislação, direitos, violência, entre outros. Assim, o presente trabalho pretende lançar luz às seguintes indagações: Como se dão as representações do sujeito indígena na mídia douradense? Como esse sujeito se percebe nessas representações em um processo de subjetivação e como isso se reflete em seu discurso sobre si mesmo e sobre o convívio social? A Reserva Indígena no Município de Dourados é composta pelas Aldeias Jaguapiru e Bororó que, por serem fronteiriças entre si, muitas vezes é considerada como um único território pelos habitantes da cidade. São sobre essas duas Aldeias que as notícias que constituem o corpus dessa pesquisa são direcionadas. A proximidade da Reserva com o perímetro urbano de Dourados possibilita uma convivência entre o sujeito indígena e o não índio, já que estes estão muitas vezes inseridos socialmente, nas escolas e no mercado de trabalho, por exemplo. Alguns, por sua vez, decidiram deixar a Aldeia e viver na cidade. Dada essa proximidade, ao pensarmos na atividade da mídia que noticia questões envolvendo o sujeito indígena, trazendo muitas vezes sua voz a essas matérias, é pertinente refletir sobre o que postula Woodward (2014, p. 18), a respeito da subjetivação desse sujeito, por meio da qual surgem os significados, tornando possível a esse sujeito dar sentido à sua existência. São esses sistemas de representação e os discursos que “constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.” Para

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

Woodward, a mídia, por sua vez, “nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular” (p.18). Para os resultados buscados neste trabalho, é de suma relevância a forma como as notícias locais “falam” do sujeito indígena e como o próprio sujeito se percebe no cenário de subjetivação em que se encontra, dado que, as identidades baseadas na raça “atravessam o pertencimento de classe” (WOODWARD, 2014). A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica. (WOODWARD, 2014, p. 34, 35). Sendo assim, no contexto social específico, podem muitas vezes surgir situações de intolerância e conflitos que se manifestam, entre outras formas, por meio da linguagem. Temos, segundo Woodward, que tanto a identidade, quanto a diferença são socialmente produzidas e “são criadas por meio de atos de linguagem”. (p. 76). Desse modo, a definição discursiva e linguística de ambas “está sujeita a valores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas, elas são impostas”. (WOODWARD, 2014, p. 81). Uma vez que o conceito de identidade não permeia a teoria de Foucault e, por esse motivo, é tomado tendo como base os estudos culturais, é primordial destacar o que os estudos foucaultianos observam sobre a conceitualização de sujeito. O filósofo apoiou-se na teoria de Nietzsche que preconizou que o conhecimento é uma invenção humana e não algo inerente à natureza do homem para sustentar a hipótese de que o sujeito não é predeterminado pela história, mas sim de que ele é formado na e com a história. (FOUCAULT, 2002, p. 15). Assim, para Foucault (2002, p. 27), o sujeito de conhecimento não é atravessado pela ideologia, mas sim formado, juntamente com as relações de verdade, por meio das “condições políticas, econômicas de existência”. Em A Arqueologia do Saber, Foucault (2008) amplia a concepção de sujeito ao teorizar que ele ocupa “um lugar determinado e vazio” que não é necessariamente o mesmo lugar nos enunciados, ou seja, é uma função que pode ser desempenhada por indivíduos diferentes, ou, de maneira oposta, um mesmo indivíduo pode ocupar a posição de sujeitos diferentes em diferentes enunciados. É então, segundo o filósofo, a presença desse lugar de sujeito que “caracteriza toda formulação enquanto enunciado”, logo, a presença do sujeito é condição de sua existência. (FOUCAULT, 2008, p. 107). Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados “enunciados”, não é porque houve, um dia, alguém para proferir-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim, na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito. (FOUCAULT, 2008, p. 108). De acordo com Fischer (2013), pensar o sujeito da maneira foucaultiana, consiste em considerá-lo em sua multiplicidade, a partir de algumas questões fundamentais: Quem fala? A partir de qual lugar se fala? Qual é a autoridade que este que fala possui para que aquilo que diz seja considerado como verdade? Qual a qualificação que o indivíduo que fala possui institucionalmente do lugar de onde enuncia? Por isso, abandona-se a ideia de um sujeito soberano e ele passa a ser considerado não em sua forma de indivíduo, mas a partir da posição ocupada diante do discurso em si. Nesta pesquisa serão analisados enunciados midiáticos que abordem temáticas indígenas e também enunciados que serão tomados de entrevistas realizadas junto à comunidade indígena. O jornalista utiliza-se de um meio institucional para veicular o texto a ser publicado e ocupa esse lócus discursivo que lhe concede uma premissa de confiabilidade diante do leitor. O sujeito indígena, por sua vez, ao falar sob sua ótica a respeito das relações socioculturais nas quais está inserido, deve transmitir seu discurso elementos que demonstrem a subjetivação que ele sofre neste processo.

HIPÓTESE

A partir das duas perguntas: Como se dão as representações do sujeito indígena na mídia douradense? Como esse sujeito se percebe nessas representações em um processo de subjetivação e como isso se reflete em seu discurso sobre si mesmo e sobre o convívio social?, pretendemos demonstrar que a mídia influencia no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como evidenciar que as escolhas do discurso midiático contribuem para a manutenção das relações de poder estabelecidas socialmente.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica proposta para este projeto de pesquisa é de âmbito qualitativo. Os métodos eleitos consistem em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais on-line regionais, entrevistas e registros fotográficos. Seguem a descrição e a justificativa de cada um deles: A pesquisa bibliográfica será efetuada com base nas obras constantes do arcabouço teórico que sustentará as análises discursivas, bem como em obras que abordem a historicidade indígena no estado de Mato Grosso do Sul. A busca pela historicidade dos povos indígenas no Estado justifica-se pela necessidade de aprofundar a temática e dar mais consistência ao trabalho. Nesse campo, objetiva-se atingir uma forma de contar a história indígena de modo a considerar as rupturas causadas pela colonização, porém com a consciência

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

de que isso não inferioriza a cultura desses povos, uma vez que “os métodos devem estar a serviço da pesquisa e não o inverso.”. (CAVALCANTE, 2011). Logo, o método é definido a partir do problema. Para a busca de matérias nos Jornais on-line da região, considerar-se-ão publicações a partir do ano de 2019, com o intuito de trazer à tona questões contemporâneas noticiadas pela mídia e que abordem a temática da mulher indígena no Estado de Mato Grosso do Sul. Em seguida, será efetuada uma análise geral dos textos selecionados e uma taxionomia deles, respeitando a ordem cronológica. A posteriori, serão eleitas algumas matérias ou trechos para a análise ampla e específica. Essa escolha tem a pretensão de lançar luz à maneira como a mulher indígena é representada em contexto urbano, uma vez que a mídia jornalística online possui largo alcance social. No que concerne às entrevistas, serão elaboradas questões que colaborem na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado. Com isso, objetiva-se lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele compareça não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade. Devido a essa pesquisa envolver seres humanos, faz-se necessária a submissão deste projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa-CEP/UFMG. Da mesma forma também será elaborado um Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE, que deverá ser assinado por cada sujeito entrevistado. Esse termo tem o objetivo de deixar claro ao participante a finalidade do estudo, a natureza voluntária de sua participação e o compromisso em manter sigiloso e apenas em poder do pesquisador a sua identidade. Também a finalidade do TCLE é deixar o indivíduo ciente de possíveis riscos como a possibilidade de uma pergunta lhe causar algum tipo de incômodo ou constrangimento, bem como informá-lo que poderá solicitar indenização de dano decorrente da pesquisa, caso se sinta lesado, conforme Resolução 510/09 do CNS e orientações do CEP. Assim, essa proposta entende fazer uso da abordagem Emic e Etic, que, de acordo com Martins/Knapp (2020) são termos usados nas Ciências Sociais para designar o “ponto de vista do nativo” (de dentro) e do pesquisador (de fora), respectivamente. De acordo com Cavalcante (2011), “propor uma abordagem êmica não significa apenas “dar voz” aos povos estudados, mas, em muitos casos, subverter a maneira linear com a qual se está acostumado a pensar a história, a partir da historicidade ocidental.” Com isso, promove-se, segundo esse autor, “a descolonização do discurso histórico”, com os indígenas considerados como “sujeitos históricos plenos. Por fim, serão selecionados registros fotográficos que retratem cenas cotidianas envolvendo a mulher indígena no contexto social urbano de Dourados. Com a intenção de ilustrar o trabalho com cenas reais e contemporâneas, a fotografia demonstra-se capaz de atender a essa expectativa. Faz-se interessante ressaltar, que os registros

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

imagéticos serão selecionados de modo a salvaguardar a identidade das pessoas fotografadas.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Todos os participantes da pesquisa em si e das entrevistas devem ser sujeitos indígenas e que sejam ou tenham sido estudantes de nível superior.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Os participantes das entrevistas não podem ser menores de idade.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Analisar, a partir dos Estudos Discursivos Foucaultianos, como ocorre o processo de subjetivação do sujeito indígena, levando-se em conta o discurso midiático e do próprio sujeito.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender como o locutor utiliza o discurso na criação dos enunciados ao elaborar as matérias jornalísticas;
- Refletir sobre os possíveis efeitos de verdade produzidos pela relação das notícias midiáticas e consequente processo interpretativo por parte do público;
- Demonstrar como a mídia pode influenciar o processo de subjetivação do sujeito indígena a partir do discurso do próprio sujeito;
- Observar como a mulher indígena é retratada na mídia local e como se dá a percepção de si mesma diante dessa imagem;
- Indicar, a partir das teorias referenciadas, como os recursos discursivos podem contribuir para formação ou manutenção das relações sociais e de poder entre a sociedade e a população indígena da cidade de Dourados MS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Contudo, como toda pesquisa envolve risco aos seus participantes, entende-se que, mesmo tomando todos os cuidados, não é totalmente nula a possibilidade de vir a ser identificado(a) e também não é totalmente nula a possibilidade de uma pergunta causar algum tipo de incômodo

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

ou constrangimento ao participante.

BENEFÍCIOS

Esperamos que a expansão de estudos acadêmicos desta natureza possa lançar luz sobre problemáticas que permeiam a relação entre a sociedade e o sujeito indígena, com ênfase no papel que a mídia possui nesse processo. A finalidade é que possa ocorrer um processo desconstrucionista de preconceitos e pensamentos estigmatizantes perpetuados até a atualidade e que atingem os sujeitos indígenas ao longo da história.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente Projeto de Pesquisa tem como objetivo refletir sobre as representações a respeito do sujeito indígena no Município de Dourados MS com base nos estudos discursivos de Michel Foucault. A partir de um recorte demonstrativo de conteúdos com essa temática na mídia local, bem como de entrevistas realizadas com indígenas habitantes do Município, a proposta deste trabalho é a de analisar, com base nos estudos discursivos foucaultianos, as regras de formação do discurso, sua acontecimentalização, bem como a descrição das práticas discursivas. A finalidade é a de identificar, a partir destas práticas, as regras de formação do discurso e a possível presença de dispositivos de poder no processo de subjetivação do sujeito indígena, bem como a maneira pela qual isso se reflete tanto na mídia, quanto no discurso dos próprios sujeitos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente nº 5.646.434, emitido pela Conep em 18/09/2022:

1. Quanto às informações básicas do projeto, descritas no arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1932782.pdf", gerado na Plataforma Brasil em 21/06/2022:

1.1. O Cronograma deve ser elaborado de acordo com a Carta Circular CONEP nº 61 de 2012, a qual recomenda: "Que as diferentes etapas da pesquisa devam ser identificadas apenas com as indicações de semanas, quinzenas, meses (ou demais intervalos de tempo), conforme apresentado

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

no seguinte exemplo: 'recrutamento de sujeitos de pesquisa' terá duração de 6 meses, com início previsto para o 'mês 3' e término previsto para o 'mês 9' da pesquisa (sem a identificação de meses e anos). Além disso, todo cronograma deve trazer a informação de que o cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo Sistema CEP/Conep, sendo que nos casos em que se exige a aprovação da CONEP, tal exigência deve ser também observada no cronograma". Solicita-se adequação.

RESPOSTA: "CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO"

ATIVIDADES - Duração - Previsão de Início - Previsão de Término

Geração preliminar de dados - 2 meses - Mês 1 do Projeto - Mês 2 do Projeto

Geração de dados por meio das entrevistas aos sujeitos indígenas, gravação das entrevistas. - 2 meses
Mês 1 do Projeto - Mês 2 do Projeto

Tempo destinado aos aspectos de escrita da dissertação - 6 meses - Mês 3 do Projeto - Mês 8 do Projeto

Qualificação - O exame de qualificação tem duração média de 3 horas - Quinzena 1 do mês 10 do Projeto -
Quinzena 1 do mês 10 do Projeto

Defesa O exame de defesa tem duração média de 3 horas - Quinzena 2 do mês 15 do Projeto Quinzena
2 do mês 15 do Projeto

Entrega da versão final - Mês 16 do Projeto - Mês 16 do Projeto

**Consideram-se os Prazos vigentes no Regulamento do Programa de Pós Graduação em Letras para a
Etapa de Escrita e Defesa da Dissertação.

**O Presente Cronograma apenas será executado após a devida APROVAÇÃO do Projeto pelo Sistema
CEP/CONEP."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.2. O Orçamento Financeiro, apresentado na página 4 de 6, não está de acordo com o solicitado pela Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.3.e. Solicita-se que seja apresentado orçamento financeiro detalhado, que especifique todos os recursos, fontes e destinação, em especial os custos operacionais (recursos humanos e materiais).

RESPOSTA: "UFGD - ORÇAMENTO DETALHADO DE RECURSO ** (R\$) - Custos Operacionais

Custos Operacionais com Recursos Humanos:

Não se aplica.

Não há a necessidade de destinação de recursos para este fim.

Todo o Projeto será executado exclusivamente pela Pesquisadora Responsável, a partir de recursos

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

próprios, não havendo fontes de fomento externas.”

Custos Operacionais com Material de Consumo

Item - Especificação - Und. - Quantidade - Custo Unitário (R\$) - Custo Total (R\$)

01 – Internet – mensalidade - 16 - 100,00 - 1.600,00

02 - Papel sulfite – resma - 05 - 25,00 - 125,00

03 - Tonner para impressora unidade - 02 - 85,00 - 170,00

04 – Gasolina - litro – 30 - 6,00 - 180,00

Total Geral -R\$2.075,00

Custos Operacionais com possíveis indenizações ou ressarcimentos de despesas dos participantes:

Tipo de Despesa - Valor Reservado

Eventuais ressarcimentos com alimentação/transporte - R\$500,00

Eventual indenização por danos decorrentes da pesquisa - R\$3.000,00

Remuneração do Pesquisador:

Fonte de Recurso – Profissão do Pesquisador - Total de Proventos Mensais - Total de Proventos Anuais -

Total Destinado/Reservado à Pesquisa

Remuneração salarial – Servidor Público de MS - R\$5.100,00 - R\$51.000,00 - R\$5.575,00

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2. Quanto ao Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, arquivo "TermodeConsentimentoTCLE.docx", submetido em 21/06/2022:

2.1. A Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 17, Inciso I, prevê que o Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, em suas diferentes formas, deve conter “a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com informação sobre métodos a serem utilizados, em linguagem clara e acessível, aos participantes da pesquisa, respeitada a natureza da pesquisa”. Solicita-se descrever no documento a metodologia do estudo de forma mais detalhada, devendo informar sobre os procedimentos adotados, local e tempo dispensado para sua participação no estudo, conteúdo das entrevistas e outros. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: “A abordagem metodológica proposta para este trabalho é de âmbito qualitativo. Os métodos eleitos consistem em pesquisa bibliográfica, busca e seleção de notícias e reportagens em jornais on-line regionais, entrevistas e registros fotográficos”

“Ainda no que concerne às entrevistas, serão elaboradas questões que colaborem na contextualização das representações sociais do sujeito indígena a partir de sua própria

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

perspectiva, levando-se em consideração o processo de subjetivação por ele vivenciado.

Com isso, objetiva-se lançar mão da ótica do sujeito a fim de que ele compareça não somente como objeto de estudo, mas também como voz locutora de sua realidade.

Informamos que o tempo que será disponibilizado pelo participante para a entrevista será de em média 30 minutos e as perguntas elaboradas para este fim são as seguintes:

1- Qual o seu nome, idade e etnia?; 2- Qual o seu nível escolar?

3- Em qual Aldeia você vive?;

4- Como você considera que seja o convívio social entre indígenas e não indígenas aqui no município de Dourados?;

5- Você já sentiu algum tipo de preconceito? Como foi?

6- Porque você considera que existe preconceito por parte das pessoas em relação aos indígenas?

7- Você se sente bem quando está em um ambiente (de trabalho, escolar etc) com pessoas não indígenas?

8- Como você considera que as pessoas enxergam os indígenas aqui em Dourados?

9- Você lê notícias sobre as aldeias e sobre os indígenas nos jornais e na mídia local?

10- Você acha que essas notícias representam o seu povo de maneira correta?

11- Você se sente representado pelos jornais e pela mídia? Pq?

12- Você acha que a mídia deveria mudar a forma como noticia as questões envolvendo os indígenas?

13- Você acha que a mídia pode contribuir para que as pessoas não indígenas tenham preconceito em relação aos indígenas? De que forma?"

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.2. Solicita-se, para melhor informar os participantes de pesquisa, que seja incluída no Registro do Consentimento uma breve descrição do que é a Conep, qual sua função no estudo, e suas formas de contato, conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, inciso IX [Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h].

RESPOSTA: "A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP- é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Trata-se de uma instância

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

colegiada de abrangência nacional, responsável pela análise dos Aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, bem como pela adequação e atualização das respectivas normas.

A CONEP deverá examinar os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos em áreas temáticas especiais, encaminhadas pelos CEP das instituições e sua principal missão é garantir a proteção dos sujeitos de pesquisa.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h (horário de Brasília)."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.3. O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido deve ser rubricado pelo pesquisador responsável e pelo participante da pesquisa ou seu responsável em todas as páginas, devendo ambos assinar a última página do documento, de acordo com a Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, § 3º. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: "Declaro que cumprirei os ditames da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e da Resolução brasileira sobre pesquisas na área das Ciências humanas e Sociais – Resolução CNS nº 510/2016 e suas complementares e zelarei pelo cumprimento dos princípios éticos vigentes.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato com a pesquisadora responsável:

Endereço: Rodovia Dourados/Ithau, Km 12 – Unidade II Caixa Postal: 364/ Cep: 79.804-970 – Telefone: 3410- 2013 E-mail: mestradoletras@ufgd.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação neste estudo e quero participar da pesquisa

() Autorizo a gravação da entrevista

() Não autorizo a gravação da entrevista

Dourados, ___ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.4. Para manter a integridade do documento, as páginas deverão ser numeradas apresentando além do número de cada página, também o número total, como por exemplo, página 1 de 2,

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

página 2 de 2. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: VIDE ARQUIVOS TermodeConsentimentoTCLE.docx E TermodeConsentimentoTCLE2.docx.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1932782.pdf	06/10/2022 14:55:20		Aceito
Outros	CARTARESPPOSTA.docx	22/09/2022 22:53:49	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Cronograma	Cronograma2.docx	22/09/2022 22:50:53	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	22/09/2022 22:49:50	JAQUELINE ZANZI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoTCLE.docx	22/09/2022 22:48:44	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Orçamento	Orcamento2.docx	22/09/2022 22:48:23	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	22/09/2022 22:45:19	JAQUELINE ZANZI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoTCLE2.docx	22/09/2022 22:41:44	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	Formulariospostapendencia.pdf	21/06/2022 23:07:24	JAQUELINE ZANZI	Aceito

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.734.960

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto de Pesquisa CEP.pdf	21/06/2022 22:41:34	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	formulario de resposta ao parecer.pdf	08/05/2022 00:42:29	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	Termo de Compromisso.pdf	08/05/2022 00:40:34	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Folha de Rosto	folha de rosto.pdf	24/04/2022 19:52:58	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	Resolucao.pdf	17/04/2022 18:04:19	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	Declaracao de Compromisso.pdf	17/04/2022 18:02:33	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	Carta de Anuencia.pdf	17/04/2022 18:01:07	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Outros	Questionario.docx	17/04/2022 18:00:02	JAQUELINE ZANZI	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Demonstrativos INFRAESTRUTURA.pdf	17/04/2022 17:42:02	JAQUELINE ZANZI	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

BRASILIA, 06 de Novembro de 2022

Assinado por:
Lais Alves de Souza Bonilha
(Coordenador(a))

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br